



CARLOS EVANDRO SCHNEIDER

**IDENTIDADE DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO: UM ESTUDO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA/RS A PARTIR DE
MEMÓRIAS DOCENTES**

CANOAS, 2020

CARLOS EVANDRO SCHNEIDER

**IDENTIDADE DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO: UM ESTUDO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA/RS A PARTIR DE
MEMÓRIAS DOCENTES**

Relatório Técnico apresentado à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, da Universidade La Salle – Unilasalle, como requisito para obtenção de título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Patrícia Kayser Vargas Mangan

Coorientador: Prof. Dr. Moisés Waismann

CANOAS, 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S358i Schneider, Carlos Evandro.

Identidade dos Profissionais do Magistério [manuscrito] : um estudo de políticas públicas no município de Teutônia (RS) a partir de memórias docentes / Carlos Evandro Schneider – 2020.

152 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2020.

“Orientação: Prof^a. Dra. Patrícia Kayser Vargas Mangan”.

“Coorientação: Prof. Dr. Moisés Waismann”.

1. Memória social. 2. Identidade docente. 3. Políticas públicas. 4. Profissionais magistério. I. Mangan, Patrícia Kayser Vargas. II. Título.

CDU: 316.7

Bibliotecária responsável: Melissa Rodrigues Martins - CRB 10/1380

CARLOS EVANDRO SCHNEIDER

Trabalho Final aprovado como requisito parcial para obtenção do título de mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

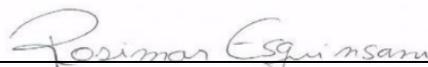
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Hildegard Susana Jung
Universidade La Salle



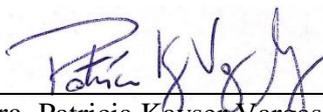
Profa. Dra. Lucia Regina Lucas da Rosa
Universidade La Salle



Profa. Dra. Rosimar Serena Siqueira Esquinsani
Universidade de Passo Fundo



Prof. Dr. Moisés Waismann
Coorientador – Universidade La Salle



Profa. Dra. Patricia Kayser Vargas Mangan
Orientadora e Presidenta da Banca –
Universidade La Salle

Área de concentração: Memória Social e Bens Culturais

Curso: Mestrado em Memória Social e Bens Culturais

Canoas, 24 de setembro de 2020.

Dedico este trabalho a todos aqueles que contribuíram para a sua realização, em especial à minha esposa Izabel, ao meu padrinho Éber, e aos Professores Patrícia e Moisés.

AGRADECIMENTOS

Existem situações na vida em que é fundamental poder contar com o apoio e a ajuda de algumas pessoas.

Para a realização deste trabalho de conclusão, pude contar com várias. E a essas pessoas prestarei, através de poucas palavras, os mais sinceros agradecimentos:

À minha esposa Izabel, meu ponto de referência, pela tolerância e incentivo sempre que precisei;

Ao meu padrinho Éber, que me acompanhou intensamente durante todo o processo;

À minha família, que me propiciou a base de toda a minha estrutura moral e social;

À minha avó Jandira, pela força e incentivo;

À professora Patrícia, orientadora deste trabalho, pelos seus conhecimentos, sua atenção e sua boa vontade;

Ao Professor Moisés, pela força e motivação dedicados à minha pessoa;

E a todos os que me oportunizaram espaço para a construção de novos conhecimentos.

*“O indivíduo é o pior inimigo do cidadão.
O cidadão é uma pessoa que tende a buscar seu próprio bem-estar
através do bem-estar da cidade,
enquanto que o indivíduo tende a ser morno, cético ou prudente
em relação à causa comum.”*
Zygmunt Bauman

RESUMO

A proposta desta pesquisa parte da ideia de que o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, enquanto política pública, é um elemento chave da identidade profissional do Professor. Foi motivada também por um pressuposto pessoal que quando o corpo docente se sente parte de algo maior, a inovação é estimulada e não ocorre estagnação profissional. Assim, esse trabalho propõe a discussão sobre a identidade dos Profissionais do Magistério e sua relação com a implementação de políticas públicas. Refere-se a um estudo de caso em Teutônia/RS, município de origem germânica, que possui destaque econômico na região onde está situado, com elevado número de migrações ao longo de sua história, criando um grupo docente multifacetado. Emerge, então, como problema de pesquisa, como as políticas públicas impactam na constituição da identidade dos Profissionais do Magistério da rede municipal de Teutônia? O objetivo geral é subsidiar a elaboração de Relatório Técnico que apresente de que forma as políticas públicas impactam na construção da identidade dos Profissionais do Magistério em Teutônia. Para o desenvolvimento deste trabalho, serão utilizados os estudos dos conceitos de: a) memória e identidade, com base em autores como Halbwachs, Candau e Tedesco para o entendimento de como se constitui a identidade; b) políticas públicas, segundo estudos de Ball, Mainardes, Bittencourt e Werle, para a elucidação de como elas próprias são constituídas e as arenas de disputa; e c) gestão de pessoas no contexto educacional, com contribuições de Marques, Abreu e da própria legislação pertinente. Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo e, também descritiva, pois, ao seu final irá redimensionar informações pertinentes ao assunto principal a que se destina. Com relação aos métodos de coleta de dados, foram envolvidos levantamento bibliográfico a partir de leituras de autores que dão sustentação ao assunto e revisão documental da legislação pertinente ao assunto pesquisado e de informações específicas do município de Teutônia. Também foram realizadas entrevistas temáticas com Professores que compõem o quadro de carreira do Magistério Público Municipal de Teutônia, orientadas no sentido de atender às demandas dos objetivos específicos propostos. A análise das entrevistas, por meio da técnica de análise de conteúdo, foi o norteador do desenvolvimento do trabalho principal, o qual foi enriquecido pelas narrativas e percepções dos envolvidos na temática da pesquisa. Dentre os achados de

pesquisa, foi possível constatar que as políticas públicas são, de fato, elementos que interferem na constituição da identidade docente, uma vez que ela estabelece parâmetros mínimos de atribuições laborais e retribuições, nem sempre pecuniárias, capazes de satisfazer os profissionais além de atraírem vários candidatos a ingressarem neste grupo, justamente em virtude das políticas públicas adotadas no município destinadas a esta categoria.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Memória Social. Identidade Docente. Profissionais do Magistério.

ABSTRACT

The proposal of the present research is based on the idea that the Career Plan of the Municipal Public Teaching, as a public policy, is a key element of Teachers' professional identity. It was also motivated by a personal assumption that when the faculty feels part of something bigger, the innovation is stimulated and there is no professional stagnation. Thus, this work proposes a discussion on the identity of the Teaching Professionals and their relationship with the implementation of public policies. The present paper refers to a case study in Teutônia / RS, a municipality of German origin, which has an economic prominence in the region where it is located, with a high number of migrations throughout its history, creating a multifaceted teaching group. Then, as a research problem, how do public policies impact the constitution of the identity of the Teaching Professionals of the municipal system in Teutônia? The general objective is to support the elaboration of a Technical Report that presents how public policies impact on the construction of the identity of the Teaching Professionals in Teutônia. For the development of this work, there were accomplished studies of concepts, such as: a) memory and identity, based on authors such as Halbwachs, Candau and Tedesco, will be used to understand how identity is constituted; b) public policies, according to studies by Ball, Mainardes, Bittencourt and Werle, to elucidate how these policies are themselves constituted and their fields of dispute; and c) people management in the educational context, with contributions from Marques, Abreu and the relevant legislation itself. This is a qualitative and also descriptive research, since, at the end, it will resize information pertinent to the main subject for which it is intended. Regarding the methods of data collection, it involves bibliographic survey based on readings by authors who support the subject and documentary review of the legislation relevant to the researched subject and specific information from the municipality of Teutônia, and thematic interviews with Professors who make up the framework of career of the Municipal Public Ministry of Teutônia, oriented to meet the demands of the specific objectives proposed. The analysis of the interviews using the content analysis technique were the guiding principle for the development of the main work, which was enriched by the narratives and perceptions of those involved in the research theme. Among the research findings, it was found that public policies are, in fact, elements that interfere in the constitution of the teaching identity, since it establishes minimum parameters

for work assignments and wages, not always monetary, they are capable of satisfying professionals besides attracting several candidates to join this group, precisely because of the public policies adopted in the municipality aimed at this category.

Keywords: Public Policies. Social Memory. Teaching Identity. Teaching Professionals.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Vale do Taquari, Estado do Rio Grande do Sul e Brasil/América do Sul	19
Figura 2 - Mapa da Rede Municipal de Ensino de Teutônia.....	25
Figura 3 – Distribuição dos Profissionais de Magistério por cor/raça	29
Figura 4 – Distribuição dos Profissionais de Magistério por faixa etária	30
Figura 5 – Distribuição dos Profissionais de Magistério por sexo	30
Figura 6 – Distribuição dos Profissionais de Magistério por titulação.....	31
Figura 7 – Infográfico com tabulação dos dados da pesquisa	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DE TEUTÔNIA	18
3 REVISÃO CONCEITUAL.....	32
3.1 Políticas públicas	32
3.2 Memória e identidade.....	37
3.3 Gestão de pessoas no contexto educacional.....	45
4 METODOLOGIA	50
5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	55
5.1 Uma visão geral das narrativas dos Professores.....	55
5.2 Sobre as memórias dos Professores	65
5.3 Sobre a escolha da profissão.....	75
5.4 Sobre a escolha da carreira.....	80
5.5 Sobre contexto econômico e políticas públicas	93
5.6 Sobre a escolha pelo serviço público	104
5.7 Sobre a escolha por lecionar em Teutônia e a percepção do Plano de Carreira	107
5.8 Sobre gestão de, com e para pessoas	110
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS.....	128
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA TEMÁTICA.....	135
APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AO BANCO DE DADOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DE TEUTÔNIA/RS	137
APÊNDICE C – RELATÓRIO TÉCNICO APRESENTADO À COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DE TEUTÔNIA/RS.....	138

1 INTRODUÇÃO

A memória social tem um importante papel na constituição de uma sociedade que valoriza o passado, e leva-o em conta para planejar os passos do presente e do futuro. Sendo assim, para contextualizar a presente pesquisa, apresento um breve memorial, pois, se pensarmos na perspectiva de que somos fruto da soma das experiências vividas, não há como iniciar um trabalho sem elucidar de onde estamos partindo.

Nasci em 1982, no início da redemocratização, na cidade de Santa Cruz do Sul. Depois do meu primeiro ano de idade, minha família mudou para Bom Retiro do Sul. Nessa cidade, moramos inicialmente na região zona urbana e, dois anos depois, mudamos para a zona rural.

Minha história com a Escola iniciou em 1989, aos 6 anos de idade. Cursei as quatro primeiras séries do 1º Grau em uma Escola Estadual, multisseriada, na zona rural de Bom Retiro do Sul, em uma “Brizoleta”¹. Depois, tive que ir para a “cidade” concluir as quatro séries finais do 1º Grau. Após, cursei o Ensino Médio na modalidade Normal (Magistério), de 1997 a 1999, mas não concluí a profissionalizante do curso.

Com base na experiência no curso de Magistério, entendo que a percepção do comportamento de alguns Professores, entre si e entre e para com os alunos, é o que hoje chamamos de corporativismo² docente. Uma espécie de cartilha de dogmas, que perpassa um entendimento do senso comum que determina o ser Professor, como uma profissão de características capazes de influenciar mudanças na sociedade, ao mesmo tempo em que somos taxados de conservadores.

Minha história profissional inicia em um posto de gasolina, onde atuei inicialmente como frentista e acabei como gerente de pista. Daí, fui convidado para ser gerente *trainee* em uma filial de uma rede de supermercados da região. Quando

¹ Brizoleta é como são chamadas as Escolas construídas entre os anos de 1959 e 1963, durante o governo de Leonel de Moura Brizola, no Rio Grande do Sul. Fazia parte de uma grande campanha contra o analfabetismo, baseada na premissa de que sem educação não há desenvolvimento: “Nenhuma Criança Sem Escola no Rio Grande do Sul”.

² O sentido mais usual de corporativismo é ‘defesa dos próprios interesses em detrimento dos interesses da coletividade’. O termo é empregado quando uma categoria profissional organizada (uma “corporação”) se mobiliza para garantir algum direito ou privilégio. Fala-se então em exercício de “espírito de corpo” – ou em “corporativismo” – geralmente em tom pejorativo. Essa ação pode envolver desde a pressão por reajustes salariais, até a criação de proteções contra a concorrência numa economia de mercado. (CODATO, 2012). Disponível em: <https://adrianocodato.blogspot.com/2012/10/verbete-corporativismo.html>, acesso em 10 abr. 2019.

essa filial fechou, fiquei “vagando” em empregos e ocupações por algum tempo, até ser contatado para fazer parte da administração da filial de outra rede de supermercados. Sempre tive a oportunidade de desempenhar funções gerenciais e/ou administrativas, realizando atividades que determinavam o ritmo de trabalho dos setores nos quais trabalhei. Assim, surgiu o gosto pela liderança de equipes e pelas tarefas burocráticas.

Durante todo esse período, prestei diversos concursos públicos, e a tão almejada nomeação veio no ano de 2003, no cargo de Agente Educacional II – Interação com o Educando (uma espécie de *bedel*³, servidor que auxilia no apoio aos Professores em sala e na organização dos corredores das Escolas), pelo Estado, para atuar no município de Estrela. É um cargo de funcionário técnico pedagógico, de médio escalão.

A partir dessa experiência como servidor público, pude perceber que as questões corporativistas não diferiam muito em relação ao que eu via ao longo do curso de Magistério, em que se apresentavam as arenas de disputa⁴, compostas por grupos divergentes. Na iniciativa privada, isto também acontece, mas não fica tão evidente, uma vez que o empregador tem a liberdade de promover um bom funcionário ou demitir um funcionário que não atenda à demanda. Já no serviço público, devido à estrutura jurídica, a mobilidade de um setor para outro não existe. Resta, então, através da disputa interna, a conquista ou concessão de benefícios, que pode ser dentro do setor (Escola) ou em toda a estrutura pública (Prefeitura).

Quando fui designado para trabalhar no setor de Recursos Humanos da 3ª Coordenadoria de Educação (3ª CRE), reencontrei vários ex-Professores, adquiri conhecimentos e fiz muitos contatos. Trabalhei em inscrições de contrato de trabalho e em lançamentos de dados cadastrais e profissionais (como distribuição de carga horária, por exemplo) dos Professores e funcionários de Escola de toda a 3ª região escolar. Além disso, auxiliiei na montagem dos quadros de algumas Escolas.

³ Do francês *bedel* = inspetor. A origem da palavra deve-se ao fato de que todos do grupo que apoiou Ignácio de Loyola eram provenientes das universidades francesas. A educação francesa era usada como modelo pela Companhia de Jesus. Contínuo. Pessoa responsável pela disciplina em escolas; disciplinador. Funcionário que desempenha funções de teor administrativo em faculdades. Fr.ant. *bedel* 'oficial de justiça, bedel, infante', hoje *bedeau* do lat.medv. *bedellus* criado a partir do frânc. * *bidal*, cog. do v. al. *Bieten* 'rezar, rogar'.

⁴ Para saber mais sobre “arenas de disputa”: “Toda Política Pública é uma interação permanente entre a estrutura institucional, a ação dos atores políticos dentro desta estrutura institucional e o conteúdo material do problema, dos recursos e das decisões concretas adotadas.” (BITTENCOURT, [2017], p. 26s). Também, sugiro Ball & Bowe (*apud* MAINARDES, 2006, p. 49).

Cabe aqui uma pequena digressão. Quadro é o nome que se dá à organização e distribuição dos Professores no contexto escolar, a fim de que todas as turmas e setores sejam atendidos de acordo com a demanda de cada Escola. Embora não pareça uma atividade complexa, haja vista que, via de regra, os Professores são concursados e não existe rotatividade de pessoal, o gestor precisa ter a sensibilidade de considerar algumas variáveis na condução deste processo, como, por exemplo, relação do profissional com a realidade da Escola, seu desempenho e relação com os conteúdos a serem ministrados no respectivo componente curricular, sua experiência profissional, familiaridade com a faixa etária alvo, entre outras.

Ali ficaram evidentes alguns embates político-partidários, como o discurso de renovação em busca de uma identidade de outrora, com responsabilidade e comprometimento que apenas os mais saudosos tinham lembrança. As memórias que circulam no interior de um grupo dominante vão sendo rememoradas de acordo com a necessidade da perpetuação do poder, quase que um sofisma. É uma história contada com gatilhos e artifícios da memória, que vão tornando-se a lembrança coletiva, mas não necessariamente a verdade comum, já que quem rememora traz uma carga de significado junto com sua lembrança. Toda memória é memória coletiva, mas nem toda a memória coletiva é memória histórica.

O tempo faz parte da constituição da memória e é preenchido pelas lembranças. Quanto mais memórias, maior a percepção de tempo, ou seja, quanto mais coisas eu lembrar, terei a percepção de que meu tempo passou mais devagar, ou com mais significatividade, pois saberei o que fiz a cada momento. O espaço tem uma conotação de auxílio na remontagem da memória. Ele cria um arcabouço de ideias que vão servir de substrato para a construção da memória dentro do grupo de referência ao qual a memória “se direciona”.

Para exemplificar: “[...] quando retornamos a uma cidade onde estivemos anteriormente, aquilo que percebemos nos ajuda a reconstituir um quadro em que muitas partes estavam esquecidas” (HALBWACHS, 2006, p. 25), ou

É, por exemplo, um fato cuja realidade não é discutível. Trazem-nos algumas provas exatas de que tal acontecimento produziu-se, que ali estivemos presentes, que dele participamos ativamente. Entretanto essa cena nos permanece estranha, como se outra pessoa estivesse em nosso lugar. Para retomar um exemplo que nos foi objetado, houve em nossa vida um certo número de incidentes marcantes que não puderam deixar de acontecer. É certo que houve um dia em que estive pela primeira vez no

liceu, um dia em que entrei pela primeira vez numa classe no quarto ano, no terceiro ano, etc. (HALBWACHS, 2006, p. 27).

A memória coletiva é a memória que construímos e reconstruímos ao longo da nossa história pessoal e, como somos seres relacionais, acabamos por reconstruir as nossas memórias com auxílio de artifícios que são intrínsecos às relações sociais, ou seja, apoiamos a nossa reconstituição em alguém ou algo.

Este “algo” está relacionado à construção histórica do grupo no qual nos inserimos, porém, a memória histórica, que são “Nomes próprios, datas, fórmulas que resumem uma longa sequência de detalhes, algumas vezes uma anedota ou uma citação [...]” (HALBWACHS, 2006, p. 55), são construções coletivas com critérios pré-estabelecidos e com uma razão de existir, pois marcam a história humana ao longo da sua existência no planeta e possuem uma base argumentativa que ganha significado de um grupo ou de outro.

Quando falamos em memória coletiva, podemos não estar nos apoiando em indivíduos de nosso grupo de convívio, mas, daí, iremos relacionar uma memória, supostamente individual, com algum fato histórico para nos situar no transcorrer do tempo cronológico. Como os fatos históricos são construções da coletividade que dão significado àquele momento, logo estaremos reconstruindo uma memória coletivamente.

Então, durante o período em que atuei na Rede Estadual de Ensino, trabalhei em diversas realidades distintas: inicialmente atuei em uma Escola de Ensino Médio, depois em uma Escola de Nível Técnico Pós-Médio, depois fui transferido para uma das maiores Escolas da 3ª região escolar na época, que atendia da Educação Infantil ao Ensino Médio. Também, durante minha atuação no Estado, participei de diversas entidades representativas e percebi que a maioria daqueles que participam do poder decisório no interior das Escolas eram profissionais exemplares, que se destacaram em suas áreas, que lograram da vantagem de estarem há longos anos na mesma unidade escolar. Dessa forma, diante de tal “reconhecimento” concedido tacitamente a alguns profissionais, posso dizer que fui “induzido” a crer que o que falavam e praticavam era o correto, e nem sempre era contraposto, pois era uma realidade pré-existente que serviria como base para novas memórias coletivas.

Na metade do ano letivo de 2009, fui nomeado Secretário de Escola no município de Estrela, em uma Escola distrital com Ensino Fundamental completo,

que atendia aproximadamente 160 alunos. Também durante o período em que estive lotado nessa Escola, desempenhava a mesma função em uma Escola de zona rural, multisseriada com Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, onde permaneci por cinco anos e meio. Nessa instituição, além de presidente do Conselho Escolar (por dois mandatos) também atuava junto à Diretora na administração geral da Escola, sendo responsável por toda a parte documental de Professores, funcionários e alunos. Além disso, em ambas as escolas, fui membro do Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e, ainda, responsável pelas pesquisas nos livros das Escolas adjacentes desativadas pela diminuição drástica de alunos

Após este período, fui nomeado Professor de Educação Infantil, também em Estrela. Atuei em uma Escola de periferia por dois anos, depois atuei como Diretor de uma Escola Municipal de Educação Infantil em outro bairro. Nesse período, fui eleito Presidente da Associação de Professores Municipais de Estrela e membro representante da Secretaria Municipal de Educação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA).

Em 2015, fui nomeado para o cargo de Supervisor Escolar no município de Teutônia, atuando em uma Escola com Educação Infantil, Ensino Fundamental e com modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na Escola, fui 2º Tesoureiro do Círculo de Pais e Mestres e membro do Conselho Escolar. A nível de município, estive na presidência da Associação dos Professores Municipais de Teutônia, entidade a qual represento no Fórum Municipal de Educação. Também represento a referida entidade na Comissão de Gestão do Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Teutônia.

Então, a partir de minha trajetória profissional, foi possível vislumbrar que, quando o corpo docente se sente parte de algo maior, a inovação é estimulada através da avaliação institucional. Isso não cria o corporativismo, ou seja, não sucumbe à reticência que leva à acomodação que, por fim, gera uma estagnação. Assim sendo, parto da concepção de que, quando as políticas e as diretrizes/regras são criadas em arenas democráticas, é natural o engajamento de todos no processo, e é daí que surge a motivação para esta pesquisa.

Minha proposta de trabalho parte do pressuposto de que o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, enquanto política pública, é um elemento chave da

identidade profissional do Professor. Conforme for elaborado e estruturado, é capaz de definir elementos decisórios acerca dele próprio e do seu público alvo. Desse modo, emerge como problema de pesquisa a seguinte questão: Como as políticas públicas impactam na constituição da identidade dos profissionais do Magistério da Rede Municipal de Ensino de Teutônia?

Dessa maneira, o objetivo geral da pesquisa é subsidiar a elaboração de um Relatório Técnico que apresente a relação das Políticas Públicas de Educação e a identidade dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de Ensino de Teutônia.

Seguem-se os objetivos específicos, essenciais para a elucidação do tema:

- a) articular os conceitos de memória social e identidade no contexto das políticas públicas atinentes ao Magistério municipal de Teutônia;
- b) registrar memórias de Professores da Rede Municipal de Ensino de Teutônia; e
- c) caracterizar traços identitários do docente de Teutônia relacionando às peculiaridades de profissão.

A premissa de que a (re)construção da(s) identidade(s) dos Professores de Teutônia e as políticas públicas estão entrelaçadas implica refletir sobre a (re)estruturação do Plano de Carreira. Com isso, é possível desenvolver estratégias de gerenciamento dos recursos humanos no interior das escolas sem que nenhuma das partes, docentes e gestores municipais, sintam-se tolhidos ao desenvolver seu trabalho ou implementar as decisões tomadas, respectivamente.

Como foi apontado anteriormente, no setor público, as relações profissionais estão em uma constante arena de disputa, nas quais quem detém o poder de decisão em uma gestão pode não o ter mais na próxima. Uma característica deste ciclo, inerente ao estado democrático de direito, é que alternância entre o status de gestor e não gestor potencializa possíveis situações de atrito e formações de grupos de autoproteção. Conforme Candau (2012), os grupos elaboram sua identidade, a qual é definida e redefinida na interação social, por isso é uma ininterrupta construção social. Assim, a identidade do grupo de Professores será afetada por essas arenas de disputa. Sempre que alguém for agregado ao grupo, entenderá como e por que aquele grupo possui determinadas características e contribuirá com sua atualização.

Nesse sentido, o relatório técnico fruto deste estudo irá caracterizar traços identitários do docente de Teutônia, relacionando as peculiaridades da profissão. Além disso, serão elencados elementos pertinentes à gestão de pessoas no contexto educacional, indicando como as políticas públicas podem contribuir e/ou influenciar a consolidação dessa identidade profissional.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de modernização dos Planos de Carreira do Magistério, que precisa ser articulada com as demandas da Escola (que cada vez mais vem agregando funções diversas a sua característica original), dos docentes (que precisam se adequar às exigências do setor público, principalmente o orçamento⁵, sem perder a suas características profissionais, visto que a fiscalização das contas públicas está cada vez mais efetiva), e, por último, mas não menos importante, com as demandas do executivo municipal.

No próximo capítulo, antes iniciar a descrição de outros detalhes sobre o desenvolvimento desta pesquisa, faz-se necessário contextualizar o município de Teutônia, ao qual o Relatório Técnico se refere. Em tal contextualização, são sistematizados também dados relativos à Rede Municipal de Ensino, os quais foram coletados e organizados como parte do percurso metodológico.

⁵ “[...] o gestor público no Brasil tem que operar e produzir resultados em um contexto de recursos absolutamente escassos, pressões de demanda ainda maiores originárias da extrema precariedade social e de um aparelho institucional que historicamente apresenta forte instabilidade, estando longe de estar consolidado.” (BITTENCOURT, [2017], p. 22).

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DE TEUTÔNIA

A história do município de Teutônia⁶ está relacionada com a da imigração alemã em nosso Estado, como veremos a seguir. Antes disso, a região era ocupada por indígenas da tribo Guaianazes, pertencentes à Nação Tupi-Guarani.

Durante a Guerra do Paraguai (1864 - 1870), uma comissão de suíços e alemães, estabelecidos na província argentina de Corrientes, percorreu os núcleos coloniais do Estado, optando por transferir-se para a Colônia de Teutônia. Logo após o conflito, chegaram os primeiros colonos, boa parte vinda da antiga zona colonial de São Leopoldo, alguns de Santa Catarina e outros diretamente da Alemanha (das regiões da Pomerânia, Saxônia, Boêmia e Silésia) e da colônia frustrada de São Carlos na Argentina.

As primeiras comunidades surgiram, aproximadamente, entre os anos 1860 e 1870, formadas a partir de picadas. A primeira picada⁷ aberta em Teutônia foi a Glück Auf⁸ (ou Picada da Boa Sorte, hoje Bairro Canabarro). Depois surgiu a Picada Hermann (atual Linha Germano), a Picada Boa Vista, a Picada Frank, a Picada Schmidt, a Picada Clara, a Picada Welp, a Picada Catarina, entre outras.

Teutônia foi emancipado em 24 de maio de 1981, criado pela Lei 7.542, de 5 de outubro do mesmo ano, sancionada pelo então governador José Augusto Amaral de Sousa. O município foi instalado oficialmente em 31 de janeiro de 1983, tendo como primeiro Prefeito eleito Elton Klepker. Desde então, o atual Município de Teutônia passa por um processo de desenvolvimento econômico e social.

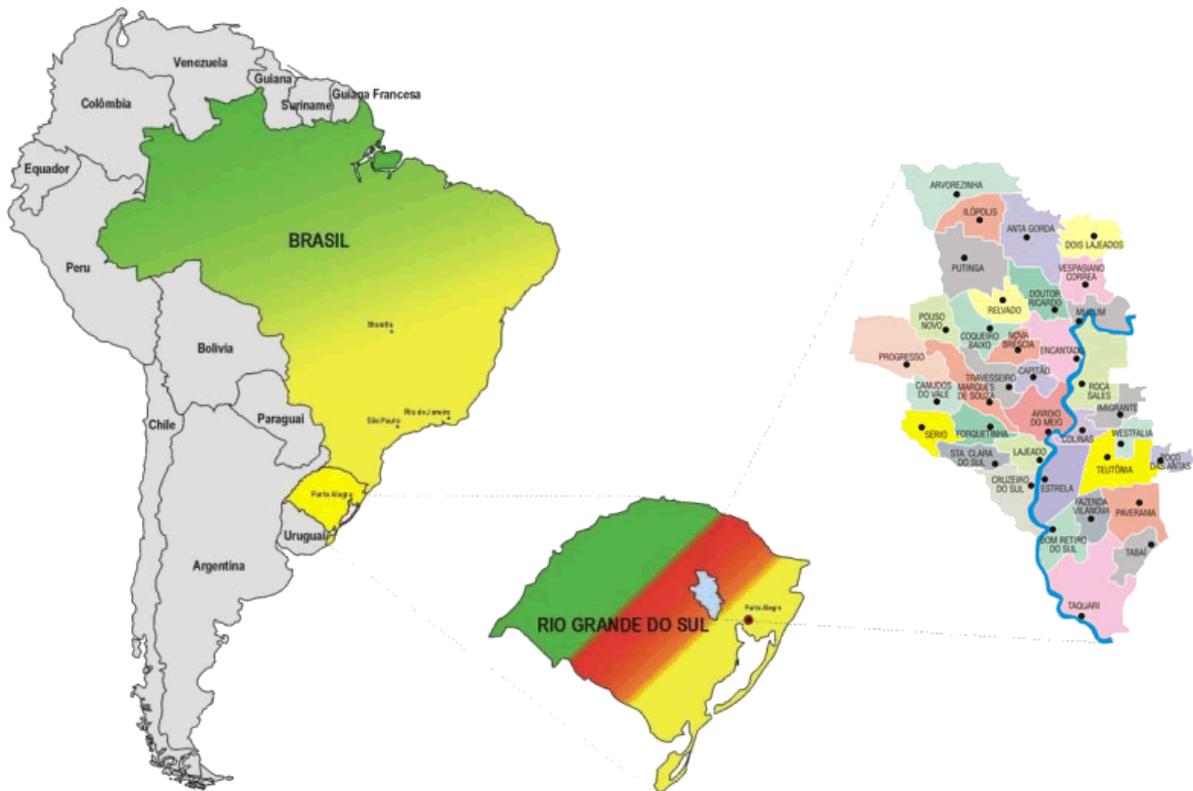
A Figura 1 ilustra a localização espacial do município de Teutônia em relação ao país e ao estado. A referida imagem apresenta, ainda, a região do Vale do Taquari, a qual, além de Teutônia, inclui outros 35 municípios.

⁶ Os aspectos relacionados à história do município são oriundos de consulta ao site da Prefeitura Municipal de Teutônia (disponível em: www.teutonia.rs.gov.br, acesso em 25 jan. 2019), à Wikipédia (disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Teut%C3%B4nia>, acesso em 25 jan. 2019), e ao trabalho de conclusão de Carlos Henrique Campos, trabalho de conclusão de Curso de História, do Centro Universitário Univates, conforme referências.

⁷ Picadas eram os caminhos (estradas) abertos em meio à mata fechada para o deslocamento ou povoamento das terras devolutas.

⁸ Importante ressaltar que foi por ocasião da I Guerra Mundial que os nomes em alemão foram proibidos, devido ao posicionamento do Brasil frente à Alemanha.

Figura 1 - Mapa do Vale do Taquari, Estado do Rio Grande do Sul e Brasil/América do Sul



Fonte: Câmara de indústria, comércio e serviços do Vale do Taquari, 2019.

Teutônia, como pode ser observado na Figura 1, situa-se na região central do Estado, no Vale do Taquari, mais precisamente na encosta inferior do Nordeste, em localização privilegiada, próxima dos principais polos econômicos do Rio Grande do Sul. Fica distante a 100 km de Porto Alegre e Região Metropolitana e a 100 km de Caxias do Sul.

O relevo é marcado por áreas onduladas. A maior altitude é de 600 metros, no Morro da Harmonia. O território do município é banhado pelos arroios Boa Vista e Posses, que deságuam no Rio Taquari.

Atualmente, segundo dados de 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Teutônia possui uma população de mais de 33 mil habitantes⁹. Também é considerado o município com o segundo melhor índice de desenvolvimento socioeconômico do Vale do Taquari e detém a terceira colocação no bloco Educação, entre os 39 municípios filiados à Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), de acordo com o índice de retorno do Imposto Sobre

⁹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/teutonia.html>, acessado em: 24 set. 2020.

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dados da Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE)¹⁰. A base da economia é agropecuária, destacando-se a produção de leite e o cultivo de milho e soja. Além disso, o setor coureiro-calçadista também é bastante significativo no município. Teutônia é considerada a Capital Nacional do Canto Coral, através da Lei Federal nº 13.563, de 21 de dezembro de 2017¹¹, e a “Cidade que canta e encanta”, pela Lei Estadual nº 13.530, de 14/10/2010¹².

Possui uma base cooperativista muito forte, refletindo a veia empreendedora e associativista da população, sediando cinco cooperativas, o que rende a Teutônia o título de Terra do Cooperativismo, de acordo com a Plataforma Geração Cooperação¹³. Segundo o jornal regional A Hora¹⁴, no ano de 2016, 82% dos seus habitantes eram associados a alguma das cinco cooperativas sediadas no município. Teutônia é a sede das seguintes cooperativas (Sistema OCERGS SESCOOP/RS, 2020)¹⁵:

- a) Cooperativa Regional Eletrificação Teutônia LTDA. (Certel): divide-se em duas cooperativas: uma de desenvolvimento e outra de distribuição. É considerada a maior e a mais antiga cooperativa de eletrificação do país, que atualmente atende 48 municípios no segmento de infraestrutura;
- b) Cooperativa Languiru (COOLAN): atua na produção de laticínios, embutidos, aves, suínos e derivados. Ocupa a terceira posição entre as maiores cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul, contando com mais de 6 mil associados, 2,8 mil colaboradores, o que representa mais de 40 mil pessoas envolvidas direta ou indiretamente na cooperativa. Suas unidades industriais e comerciais estão localizadas em 12 municípios do Rio Grande do Sul e os produtos Languiru são distribuídos em 23 Estados do Brasil e exportados para mais de 40 países;

¹⁰ Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/>, acessado em 24/08/2020.

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13563.htm, acessado em 24/08/2020.

¹² Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/>, acessado em 24/08/2020.

¹³ Disponível em: <https://geracaocooperacao.com.br/conheca-5-cidades-que-sao-destaque-no-cooperativismo/>, acessado em 24/08/2020.

¹⁴ Disponível em: https://issuu.com/jornalahoraltda1/docs/pensar_24-05, acessado em 24/08/2020.

¹⁵ Disponível em: <http://www.sescoopr.coop.br/cooperativismo/lista-de-cooperativas-gauchas/>, acessado em 24/08/2020.

- c) Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Branco (Sicredi Ouro Branco); e
- d) Cooperativa de Manutenção e Transporte Teutônia LTDA (Comatra).

A Sicredi Ouro Branco mantém, em parceria com a Prefeitura Municipal de Teutônia e com as duas Escolas Privadas do município, o Projeto de Cooperativas Escolares, no qual os alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e alunos do Ensino Médio, vivenciam a realidade de uma cooperativa, desde a sua assembleia de fundação, até o desenvolvimento de objetos de aprendizagem que são a fonte de renda para a manutenção destes empreendimentos. O objetivo principal é fomentar o cooperativismo e o espírito empreendedor nos jovens teutonienses.¹⁶

Teutônia mantém sua capacidade de atrair pessoas de diversas regiões, que buscam um lugar melhor para viver. O próprio Hino Municipal faz referência a tal aspecto, nos seguintes versos: “O povo alegre e hospitaleiro, é forte, humilde e trabalhador”¹⁷.

No caso dos Profissionais do Magistério de Teutônia, a história contada ultrapassa os limites regionais, e atrai pessoas de diversos lugares. Tal afirmação pode ser exemplificada no último concurso para cargos de Magistério, em dezembro de 2018, que contou com várias inscrições de candidatos oriundos não só de outras regiões do Rio Grande do Sul, mas também de outros estados brasileiros. A partir desse movimento migratório para a cidade, as mudanças ocorrem naturalmente e surgem novas demandas para o serviço público. Dessa forma, a necessidade da tomada de decisões precisa ser mais eficiente, a fim de garantir a qualidade dos serviços oferecidos.

Sendo assim, entre os Profissionais do Magistério que hoje desempenham suas atividades laborais no município de Teutônia, aproximadamente 65% de todo o quadro ou residem em outro município e se deslocam diariamente para a cidade, ou mudaram-se para lá, isto é, fixaram sua residência em Teutônia em virtude da nomeação em concurso público. O fato de o salário para Professores em início de

¹⁶ Para saber mais, há um vídeo institucional que foi exibido na Jamaica, em 2019, no qual uma aluna descreve a experiência. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZYo9_n6UOcA&feature=youtu.be. Acesso em: 08 fev. 2020.

¹⁷ Waltraude Wartschow, Lei nº 1.430, de 19 de novembro de 1998. Disponível em: <http://www.camaradeteutonia.com.br/site/leis>, acessado em 26 jan. 2019.

carreira ser o segundo melhor na região também é um atrativo¹⁸ para esses profissionais.

O Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, que foi instituído há mais de duas décadas, necessita de uma atualização, não só em razão das alterações nas leis que regem o assunto, tais como a ampliação do FUNDEB, mas também devido à instituição da lei do piso salarial, à ampliação da oferta de vagas, à revisão da resolução que baliza a criação de novos Planos de Carreira do Magistério, entre outros.

O Sistema Municipal de Ensino foi criado em 25 de setembro de 1997, adequando a legislação municipal à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). O Sistema Municipal de Ensino integra: as instituições do Ensino Fundamental e de Educação Infantil mantidas pelo Poder Público Municipal; as instituições de Educação Infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada; a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (atualmente a Secretaria Municipal de Educação - SME - responde apenas pela Educação¹⁹); e o Conselho Municipal de Educação. Na referida Lei Municipal, também eram previstas as atribuições do Conselho Municipal de Educação (CME) e da própria SME.

Em consulta ao site do Ministério da Educação (MEC), é possível encontrar um documento do ano de 2007, da Comissão Pró-Conselhos Municipais de Educação do estado do Tocantins, que orienta a criação e o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino, uma cartilha detalhando como proceder em cada município. Em alguns trechos do referido documento, há indícios da importância do caráter democrático que o Sistema Municipal necessita ter, o que já seria o início de como irá funcionar a Educação naqueles municípios, ou seja, um sistema democrático instiga o corpo docente a ser democrático.

O princípio da gestão democrática, definido no Artigo 206 da Constituição Federal de 1988, desencadeou inúmeros esforços para o debate e a implementação de novas formas de gestão dos sistemas educacionais.

¹⁸ Este é um dado empírico, baseado em uma pesquisa realizada por meio de contato telefônico e análise de editais de concurso recentes. Entretanto, a questão da atratividade é evidenciada pela maioria dos entrevistados para esta pesquisa. Exemplo de um dos entrevistados que se mudou para Teutônia de forma definitiva, vindo de Pelotas, distante mais de 350km, devido ao valor do salário para o cargo de Professor.

¹⁹ É importante frisar que, ao manter a Secretaria Municipal de Educação exclusiva para este segmento da Administração Municipal, o gestor abre a possibilidade de pagar os salários de todos os servidores com recursos vinculados - FUNDEB e MDE -, caso contrário, quando a Secretaria é composta e atende mais de um segmento da Administração Municipal, o pagamento da folha de quem trabalha na Secretaria deve ser pago com recurso livre, ou seja, próprio do município.

Neste contexto, a implantação dos Sistemas Municipais de Ensino (SME) tornou-se possibilidade pelo discurso da descentralização segundo o qual esta passa a ser identificada como estratégia modernizante do país e de suas instituições. O município emerge como formulador de políticas públicas, embora devendo considerar as responsabilidades que passam a lhe ser impostas e as demandas sociais da educação básica. (PAZ; SANTOS, 2013, p. 1s).

Há pesquisas que indicam que as Redes Municipais de Ensino que apresentam melhores resultados – tanto quantitativos (IDEB, por exemplo), quanto qualitativos (satisfação e participação no local de trabalho) – são as que estão sempre em busca da democratização permanente de seus processos. É possível fazer essa análise tomando por base as diretrizes adotadas em Novo Horizonte/SP: “A matéria-prima para o bom desempenho é o comprometimento de gestores, professores e pais com a educação, além da continuidade de políticas públicas eficazes.” (GOULART; MAGGI, 2013).

Na mesma linha de pensamento, os autores Oliveira, Menezes-Filho e Komatsu (2018) afirmam que

Os resultados encontrados evidenciam que os indicadores da qualidade da administração local estão relacionados positivamente com o IDEB dos municípios, mesmo depois de controlar por efeitos fixos municipais e gastos em educação. Os efeitos mais significativos ocorrem nas notas dos alunos na Prova Brasil, principalmente nos primeiros anos de ensino. Sendo assim, é possível concluir que uma boa gestão municipal pode afetar a qualidade da educação oferecida. (p. 20).

É preciso atentar para o fato que a democratização não está ligada diretamente à participação coletiva no processo decisório em si, mas a uma transparência dos processos que serão implementados. Por isso é importante que o corpo docente não só perceba que faz parte de algo que evolui constantemente, o Sistema Municipal de Ensino, como também que participe do processo de elaboração das políticas públicas.

Assim, afirma-se a importância de Sistemas Municipais de Ensino no processo de descentralização, estabelecendo uma relação entre o global e o local de modo a transferir as responsabilidades sociais do Estado para a sociedade, instituindo uma nova relação entre estes. (PEREIRA, 2014, p. 38).

Caminha-se, então, para a construção de uma identidade coletiva. O excerto anterior indica que a forma como a base da pirâmide se “comporta” acaba impactando nos demais degraus que a compõem.

Para finalizar essa parte do Sistema Municipal de Ensino, apresento as palavras de um trabalho que ilustra o que foi falado até aqui. A construção de uma identidade coletiva advém das memórias dos integrantes do respectivo grupo. A chefia, que é detentora do poder decisório, é a referência de como tal construção pode ocorrer:

O que caracteriza um município que assume a responsabilidade pela educação criando o SME é a intervenção em processos de administração da educação, que muitas vezes funcionavam pela inércia, ou nos quais o clientelismo e o autoritarismo prevaleciam. Criar o seu SME indica a intenção de assumir, com responsabilidade pedagógica, administrativa e política, a educação local. A criação de SME possibilita restringir o abuso do poder e do arbítrio de alguns poderosos e de instalar, por exemplo, processos qualificados de contratação/concurso de docentes de forma que sua designação para escolas da rede siga normas expressas no município, divulgadas e comuns a todas as escolas. (WERLE; THUM; ANDRADE, 2008, 84).

Werle, Thum e Andrade (2008) destacam a construção do Sistema Municipal de Ensino como o primeiro passo na construção da identidade da Educação local, ou seja, é o perfil desta construção que irá determinar se os Professores irão ter um exemplo positivo ou negativo, ativo ou inerte, autoritário ou democrático, e que seja motivador de autonomia e independência dos seus docentes. Assim, quando os Professores conhecem e reconhecem as arenas de disputa, engajam-se na promoção de características democráticas que contribuem de forma direta e indireta para os processos de ensino e aprendizagem.

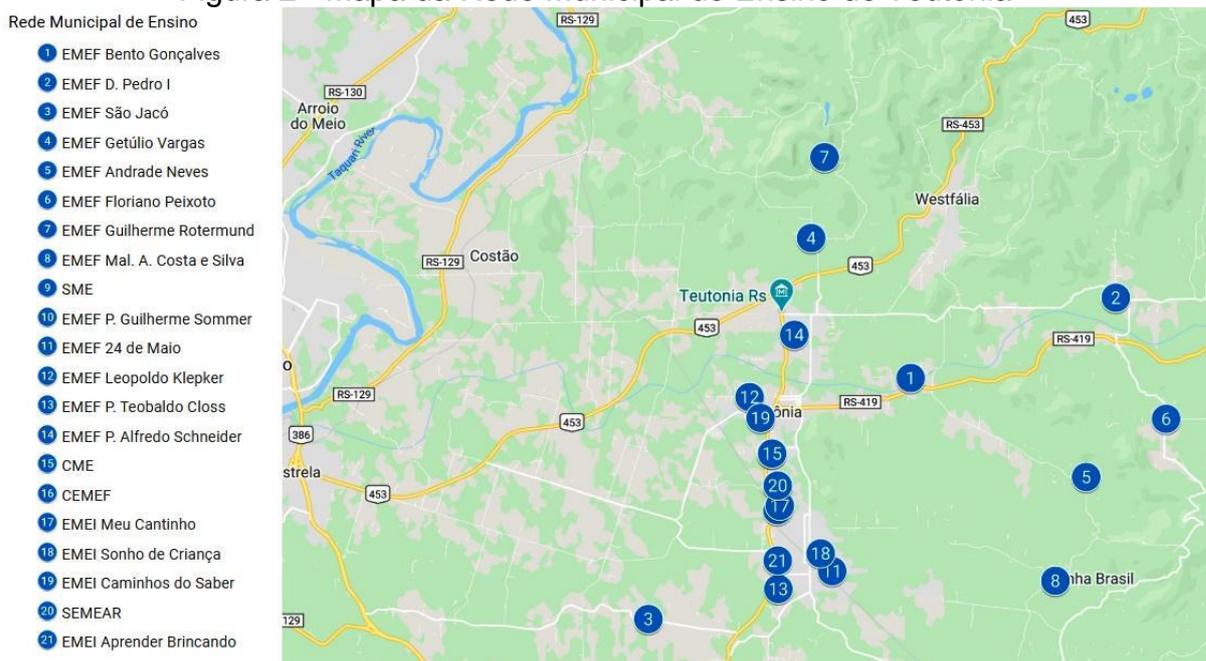
Considero, então, que o município de Teutônia pode avançar em termos de gestão da Educação, sendo um setor da estrutura pública que detém 25% do orçamento municipal. Nesse sentido, apoio-me nas palavras de Barboza (2014):

No que diz respeito à Educação Municipal penso que devemos começar por ter boa gestão nas Secretarias Municipais de Educação, estruturando-as bem para gerir os setores administrativo e pedagógico. Os cargos nas secretarias de educação não podem ser preenchidos à luz de acomodações partidárias sem considerar as atribuições que cabe a cada servidor no cargo que vai ocupar. Ser responsável pelo dinheiro e pelo patrimônio público não pode ser para iniciantes nem para pessoas sem formação. A área administrativa de uma Secretaria de Educação é responsável, no mínimo, pelo uso do dinheiro da educação, pelos serviços de pessoal, alimentação e transporte escolar e manutenção da secretaria

e da rede de escolas e em muitos municípios estamos falando de dezenas de escolas, centenas de servidores e milhares de alunos.

A partir do contexto histórico e dos pressupostos definidos, traço um esboço da realidade atual da Rede Municipal de Ensino de Teutônia, tendo por base dados da Prefeitura Municipal e da minha experiência pessoal. A Figura 2 apresenta a distribuição geográfica das 21 escolas que fazem parte da rede.

Figura 2 - Mapa da Rede Municipal de Ensino de Teutônia



Fonte: site <http://www.googlemaps.com.br>

A Secretaria de Educação de Teutônia possui quatro Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI's). Além disso, mantém oito Escolas multisseriadas²⁰ espalhadas pela zona rural do município, sendo que 6 unidades atendem desde a Pré-Escola até o 5º Ano do Ensino Fundamental. Conta ainda com uma Escola com Ensino Fundamental completo, também com turmas multisseriadas, inclusive nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Possui também uma outra Escola nos limites geográficos da zona urbana, com Educação Infantil e Anos Iniciais (com 3 turmas multisseriadas).

As Escolas multisseriadas em Teutônia têm sua origem vinculada à imigração germânica. Os imigrantes que se estabeleceram nessa região

²⁰ Multisseriada é o termo que identifica uma turma escolar com mais de um nível sob a regência da mesma Professora, por exemplo, uma turma com 1º e 2º Anos do Ensino Fundamental. Entretanto, há casos onde esta turma engloba a Pré-Escola da Educação Infantil até o 5º Ano. Por fim, há um caso de "multisseriamento" nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

acreditavam que o prédio da Escola era mais importante que o da igreja, pois oferecia mais possibilidades de uso, uma vez que também poderia servir de centro comunitário, reuniões sociais e até mesmo atos fúnebres. A sua estrutura física, basicamente um salão de tamanho médio, bastante arejado e com banheiro, data de, em média, cem anos atrás.

As oito Escolas multisseriadas do município possuem profissionais com um perfil diferenciado. São Professores que, obrigatoriamente, criam um vínculo mais específico com a comunidade. Tais docentes adquirem um perfil de líder comunitário, visto que são consultados em algumas decisões locais e, juntamente com o presidente da paróquia, ou do time de futebol, ou ambos, tornam-se referência para as pessoas que habitam o entorno da Escola.

Na zona urbana, são cinco Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF's) completo. Todas de grande porte, a menor com mais de 370 alunos, duas com Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período da noite, três no mesmo bairro. Juntas, somam mais de 1.600 estudantes. Teutônia possui duas Escolas, que sozinhas, são maiores que a rede municipal inteira de municípios como Westfália, Poço da Antas ou Forquetinha, por exemplo.

O município oferece, também, em quatro Escolas, o turno integral aos alunos, inverso ao período de aulas regulares, tudo sob orçamento próprio da Prefeitura, sendo uma na zona rural, uma nos limites da área urbana e duas no bairro mais populoso do município. Com relação ao turno integral, existe ainda o Centro Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola (CEMEF), localizado na área central do município, que atende em torno de 350 alunos oriundos das diversas Escolas da área urbana do município. O CEMEF, onde atuam Professores, Monitores de Educação e estagiários, conta com a estrutura diretiva completa, possui cadastro no Censo Escolar do Ministério da Educação e, portanto, é tratado como uma Escola.

O município de Teutônia conta ainda com três Escolas Estaduais: uma com Ensino Fundamental e as demais com Ensino Fundamental e Médio. Em duas delas, as vagas para o Ensino Fundamental são muito disputadas. Ainda possui duas Escolas da rede privada com Educação Básica, além da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

A Escola mais antiga do município, ainda em funcionamento, completou 144 anos de história ininterrupta. Trata-se da EMEF Bento Gonçalves que, de 1875 a

1960, mantinha-se exclusivamente com recursos do “schulgeld”²¹, uma espécie de contribuição espontânea fornecida pelos pais para que se mantivesse o educandário. Na referida Escola, a aula somente deixou de ser ministrada em alemão em virtude do Decreto de Getúlio Vargas, no contexto da II Guerra Mundial, em 1939. Atualmente, a EMEF Bento Gonçalves se localiza na zona Urbana do Bairro Boa Vista. Ela foi transferida de prédio em 2017, devido à construção de um novo espaço, e continua com atendimento em classes multisseriadas.

Em novembro de 2019, outra Escola bastante antiga comemorou seu 120º aniversário. Foi um grande evento, que contou com a presença de inúmeras personalidades da nossa região, todas com alguma ligação com aquela Escola. Trata-se da atual EMEF D. Pedro I, fundada com o nome de Comunidade Evangélica em 17 de junho de 1878. Em 1899 foi transferida para o local onde ainda hoje abriga suas atividades. Em tempos idos, a Escola possuía um pasto para que os muares e cavalos, transporte dos alunos, pudessem ficar pastando durante o período de aula. Hoje, este espaço abriga uma área de lazer para toda a comunidade. Na Escola, as turmas seguem em classes multisseriadas devido ao número reduzido de alunos.

Na Linha São Jacó, a EMEF São Jacó data de 1880, em um prédio que servia inclusive de necrotério. No mesmo ano, a EMEF Getúlio Vargas, da Linha Harmonia Baixa, também deu início a suas atividades, em um prédio ao lado do cemitério da comunidade. Na Linha Boa Vista Fundos, a EMEF Andrade Neves data de 1882. Na Linha Catarina, as atividades iniciaram na EMEF Floriano Peixoto, em 15 de janeiro de 1890. Temos ainda a EMEF Guilherme Rotermund, que iniciou suas atividades em 1968, como Associação Sinodal Guilherme Rotermund, em uma casa de madeira, comprada pela comunidade de Linha Harmonia Alta e transportada de caminhão, de sua origem até o destino. Assim, os filhos dos integrantes da comunidade teriam aulas mais próximo de sua residência.

Por fim, cito a EMEF Mal. Arthur da Costa e Silva, criada na Linha Germano Fundos, em 18 de janeiro de 1973, primeira Escola criada originalmente pelo poder público municipal. O prédio foi construído com restos de uma demolição de uma comunidade vizinha. Esta última, cabe salientar, não era de propriedade do município de Teutônia. A “posse” ocorreu apenas em 1996, quando o Círculo de

²¹ A tradução literal do alemão seria taxas escolares.

Pais e Mestres construiu um novo prédio de alvenaria para abrigar a Escola e o doou à municipalidade.

Como é possível perceber, com exceção da última Escola, todas foram criadas por comunidades de imigrantes, em terrenos doados por cidadãos, onde a própria comunidade edificou o seu sonho de ter uma Escola. Convém referir, ainda, que o nome da maioria dessas escolas teve relação com a comunidade Evangélica Luterana local, ou com imigração germânica, inclusive valendo-se de termos que não eram em Língua Portuguesa. No entanto, todas estas escolas tiveram que alterar o nome durante o mandato de Getúlio Vargas. São todas Escolas de classes multisseriadas localizadas na área rural do município.

Na área urbana, o município de Teutônia mantém as seguintes Escolas: EMEF Professor Guilherme Sommer, criada em 17 de maio de 1988; EMEF 24 de Maio, com nome de alusivo à emancipação política de Teutônia, fundada em 23 de janeiro de 1990; EMEF Leopoldo Klepker, criada em 02 de março de 1990; EMEF Professor Teobaldo Closs, criada em 07 de março de 1990 e a EMEF Professor Alfredo Schneider, fundada em 22 de fevereiro de 1991.

O Bairro Canabarro, mais antigo e maior em população, possui as duas maiores Escolas de Ensino Fundamental da rede municipal e uma das maiores Escolas Estaduais da Região. Conta, ainda, com duas EMEI's, quatro Escolas comunitárias de Educação Infantil e uma Escola "Cenecista"²².

Com relação aos Profissionais do Magistério do município de Teutônia, temos, portanto, os seguintes perfis com relação à sua atuação profissional:

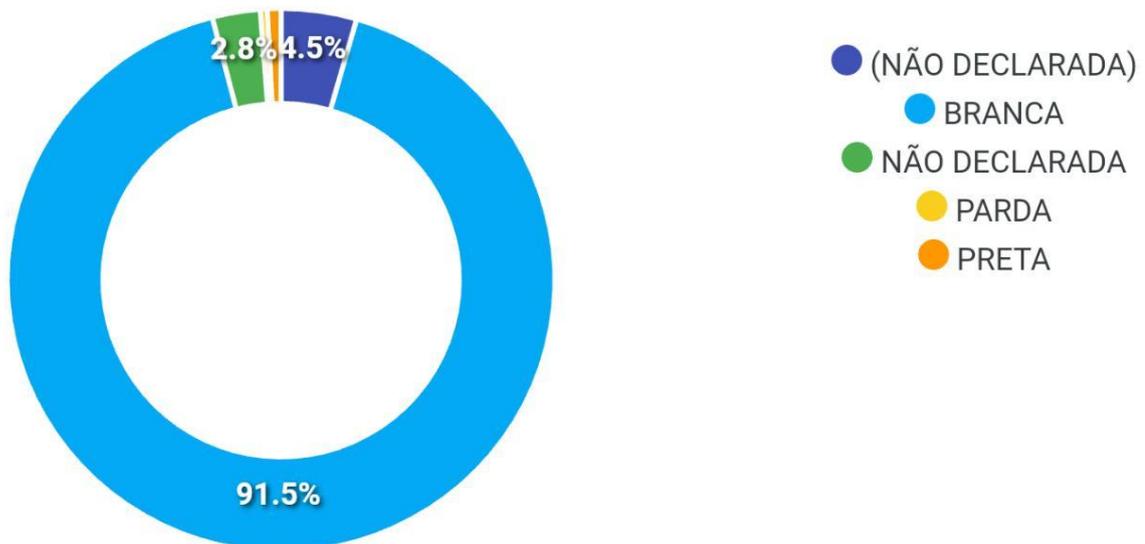
- a) os Profissionais do Magistério atuantes nas EMEI's, que atendem crianças de 0 a 6 anos de idade. O calendário desses profissionais é mais extenso do que o dos colegas do Ensino Fundamental, devido à própria demanda que a característica do serviço impõe;
- b) os Profissionais do Magistério das Unidocentes, que atendem um público e demanda diferenciados devido à sua localização geográfica em relação à sede do município;
- c) os Profissionais do Magistério que atuam nas EMEF's da área urbana, no turno diurno, os quais são o ponto de referência para todas políticas públicas desenvolvidas na atualidade. É ruim dizer isso, mas partindo

²² Escola pertencente à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC).

- das determinações feitas a este grupo, são feitas adaptações para os demais colegas, o que nem sempre é feito a contento da realidade;
- d) os Profissionais do Magistério da EJA, que atuam em um regime diferenciado de trabalho, devido às características da clientela desta modalidade; e
- e) os Profissionais do Magistério que estão fora da sala de aula regular, ou por estarem em alguma função gratificada, ou por estarem em desvio de função ou, por fim, por estarem desempenhando atividades pedagógicas em algum projeto específico da SME.

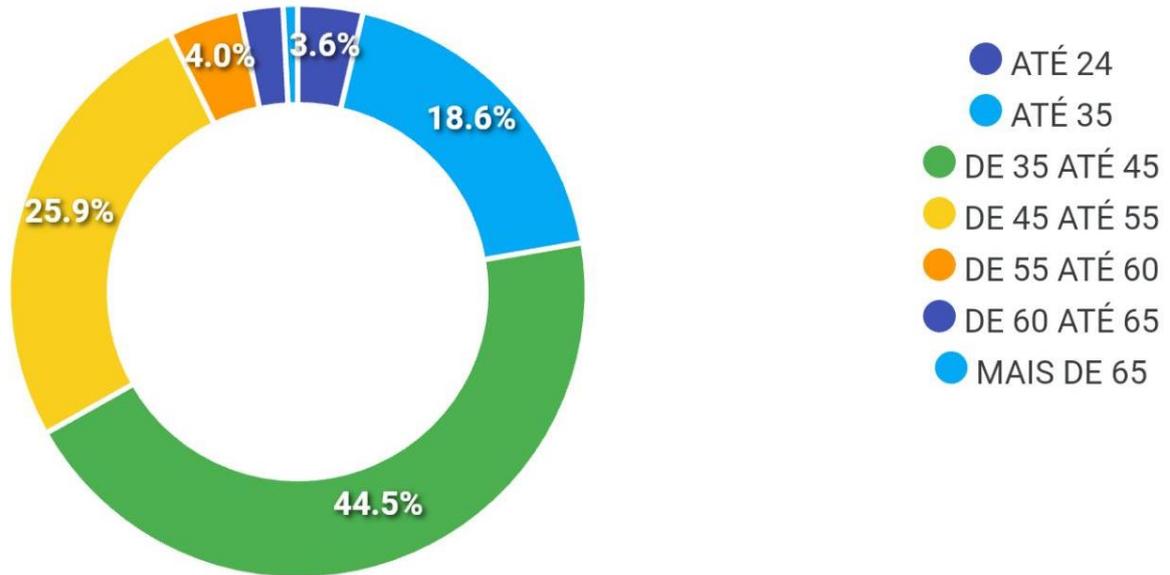
Com relação ao grupo de Profissionais do Magistério, o grupo de Professores selecionado para a pesquisa, constitui uma amostragem de um grupo de 242 Profissionais do Magistério, divididos em 283 matrículas (alguns com mais de uma nomeação no município), predominantemente brancos, com idades que variam entre 24 e mais de 65 anos, sendo uma média de mais de 80% mulheres.

Figura 3 – Distribuição dos Profissionais de Magistério por cor/raça



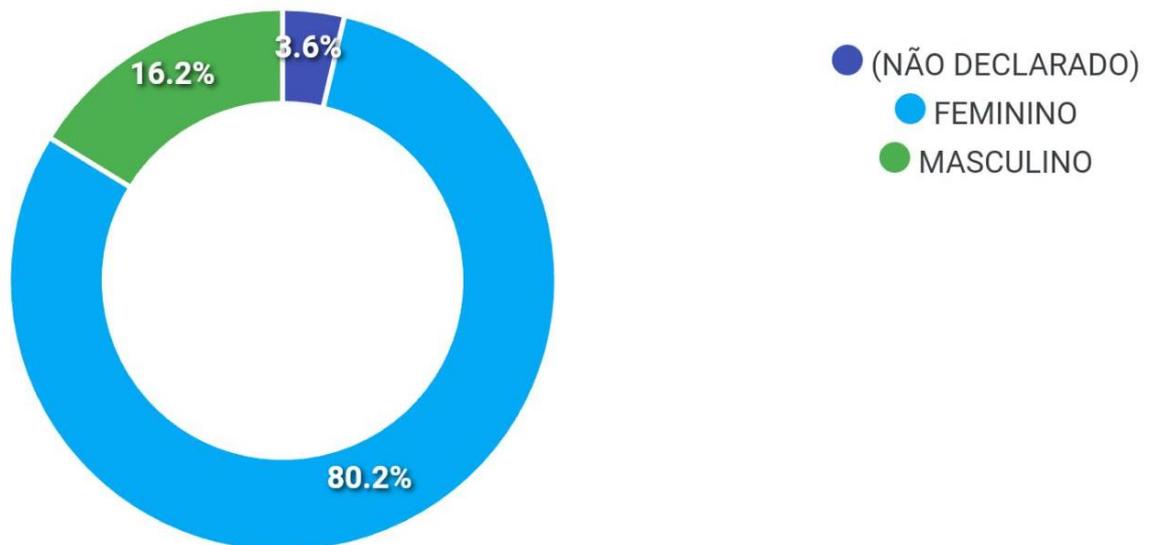
Fonte: Banco de dados da Prefeitura Municipal de Teutônia.

Figura 4 – Distribuição dos Profissionais de Magistério por faixa etária



Fonte: Banco de dados da Prefeitura Municipal de Teutônia.

Figura 5 – Distribuição dos Profissionais de Magistério por sexo

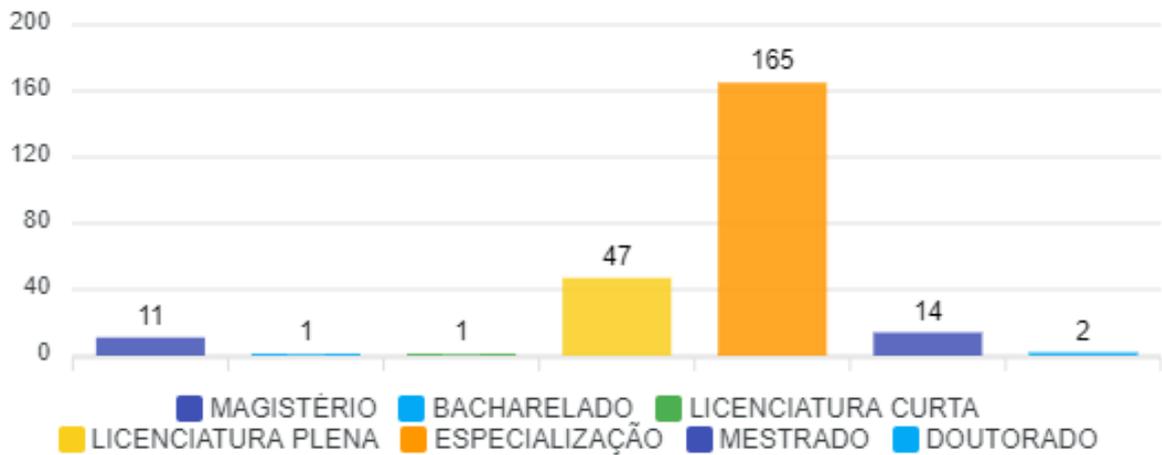


Fonte: Banco de dados da Prefeitura Municipal de Teutônia.

O banco de dados encontra-se desatualizado, possui uma aproximadamente 85% dos dados consolidados, porém, já é possível ter uma noção de como o grupo é constituído.

Com relação à formação, ainda, podemos observar que a grande maioria possui licenciatura plena para a docência ou desempenhar funções de apoio pedagógico.

Figura 6 – Distribuição dos Profissionais de Magistério por titulação



Fonte: Banco de dados da Prefeitura Municipal de Teutônia.

Antes de prosseguirmos na análise do perfil dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de Ensino de Teutônia, tratarei, no próximo capítulo, de sistematizar os principais conceitos de base do desenvolvimento do presente relatório.

3 REVISÃO CONCEITUAL

A proposta deste trabalho está baseada em três eixos de conceitos principais: políticas públicas, memória e identidade (do Profissional do Magistério) e gestão de pessoas no contexto educacional.

Assim sendo, para elucidar o tema deste trabalho, que abarca o papel do Plano de Carreira do Magistério Público de Teutônia como elemento constituinte da identidade do grupo de Professores deste município sob a óptica de Professores da Rede Municipal de Ensino, far-se-á necessário o estudo de conceitos atrelados à memória e à identidade. Para tanto, serão feitas a seguir as seguintes abordagens: como uma política pública pode interferir na identidade profissional de uma categoria; a constituição de políticas públicas e suas arenas de disputa; e gestão de pessoas no contexto educacional.

3.1 Políticas públicas

Política pública é toda ação, ou não-ação, governamental que orienta, sustenta ou modifica a ação humana em sociedade.

Nossa vida social é articulada por meio de regras pré-concebidas pela sociedade em que vivemos. Essa sociedade é o Estado, não como Unidade Federativa, mas, como uma instituição social arquitetada para prover o público do que o público não pode prover a si próprio, como, por exemplo, formas organizadas de educação, segurança, saúde e legislação. Na medida em que a sociedade fica mais complexa são necessários níveis de organização adequados a cada estágio. E na mesma medida vão surgindo estratégias, ou políticas públicas para dar conta das demandas que vão surgindo. (SCHNEIDER, 2009, p. 22).

Para que se concretizem, as políticas públicas partem de toda uma conjuntura, conflitos de interesse, arenas de disputa e transferências de poder. É importante apontar que, segundo Ball e Bowe (*apud* MAINARDES, 2006, p. 49), as arenas de política, no âmbito educacional, dividem-se em um círculo contínuo de três facetas distintas, mas complementares na sua própria sequência.

A primeira faceta trata-se da *política proposta*, que “[...] referia-se à política oficial, [...] também intenções das escolas, autoridades locais e outras arenas onde as políticas emergem.” (BALL; BOWE *apud* MAINARDES, 2006, p. 49). Como o próprio nome já diz, é uma proposta, ou seja, são as ideias iniciais e

intencionalidades dos envolvidos, desde o cargo mais subalterno até os responsáveis por ordenar, por assim dizer, a execução das políticas públicas. Defendo que isso seja sempre realizado democraticamente, em órgãos colegiados, de forma a agrupar o máximo de conteúdo possível. Além disso, tais políticas devem ser discutidas em cada esfera de indivíduos que potencialmente serão atingidos no caso de efetivação das propostas.

A segunda faceta institui a *política de fato*, que “[...] constituía-se pelos textos políticos e textos legislativos que dão forma à política proposta e são as bases iniciais para que as políticas sejam colocadas em prática.” (BALL; BOWE *apud* MAINARDES, 2006, p. 49). A política de fato envolve os textos escritos, que resultaram de todo o processo anterior. É o conteúdo oficial que irá nortear a prática daquele momento em diante e, com certeza, deverá ser avaliado dentro de um prazo pré-estipulado para que sejam levantadas as hipóteses de consolidação dos trabalhos, ou mesmo de movimentos que possam realinhar o foco do trabalho, se necessário.

A última faceta, por sua vez, refere-se à *política em uso*, que “[...] referia-se aos discursos e às práticas institucionais que emergem do processo de implementação das políticas pelos profissionais que atuam no nível da prática.” (BALL; BOWE *apud* MAINARDES, 2006, p. 49). Pode-se dizer que a política em uso é a cultura instituída, intencionalmente ou não, pelo resultado dos dois processos anteriores. São elas que irão apresentar o resultado do trabalho na prática através do trabalho prático e dos discursos para a efetivação de toda a política educacional.

Enquanto seres políticos, as diferentes políticas fazem parte do cotidiano. Pode-se entender que as políticas públicas advenham de duas principais esferas, a gestão pública e a sociedade civil, que se articulam. A primeira “[...] diz respeito ao agente político e o que ele irá produzir ou oferecer para que sua passagem pelo ‘poder’ fique registrada social ou materialmente na vida das pessoas que estiverem expostas à sua ação.” (SCHNEIDER, 2018, p. 9). Nesse caso, o representante eleito pelo povo irá infringir a marca de sua administração, para que, com o passar dos anos, a memória da população utilize-se de sua referência: “Quando o Fulano foi Prefeito, nós ganhamos a oportunidade de discutir o Plano Municipal de Educação, em horário de trabalho e sem ter que recuperar o horário!”. A outra forma que motiva a implementação de uma política pública “[...] refere-se à necessidade do público

alvo, os anseios do povo, a precisão de uma solução para um problema ou a melhoria em algum produto ou um serviço que já está disponível” (SCHNEIDER, 2018, p. 9). Enquanto a primeira parte do gestor, esta última parte do gerido.

Nesse sentido, a discussão pode apontar para o seguinte caminho: os “detentores do poder” tendem a ter uma melhor aceitação quando dialogam com a sociedade, ou pelo menos, com o público alvo de determinada política pública. Tal movimento é importante devido ao fato de as pessoas participarem, mesmo que indiretamente, dos processos decisórios e cria uma expectativa nelas de que o resultado do trabalho coletivo seja exitoso. Nessa linha, Senge (2004) escreve sobre quais circunstâncias os colaboradores se unem em torno de um objetivo comum: “Se existe uma ideia sobre liderança que tenha inspirado as organizações durante milhares de anos foi a capacidade de ter uma imagem compartilhada do futuro que buscamos criar.” (p. 35). Ele ainda afirma que “Quando existe uma visão genuína (em oposição à famosa ‘declaração de missão’), as pessoas dão tudo de si e aprendem, não porque são obrigadas, mas porque querem” (p. 35).

A política pública também é uma construção na qual há aprendizagem. Quando estamos nas arenas políticas, temos a oportunidade de aprender sobre algum assunto que ainda não nos é familiar. Isso se dá principalmente se pensarmos em termos orçamentários e contábeis, elementos que necessitam de atenção mais do que especial devido à variedade das normas a que estão submetidos.

Contudo, nem tudo são flores. Não podemos nos esquecer de que

Os processos de construção de políticas são complexos. Acolhem e articulam certos interesses e silenciam outros, favorecem a uns grupos enquanto descartam os interesses de outros. A complexidade situa-se também no fato de que os espaços de prática não são de mera execução, mas de reelaboração e apropriação política. (WERLE; ANDRADE; SCHNEIDER, 2009, p. 444).

Após a elaboração do conteúdo de uma política pública, as contendas continuam, porque na prática do cotidiano é que poderemos visualizar se o que a teoria previu poderá ser implementado de fato:

[...] sabe-se que uma afirmativa expressa na lei pode não receber expressão operacional, pode tornar-se inoperante pela inércia dos que teriam a responsabilidade de a implementar ou pode ser suplantada por forças e interesses contrários, que, num determinado momento histórico, conseguem se articular e formular-se, assumindo formas operacionais. [...]

Mesmo que os textos legais sejam produzidos por negociação, avaliação, reescrita e passem por diferentes comissões, avaliações técnicas, legislativas, consulta a associações e grupos, quando são recortados, acrescidos, substituídos, seu conteúdo revela uma intenção estruturadora. Ou seja, as leis e outras formas de expressão das políticas, ao definir instituições, estabelecer processos, normatizar e regulamentar ações, se constituem em políticas estruturadoras, estabilizando o funcionamento, os papéis, as finalidades, a forma de organização, ou seja, institucionalizando a educação. Assim, as leis que nascem na instância municipal acatam certos temas, articulam, institucionalizam e estruturam processos mais sintonizados com interesses e forças de âmbito local, embora também sensíveis a processos de desencaxe. Estas leis são elementos do mundo constitucional, conforme Frey (2000), apesar de estarem constantemente correndo o risco de seguir cursos não autonomistas. (WERLE; ANDRADE; SCHNEIDER, 2009, p. 444s).

Na verdade, as políticas públicas norteiam e delimitam as diretrizes para o trabalho dos Professores em suas respectivas Escolas e, com o passar dos anos, elas vão influenciando, positiva ou negativamente, a identidade e a memória dessa categoria profissional. São as políticas públicas que determinam o ritmo da evolução da Educação enquanto um bem social e, portanto, estabelecem o ritmo da evolução histórica da Educação. São elas que determinam a forma com que os Diretores de Escola precisam gerir o seu quadro docente, a fim de alinhar as políticas públicas estabelecidas pelo Poder Executivo com as demandas da comunidade e com a prática docente dentro da sala de aula. As políticas públicas constituem uma organização ou um conjunto de estratégias para

[...] adequar a sociedade às suas próprias necessidades. Essas estratégias podem ser divididas por áreas, política educacional, por partido, política de governo durante seu mandato, entre outras. As políticas públicas dependem da legislação vigente para legitimá-la, alterá-la ou para a criação de novas Leis de acordo com a necessidade, elas são “[...] um conjunto de tomadas de decisões face a face com temas socialmente problematizados.” (STROMQUIST *apud* WERLE, 2009, p. 1). Esses problemas sociais são interpretados de formas diferentes, por esse motivo as políticas sociais nem sempre têm o resultado esperado. (SCHNEIDER, 2009, p. 22).

Em suma, as políticas públicas voltadas para os docentes, mais precisamente os seus planos de carreira e remuneração, são baseados em três diferentes origens: 1) A conjugação de trechos de vários Planos de Carreira para a formação de um documento único, o qual será decidido nas arenas de política, podendo ou não ser sustentável financeiramente; 2) Análise conjuntural da realidade local e, de acordo com dispositivos legais, produção de um documento para análise dos envolvidos no processo de implementação da política pública; e 3)

Utilização do modelo básico da Delegação de Prefeituras Municipais (DPM). Este último é o mais aceito e utilizado pelos gestores municipais, devido, principalmente, ao fato de estar “blindado” para eventuais situações prejudiciais à fazenda municipal, por estar alinhado com as determinações do Tribunal de Contas do Estado, e, portanto, impede a possibilidade de o gestor ser impetrado por improbidade administrativa. Independentemente de qual forma seja usada, a política pública não poderá opor-se à legislação vigente sobre o assunto.

Assim sendo, observa-se que, quando há a montagem de uma proposta de política pública, a discussão se resume às arenas de política, vencendo o grupo com maior influência ou poder de *lobby* político. Como os Professores são uma categoria corporativista, a discussão toma um tempo significativo, ainda mais se não há um objetivo em comum para o início dos trabalhos, existindo interesses de cada parte a serem atendidas na base da negociação. “Conhecer a arena em que se insere uma determinada política nos ajuda, portanto, a identificar um esboço da possível forma de interação entre os grupos sociais que nela estiverem envolvidos” (BITTENCOURT, 2017, p. 39), já que os grandes embates da divergência de ideias se dão no campo da retórica, ou seja, ganha mais quem tiver poder de convencimento maior.

Desse modo, é preciso elaborar um mecanismo de consulta para embasar futuros trabalhos, fazendo com que os envolvidos se sensibilizem com as necessidades da Educação. Tais necessidades devem se sobrepor aos interesses individuais dos grupos envolvidos, para que haja uma construção capaz de atender às necessidades sociais, principalmente no que se refere aos processos de ensino e aprendizagem em nossas Escolas.

Um trabalho publicado em 2000, resultante da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e do Parecer CNE 10/97 e da Resolução CNE/CEB 03/97, foi “[...] inovador ao introduzir nova concepção de carreira, fundamentada nos dispositivos legais, e contribui para a valorização do Magistério acompanhada da melhoria na qualidade da educação escolar” (MARQUES *apud* DUTRA, 2000, p. 8). Entretanto, o referido estudo, que agora já necessitaria de atualização em função de mudanças de legislação, carece de uma visão mais intencional, visto que se refere a questões amplas e genéricas que não apontam caminhos ou exemplos. Nesse sentido, o presente trabalho busca

tais informações, que podem ser importantes subsídios para que a Comissão de Gestão do Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Teutônia busque a modernização da gestão dos Professores e esteja sensível a compreender como a identidade destes pode ser influenciada a partir de uma política pública bem elaborada.

Às políticas públicas deve se conceder a adaptabilidade da conjuntura socioeconômica vigente. Isso é especialmente importante na questão das políticas de financiamento, entre as quais está o FUNDEB, por exemplo. Se "mexermos" em algum tributo que o compõe, é necessário que se reveja o impacto que a mudança irá causar.

Por fim, convém mencionar que o destino dos cidadãos está diretamente ligado e submetido às decisões induzidas e produzidas pelas políticas. Portanto, as instâncias colegiadas são elementos que devem ser incorporadas ao planejamento das políticas públicas, pois contribuem para que a vontade do povo seja contemplada. Dessa forma, os gestores terão mais conteúdo argumentativo e refinarão o público alvo de suas políticas, tendendo a ter mais sucesso em suas propostas.

3.2 Memória e identidade

Identidade é o que nos define no contexto social, nos identificando dentro de um grupo, e/ou distinguindo um grupo dentre os demais. A identidade é construída ao longo de nossas experiências. Tais experiências, ou memórias, servem como base para nos construirmos.

O consenso existe igualmente em reconhecer que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: "a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um 'estar aqui' que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele". A ideia segundo a qual as experiências passadas seriam memorizadas, conservadas e recuperadas em toda sua integridade parece "insustentável". (CANDAUI, 2012, p. 09).

Ambos os conceitos, de memória e de identidade, são parte do objetivo central deste trabalho e estão intrinsecamente interligados. Em particular, articular esses conceitos faz-se necessário para que posamos entender como os

Professores organizam-se enquanto categoria e como é possível des(re)construir essa forma de organização.

A ideia de que memória é algo em constante evolução, ou seja, de que vamos agregando memórias novas às já existentes, é um dos pré-requisitos para constituir uma determinada identidade. A identidade é o resultado de nossas memórias. “Enfim, admite-se geralmente que a memória e identidade estão indissoluvelmente ligadas.” (CANDAU, 2012, p. 10).

A memória, por sua vez, parte das lembranças, que ao serem reconstituídas, vão, de alguma forma, contando uma nova história, pois, as janelas da memória de cada indivíduo são apoiadas por janelas de outras pessoas. Assim, ela pode nos transpor a uma nova perspectiva, constituindo novos elementos e fragmentos que, no presente, formam nossa identidade.

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. (CANDAU, 2012, p. 16).

Para a história se constituir, recorreremos aos quadros sociais da memória, ou reguladores de fluxo da lembrança, que são mais do que simples agrupamentos de memórias individuais. Os referidos quadros constituem a memória coletiva, fazendo-nos compreender que uma memória não parte do zero, ou do vazio, mas é sempre reconstruída a partir de uma “estrutura” pré-existente.

Os quadros sociais da memória se reconstituem a partir da memória oral dos envolvidos em uma determinada narrativa, ficando evidente que os quadros trazidos “individualmente” não são segmentos desconexos de discurso histórico, mas sim fragmentos de memória individual que se revelam uma grande memória coletiva. Até porque, “na experiência humana, a função biológica da memória torna-se uma função simbólica essencialmente dinâmica, que se faz no próprio funcionar, ou seja, no ato de *lembrar*, de *rememorar* e de *recordar* o passado e o futuro” (SILVA; SIRGADO; TAVIRA, 2012).

Quando uma nova história é contada, utiliza-se dos quadros sociais da memória como base para a uniformização do pensamento coletivo. Dessa forma, “[...] quaisquer que sejam as lembranças do passado que possamos ter — por mais que pareçam resultado de sentimentos, pensamentos e experiências

exclusivamente pessoais —, elas só podem existir a partir dos quadros sociais da memória.” (HALBWACHS *apud* SANTOS, 1998, p. 4).

Quando “relembramos” algum fato do passado, que para nós é importante, dificilmente iremos fazê-lo sem a influência do grupo, do meio e do momento em que estamos vivendo, pois ao expressar o fato em questão, estamos fazendo essa exposição de ideias refletindo, inclusive, sobre as reações de quem vai dividir tal experiência conosco.

Nesse contexto, cabe indicar a seguinte estratégia no Plano Municipal de Educação de Teutônia: “adotar, na medida do possível, na rede pública municipal de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório.” (TEUTÔNIA, 2015). A estratégia se refere ao período de estágio probatório, mas é possível estendê-la a todos os profissionais que trocam de Escola e recomeçam toda uma história profissional. Esse momento da carreira profissional marca o início de uma nova memória coletiva, naquele local. Podemos dizer que a satisfação na nova Escola poderá existir se a identidade do novo grupo for formada através de memórias agradáveis que “montaram” a identidade do grupo do qual o docente saiu. Caso contrário, ele irá fazer parte de um grupo construído com identidade de perdas.

Em qualquer um dos casos elencados, entendo que o maior desafio da gestão, seja da Escola ou da Secretaria Municipal, é desmistificar o arquétipo que causou a ruptura no grupo anterior e explorar novas possibilidades em novos lugares. Para que novas possibilidades sejam possíveis, ou seja, para que ocorra uma nova memória coletiva, é necessária uma articulação entre as tensões, normas e situações do cotidiano com os quadros sociais da memória. No entanto, devem atentar para o fato de que grupos dominantes, no caso a gestão, podem influenciar esse processo.

Também é importante destacar que nossos Professores, de uma maneira geral, estão submetidos a cada vez mais situações estressantes. Para Halbwachs (2006), a percepção do tempo se dá através da quantidade de “coisas” (quadros sociais da memória) que são lembradas. Em outras palavras, se contarmos nosso tempo cronologicamente, teremos passado por um determinado número de Escolas, mas a percepção de tempo vai variar de acordo com as memórias que

temos de cada evento. Aqui, podemos destacar que eventos degradantes do ponto de vista profissional, tais como o absenteísmo e a vontade de trocar de Escola, estão relacionados a situações desgastantes vividas. Vamos tomar como exemplo uma Professora que sofreu uma tentativa de agressão física de uma mãe, em um evento de encerramento do ano letivo da escola. Essa professora certamente não sabe especificar exatamente de quantas atividades como essa (eventos de encerramento de ano letivo) ela participou. No entanto, quando perguntada, provavelmente começará a contagem por aquele ano fatídico em que sofreu a agressão, descartando, inconscientemente, os eventos anteriores àquele evento.

O indivíduo necessita de referências, de representações sociais do tempo, de testemunhos, de discurso coletivo que o sustente, memórias e experiências de outros, de influência social, de narrações, de símbolos compreensíveis e códigos de percepção comum para poder se guiar no tempo e no espaço e para constituir categorias comuns que consentem conhecer e comunicar tempos passados, recordações singulares e formas grupais de memória dessa. (TEDESCO, 2014, 103).

Por isso é tão importante o registro, na carreira docente. Caso contrário, quando todo o planejamento sai de acordo com a ideia original, ele não causa uma marca, pois ocorreu tudo conforme o protocolo previsto. Contudo, quando algo causa uma ruptura, ou quando uma marca é feita em nossa memória, passamos a quantificar aquele momento em outro quadro de memória, pois temos uma lembrança que destoa da ideia inicial.

Há autores que defendem que utilizamos fotos como gatilhos de memória, ou seja, as fotos são um recurso extra para remontar nossa própria história. Além disso, sozinhos teremos dificuldade em fazer isso, pois, nossas lembranças se fortificam por meio de narrativas coletivas. Através da relação coletiva, nós iremos reconstruir o passado recente de acordo com o grupo no qual estamos naquele momento, isto é, o passado será reconstruído de acordo com tensões, normas e situações do presente (HALWBACHS, 2006).

Todas essas questões estão relacionadas às memórias acumuladas. Até mesmo para escrever este trabalho, a memória é ativada, possibilitando estabelecer algumas características profissionais, por meio da amostragem de uma pequena parcela do grupo de Professores do município de Teutônia. Segundo Candau (2012), as memórias coletivas tornam-se a identidade de um grupo através da generalização, pois, mesmo com apenas uma representação de indivíduos, a

antropologia trata que, por meio da retórica, aquelas memórias individuais constituem uma característica do próprio grupo. A retórica holista pressupõe que as características individuais, ao mesmo tempo em que agrupam enquanto semelhantes, determinam a possibilidade de atração para que os diferentes se sintam pertencentes.

Da mesma forma, é importante lembrar que a nossa identidade varia de acordo com o grupo no qual estamos inseridos, pois as nossas memórias estão ligadas a aspectos específicos que podem, ou não, estar relacionados a outros campos de nossa vida pessoal ou profissional. É preciso acrescentar que a memória é anterior à identidade, e que existem elementos que escolhemos esquecer, ou não revelar, o que pode modificar a perspectiva e a constituição da identidade em si. Também, segundo Candau (2012), a identidade não pode ser elencada como um aspecto taxativo, finito, ela é mais um conceito que aproxima pela similaridade, elementos que parecem, mas não necessariamente são, elementares a um determinado grupo. A identidade é uma representação que pode ser atribuído como aspecto de identificação, algo que demonstre o pertencimento daquele sujeito ao grupo (CANDAU, 2012).

Assim, nossa identidade profissional, que é resultado das memórias construídas, “[...] é constituída no jogo do reconhecimento, formado por dois polos – o do autorreconhecimento (como o sujeito se reconhece) e o do alter-reconhecimento (como é reconhecido pelos outros)” (GALINDO, 2004, p. 15). Esse jogo de reconhecimento pode se dar tanto em nosso(s) local(ais) de trabalho, quanto nos tantos grupos aos quais pertencemos, podendo nos constituir em um indivíduo diferente na esfera profissional daquele da esfera pessoal.

[...] pelo acúmulo das lembranças, a memória constrói a pessoa como conjunto de ideias e valores com tendência de coerência, ou seja, como a “personalidade da pessoa”. A identidade não é dada de uma vez por todas; não é, nunca, uma aquisição permanente, assim como não é a memória um bem frágil e precário. A identidade se faz pouco a pouco, com base na experiência vivida, rememorada, retida anteriormente. Nesse sentido, a memória é o componente essencial para a identidade do indivíduo e sua integração social. Para o autor, a memória é dinâmica por excelência, possui funções de conservar, recriar, garantir futuro, selecionar, transformar, reclamar, evocar, ocultar, porém é também uma faculdade de esquecer. (TEDESCO, 2014, 103s).

Então, ao registrar as memórias dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Teutônia, delineamos características de sua identidade. Essas

características, ou marcas, em nossa identidade, que perpassam gerações ou grupos distintos, são as particularidades de memórias subjetivas, ou inconscientes, mas às quais estamos submetidos devido aos nossos antepassados ou antecessores.

A identidade é inerente ao ser humano. No entanto, precisamos uns dos outros para nos constituirmos em nossas individualidades, pois só sabemos se somos mais ou menos de algum atributo quando nos comparamos com outra pessoa. Assim, a humanidade, talvez instintivamente, se agrupou, pois busca no agrupamento entre iguais sanar as suas próprias limitações. Nesse sentido, podemos dizer que a identidade é fruto da construção da memória social. Além disso, assumimos uma identidade a cada grupo a que nos integramos.

O processo de constituição da identidade, para Dubar (1997), que prefere falar em formações identitárias, visto entender que são várias as identidades que assumimos, se constitui em um movimento de tensão permanente entre os atos de atribuição (que correspondem ao que os outros dizem ao sujeito que ele é e que o autor denomina de identidades virtuais) e os atos de pertença (em que o sujeito se identifica com as atribuições recebidas e adere às identidades atribuídas). Enquanto a atribuição corresponde à identidade para o outro, a pertença indica a identidade para si, e o movimento de tensão se caracteriza, justamente, pela oposição entre o que esperam que o sujeito assumira e seja e o desejo do próprio sujeito em ser e assumir determinadas identidades. Logo, o que está no cerne do processo de constituição identitária, segundo o autor, é a identificação ou não identificação com as atribuições que são sempre do outro, visto que esse processo só é possível no âmbito da socialização. (FARIA; SOUZA, 2011, p. 37).

Fica subentendido, portanto, que não há uma identidade profissional definida e única, se é que poderia definir-se uma identidade sem nuances e pontos de vista diversos. Até porque nas relações com o outro geramos identidades sociais, sentimento de integração de um grupo que possui similaridades com nossas especificidades e interesses. Assim, podemos ser “portadores de múltiplas identidades” de acordo com o contexto no qual estamos inseridos. Além disso, a identidade profissional é determinada a partir da escola na qual estamos, dos colegas que temos, da nossa prática pedagógica e até do trajeto o qual perfazemos (SALES; CHAMON, 2011). Ou seja, "uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão das tradições. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas" (PIMENTA *apud* SALES; CHAMON, 2011, p. 187).

Segundo o Conselho Nacional de Educação, nas Diretrizes Nacionais para a Educação Básica²³, “os sistemas educativos devem instituir orientações para que o projeto de formação dos profissionais preveja [...] a consolidação da identidade dos profissionais da educação, nas suas relações com a escola e com o estudante” (BRASIL, 2010, p. 18). Tal afirmação se alinha ao problema de pesquisa desta proposta. Entretanto, ao pesquisar dentro do próprio documento, percebemos que há insuficiência de orientações que definem o caminho a ser seguindo, como se houvesse a carência de que o referido conceito, endereçado ao corpo docente, fosse construído dentro da própria atuação docente, ao longo da Educação Básica.

Candau (2012, p. 09), afirma que “tal como a noção de cultura, os conceitos de memória e identidade são fundamentais para qualquer um que tenha algum interesse no campo das Ciências Humanas e Sociais”. Assim sendo, é visível que a identidade do Profissional do Magistério é muito mais importante do que a proposta que este trabalho apresenta, ou seja, no fazer pedagógico, os processos de ensino e aprendizagem estão intrinsecamente ligados ao quem é o Professor, o que o define, o que o constitui. Ainda conforme o autor, “[...] observa-se um relativo consenso entre os pesquisadores em admitir que essa seja uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o *Outro*” (CANDAU, 2012, p. 09).

Poderia ser este um dos motivos pelo qual, quando em uma Escola decidimos alinhar as propostas de trabalho individual de cada Professor, há uma desestruturação institucional proporcional ao número de profissionais. Isso se dá pelo fato de que esse alinhamento vai depender de onde ele veio, onde ele mora, onde ele se formou, quem foram seus Professores, etc. Afinal, o nosso comportamento e a forma como conduzimos nossos relacionamentos, enquanto seres humanos, são determinados, também, pelo que foi transmitido, ou deixado de ser transmitido, pelas pessoas ou grupos a quem recorremos, ou com quem podemos contar e que nos transmitem a cultura do local no qual estamos inseridos (SCHNEIDER, 2017).

A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania. É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo-emocionais,

²³ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 03 jul. 2019.

socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional. (BRASIL, MEC. CNE/CEB, 2010).

Nesse sentido, para ilustrar as demandas internas de uma Rede Municipal de Ensino, apresento uma analogia, com base na descrição apresentada por Caldas e Wood Jr. (1997), acerca de uma reestruturação organizacional fictícia. Em um primeiro momento, a identidade do Profissional do Magistério é percebida por meio de sua autopercepção, ou seja, como o Professor é visto através de seus olhos. No segundo momento, a categoria dos Profissionais de Magistério fica mais aparente, pois, ao discutir a sua própria identidade, os Professores vão percebendo que não podem balizar a sua identidade sem vinculá-la à dos demais. Já em um terceiro momento, há o conflito entre identidade do grupo e as atribuições de seu ofício, exigindo uma mudança de mentalidade por parte da categoria para que haja uma conexão entre estes dois aspectos.

Partindo desse pressuposto, é possível distinguir certas atitudes observadas no clima organizacional do corpo docente que estão ligadas à memória coletiva do professorado. Ou seja, certas pautas de reivindicação, certos comportamentos e metodologia utilizados estão ligados à construção feita ao longo dos tempos. Mas como um Professor recém-formado, ao adentrar a primeira vez nesse "mundo", pode apresentar tanta similaridade de discurso? Isso deve-se ao fato de aquele Professor já ingressar com a mentalidade do que é o "estigma de ser Professor", um conceito construído ao longo dos anos, e ao qual ele é submetido ao ingressar na carreira.

[...] indivíduos se relacionam com diferentes quadros sociais da memória durante suas vidas, na medida em que vão para escolas, lugares de trabalho, [...]. Podemos compreender estes quadros em contínuo movimento e reestruturação. Além disso, cada indivíduo traz consigo uma composição única de inúmeras experiências. (SANTOS, 1998, p. 07).

Assim, os novos docentes vão ingressando em um contexto no qual a memória coletiva foi formada por quadros sociais da memória daqueles que já compõem o grupo. Enfim, acabam por fazerem uma memória coletiva pré-existente e trazem suas contribuições que estão "encharcadas" das memórias dos grupos pelos quais eles passaram.

3.3 Gestão de pessoas no contexto educacional

O maior gasto de reflexão e energia de um gestor educacional é dedicado à gestão de pessoas. Gestores ou dirigentes, em geral não tem formação adequada para gerenciar os recursos humanos de uma Escola. O que sabem é o que foram aprendendo com o transcorrer dos anos, testando estratégias diferentes de forma gradativa, trocando sugestões com colegas, frequentando cursos de formação, mas sempre com o foco da complexidade única que é cada ser humano.

É uma reflexão dura, que vem à tona durante as formações continuadas dos gestores escolares, ou mesmo, e principalmente, dos Dirigentes Municipais de Educação. “A história das políticas de gestão de recursos humanos na administração pública brasileira é marcada por uma série de descontinuidades e por dificuldades significativas referentes à estruturação dos seus principais sistemas” (MARQUES, 2015, p.14).

Sob esse viés, a gestão da Escola precisa evoluir constantemente, visto que, com frequência são agregados novos cargos ou novos profissionais, que são constituídos por uma heterogeneidade igualmente proporcional ao tamanho da Escola. Esse tamanho, por sua vez, é medido por número de matrículas (não alunos matriculados, pois o cadastro de um aluno pode gerar mais de uma matrícula na mesma Escola).

A realidade na Escola pública é que existe um ciclo de rotatividade intermitente de Professores a cada quatro anos. Em alguns municípios, esse ciclo vai variar para até seis anos. Ou seja, criam-se conjuntos por “ano de concurso”, como, por exemplo, os nomeados do concurso de 2012, os nomeados do concurso de 2017, e assim, sucessivamente.

Esses interstícios acontecem devido ao prazo de validade dos concursos públicos, que possuem regramento jurídico específico. A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 37, inciso III, determina que a duração de um concurso público deve ser de até quatro anos, ressalvadas as particularidades locais. Entretanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estabelece, em seu artigo 85, que qualquer cidadão com habilitação para o exercício de Magistério pode requerer a abertura de concurso público para a demanda que estiver aberta há mais de seis anos. Também os estados e municípios necessitam

de regramento jurídico específico para a realização de concursos em suas respectivas jurisdições.

Mas, então, por que esse ciclo precisa ser apontado, visto que, na iniciativa privada, a rotatividade (ou *turnover* em inglês) pode, mas não deve ser muito maior? Porque, quando há a realização do concurso público, já há uma demanda a ser suprida que foi se acumulando ao longo dos anos da vigência do concurso anterior, por diversos fatores. Isso cria um grupo mais ou menos fechado, abarcando aqueles que entraram nas vagas do concurso de um determinado ano. Durante esse ciclo quadrienal, os profissionais se acomodam nas Escolas para as quais foram designados, ou são transferidos para outras Escolas. Aqueles que se exoneram, ou se aposentam, ou assumem funções gratificadas, e vão para outros setores que não a sala de aula, acabam exigindo uma contratação temporária para o seu lugar, pois, a qualquer momento podem voltar ao seu lugar de origem. Daí se passam quatro anos, abrem-se turmas novas, modificam-se e criam-se novas Escolas e há uma nova demanda de profissionais. Abre-se um concurso novamente, e vai se criar um novo grupo de concursados.

Outro aspecto a se considerar diz respeito aos embates que acontecem quando há dois Planos de Carreira vigentes. Os “novos” querem saber porque os “velhos” têm tantos direitos a mais, visto que já estão em ritmo aposentadoria. Por outro lado, os “velhos” reclamam que os “novos” não têm experiência e deveriam ter o salário limitado pela qualidade do trabalho. E assim, criam-se corporações dentro do Magistério público. Apenas uma das formas que se criam.

Conforme Marques (2015), existem dois importantes desafios para a política de gestão de recursos humanos no serviço público: o primeiro diz respeito à dificuldade de se construir mecanismos efetivos de motivação dos servidores. Já o segundo desafio refere-se a não se chegar “ao como” alinhar as atividades de gestão dos recursos humanos às estratégias das organizações e às diretrizes gerais estabelecidas pelos governos. Nesse viés,

[...] a modernização da administração pública é um processo contínuo em que modelos e modismos gerenciais são constantemente implantados na expectativa de que a estrutura governamental possa atender de modo mais eficiente e eficaz às demandas sociais” (SIQUEIRA e MENDES *apud* MARQUES, 2015, p. 20).

Existem, também, as avaliações periódicas de desempenho, com o intuito de observar a qualidade do trabalho dos Profissionais do Magistério. Nos primeiros três anos de carreira pública, durante o período em que os servidores estão em exercício, mas não são efetivos, as avaliações são semestrais e abordam temas como rendimento e qualidade no trabalho, cooperação, comprometimento, responsabilidade, iniciativa, assiduidade e pontualidade. Se aprovado nesse período, que chamamos Estágio Probatório, conforme disciplinado no artigo 41 da Constituição Federal, o servidor torna-se efetivo e, no caso dos Professores de Teutônia, são avaliados a cada triênio²⁴, com base nos mesmos critérios, acrescentados trabalhos elaborados e/ou desenvolvidos no âmbito educacional, participação em órgão colegiados e participação em eventos de formação continuada. Este último tem pontuação proporcional às horas cursadas.

Todos esses fatores concorrem para a construção de uma identidade profissional, que influi diretamente na elaboração e na aplicação das políticas públicas, em virtude das arenas, conforme já referido anteriormente.

Diante do exposto, fica evidenciada a necessidade de que as políticas públicas voltadas aos Profissionais do Magistério sejam formuladas e conduzidas de modo a criar uma marca que identifique o grupo de Teutônia e que induza o agregamento de profissionais cada vez mais qualificados, com orientações e critérios de vida profissional claros e objetivos, que proporcionem o desenvolvimento individual e coletivo. Dessa forma, poderá ser criado um sistema capaz de recompensar os bons profissionais e orientar os demais, reter o grupo como forma de qualificar os processos de ensino e aprendizagem, e acompanhá-los durante sua carreira profissional. Conforme Abreu (2001),

Em geral, servidores concursados têm melhor competência técnica, mais autonomia e permanecem por tempo maior – às vezes toda a sua vida profissional – no serviço público, enquanto servidores admitidos sem concurso são vulneráveis a pressões político-partidárias e mais transitórios, podendo ser substituídos com frequência. Assim, assegurar o ingresso dos servidores da educação por meio de concurso torna-se imprescindível para garantia da qualidade da escola pública. (p. 19).

Assim, fica evidente a necessidade de criar-se um sistema de gestão dos Profissionais do Magistério, no âmbito do município de Teutônia, para subsidiar o

²⁴ Conforme disposto na Lei Municipal n.º 2.852, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <https://www.camaradeteutonia.com.br/site/leis>, acesso em 26 abr. 2019.

processo decisório acerca da categoria profissional, além de lhes oferecer clareza sobre como sua vida profissional está estruturada ao ingressar no serviço público.

O objetivo de um sistema de gestão de pessoas é auxiliar as organizações a desenvolverem competências diferenciadas e a conquistarem consistentemente um desempenho melhor, o crescimento e desenvolvimento da organização e das pessoas que nela trabalham. Um modelo de gestão de pessoas bem estruturado requer objetivos bem definidos, domínio das técnicas, metodologias atualizadas constantemente, clareza e objetividade na busca dos resultados finais, além da percepção dos impactos causados pela atuação das pessoas. (MARQUES, 2015, p.13s).

Entre os aspectos de um sistema de gestão de pessoas, o planejamento da quantidade de Professores, a longo prazo, é imprescindível. Também a alocação dos recursos humanos de forma eficiente, nos dias de hoje, é primordial. O gestor deve evitar fazer gestão levando em consideração apenas os interesses corporativos, estabelecendo diálogo com a equipe. O estabelecimento de diretrizes é a regra, e tais regras precisam ser montadas no coletivo. As exceções precisam ser tratadas especificamente em cada situação. A democracia leva à transparência, a transparência leva ao engajamento, e o engajamento leva ao sucesso. São elementos que precisam ser levados em consideração ao montar-se o sistema, até porque eles são os motivos que fundamentam sua existência.

Conforme Marques (2015, p.16), no serviço público, “o investimento em tecnologia da informação privilegiou somente o aperfeiçoamento de sistemas de pagamento, o que resultou na fragilização dos demais processos relacionados à gestão de recursos humanos”. Nesse sentido, é necessário buscar essa melhoria, pois a clareza e a objetividade do contexto irão produzir equidade de oportunidades e necessidades entre os Professores. Ademais, é preciso considerar que maiores níveis de equidade favorecem a economia da sociedade. Quanto mais equânime for o grupo social, mais eficiente ele será. Redes mais equitativas tendem a ter melhores resultados.

Quando somos alunos, olhamos em volta. Quando somos Professores, tiramos o teto da sala de aula e olhamos de cima. Quando somos Diretores, tiramos o teto da Escola e olhamos o conjunto. Quando somos Secretários Municipais, tiramos o teto do município e olhamos o todo. Com esse excerto, encerro este capítulo dizendo que o serviço público deve evoluir continuamente para dar conta das demandas sociais de maneira eficiente. Aproveitar a experiência dos que já

estão no grupo demonstra determinação por aprimorar o que temos de melhor, e respeito pela capacidade e pelos pontos fortes das individualidades em busca da evolução do grupo.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa pode ser classificada como qualitativa, uma vez que estabeleceu questões mais subjetivas “[...] no mundo dos significados, das ações e relações humanas [...]” (MINAYO, 2002, p. 22). Tais questões dão conta de um “[...] universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2002, p. 21s).

A pesquisa qualitativa é um método de investigação científica que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, possibilitando estudar, por exemplo, as suas particularidades e experiências individuais. Com a pesquisa qualitativa, os envolvidos estão mais livres para apontar os seus pontos de vista sobre determinados assuntos que estejam relacionados com o objeto de estudo.

Destarte, é possível dizer que é uma pesquisa descritiva. Como é usual neste tipo de investigação, o presente estudo envolveu dois métodos de coleta de dados: análise documental e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado.

Desse modo, os dados foram coletados a partir análise documental da legislação vigente e pertinente ao assunto pesquisado. Convém referir que apenas dois marcos de legislação, a Lei 187/1986 e o Parecer 10/1997, foram analisados, por indicarem origens importantes para as atuais normatizações. Além disso, a análise documental envolveu as informações disponibilizadas pela administração municipal no portal da transparência. Também, foram realizadas leituras de autores que dão sustentação ao assunto em diversos suportes, como, por exemplo, livros e artigos.

A coleta de dados foi realizada, também, por meio de observações assistemáticas e entrevistas não estruturadas com Professores da Rede Municipal de Ensino de Teutônia.

Observar é analisar o objeto de pesquisa através do processo empírico, no qual o senso comum origina toda a pesquisa, pois é a observação que provoca a curiosidade e a motivação em torno da intenção original da proposta do projeto. Em outras palavras, observar “[...] é aplicar atentamente os sentidos a um objeto, para dele adquirir um conhecimento [...] é através dele que se inicia todo estudo dos

problemas [...]” (BARROS e LEHFELD *apud* QUERINO *et al.*, 2017, p. 89). Partindo disso, temos, então, uma observação assistemática, a qual se realiza no cotidiano, sem uma perspectiva estruturada ou método definido. A observação assistemática é “utilizada para entender determinados fenômenos, conhecer pessoas em outros contextos etc. Por exemplo: o professor observa seus alunos em uma festa ou durante o recreio etc.” (QUERINO *et al.*, [2017], p. 89).

Durante a realização desta pesquisa, fui a campo realizar entrevistas semiestruturadas com profissionais que compõem o quadro de carreira do Magistério Público Municipal de Teutônia. Tais entrevistas foram orientadas no sentido de atender aos objetivos específicos propostos.

Em geral, as entrevistas podem ser estruturadas e não-estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Assim, torna-se possível trabalhar com a entrevista aberta ou não-estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto; bem como com as estruturadas que pressupõem perguntas previamente formuladas. Há formas, no entanto, que articulam as duas modalidades, caracterizando-se como entrevistas semiestruturadas. (MINAYO, 2002, p.58).

O Apêndice 1 apresenta o roteiro para entrevista semiestruturada desenvolvida para esta investigação.

Os dados coletados ao longo do trabalho foram analisados sob uma perspectiva qualitativa, em que foi estabelecido um olhar subjetivo sob o comportamento usual de servidores públicos. Assim, foi possível detalhar descrições de fenômenos e os comportamentos. Cabe mencionar ainda que tais dados também foram relacionados com os referenciais teóricos que sustentam este trabalho, conforme citado na revisão de literatura, possibilitando não só compreender melhor os dados, como também atestar a validade das inferências feitas a partir dessa análise.

A etapa do trabalho em que se discorre acerca da análise da entrevista constitui-se o eixo central deste trabalho, pois é ali que os propósitos lançados para este estudo são verificados, dando forma ao Relatório Técnico proposto. Assim, pode-se verificar se, realmente, as políticas públicas interferem, ou induzem, ou influenciam na construção da identidade de um determinado grupo, como delineadoras das intenções de aproximar as memórias individuais e coletivas que irão constituir a identidade do grupo.

A etapa de definição da amostra, isto é, de escolha dos entrevistados, também precisa estar alinhada aos objetivos da pesquisa. Ao mesmo tempo, os critérios precisam ser definidos de forma clara e consciente, sem a intenção de corroborar concepções prévias ou ratificar a proposta do pesquisador.

Nesse contexto, conforme apresentado no capítulo 2, que trata da contextualização do município de Teutônia, temos no município de Teutônia 18 Escolas, divididas em várias categorias, o que poderia demonstrar entrevistados com perfis tão diversos quanto às tipologias das Escolas. Assim, como primeiro recorte, consideramos as Escolas de Ensino Fundamental da zona urbana.

Levando em consideração a experiência como mote de seleção, podemos dizer que as políticas públicas para a Educação são pensadas tomando como um padrão de referência as Escolas de Ensino Fundamental, localizadas na zona urbana dos municípios, que não ofereçam modalidades específicas de ensino que não a regular. Dessa forma, as Redes com Escolas que divergem desse padrão precisam fazer uma adaptação da política pública a ser implementada para a sua realidade específica.

Assim sendo, consideramos as cinco Escolas, distribuídas pela área urbana de Teutônia, que contemplam Educação Infantil, a partir da Pré-Escola, e Ensino Fundamental completo. Duas dessas Escolas ofertam a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade que não foi contemplada na pesquisa e, portanto, excluíram-se da entrevista os Professores que atuem exclusivamente nesta modalidade. Outras duas instituições de ensino da área urbana ofertam turno inverso. Entretanto, como não atuam Professores nesse programa, essas Escolas também não foram contempladas no estudo.

Então, o quadro funcional das cinco Escolas que constituem a amostra de desta pesquisa foi analisado, objetivando selecionar profissionais que oferecessem retorno positivo à pesquisa, especialmente no que se refere ao alcance dos objetivos. Optou-se por excluir das entrevistas profissionais com pouco tempo de carreira, visto que, potencialmente, não teriam experimentado o impacto de mudanças de políticas públicas em sua carreira enquanto servidores da área da Educação. Com base nisso, estabeleceu-se outro critério de seleção para as entrevistas: os Profissionais do Magistério deveria estar, pelo menos, na Classe C. Assim, compuseram esta pesquisa Professores atuam na Rede Municipal de Ensino

há, no mínimo, nove anos, visto que é o tempo mínimo necessário para atingir esta etapa da carreira.

No entanto, efetivação das entrevistas foi diferente do previsto durante o projeto da pesquisa apresentado na qualificação, visto que a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) no primeiro semestre de 2020 alterou o comportamento mundial, nos levando a utilizar novas formas de seleção que garantissem os protocolos de segurança sanitária. Então, todas as entrevistas foram realizadas via *web* conferência, por meio de plataformas que possibilitassem a gravação, atendendo aos protocolos de distanciamento social.

Nesse sentido, aplicamos critérios de seleção intencional da amostra, selecionando professores que tivessem acesso às tecnologias e disponibilidade para a realização da entrevista. Dessa forma, a recomendação de isolamento social foi respeitada. A partir desses critérios, foram selecionados sete profissionais, todos ocupantes do cargo de Professor, em pelo menos uma das cinco Escolas selecionadas, atuado como regente de classe em diferentes níveis e modalidades, e com um histórico de carreira de pelo menos 10 anos como servidores públicos no município de Teutônia.

Destes sete Professores, 5 são regentes em turmas de 6º ao 9º ano, nas modalidades regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Três são homens com idades que variam entre 47 e 53 anos. Dois deles têm grande experiência em gestão, e estiveram distanciados da sala de aula por longos períodos em virtude dessa situação. Nenhum deles é natural de Teutônia, sendo que um deles mudou-se para o município em virtude da nomeação no concurso público.

Das quatro mulheres entrevistadas, duas são regentes em turmas de 1º ao 5º ano, uma está totalmente afastada da sala de aula neste momento por ocupar cargo de vice-direção. As outras duas são regentes em turmas de 6º ao 9º ano. Duas delas são Presidentes do Conselho Municipal de Educação, em diferentes municípios. Uma terceira já atuou na Secretaria Municipal de Educação em diferentes municípios, portanto, apenas uma não tem experiência direta com gestão. Suas idades variam entre 39 e 48 anos. Duas delas já atuaram em turmas de EJA, sendo que uma continua atuando nesta modalidade.

Os nomes dos sete entrevistados serão preservados, e serão utilizadas as seguintes identificações: Entrevistado 1, Entrevistada 2, Entrevistado 3, Entrevistada 4, Entrevistada 5, Entrevistada 6 e Entrevistado 7.

Todas as entrevistas iniciaram-se por uma conversa anterior à gravação, momento no qual os entrevistados receberam orientações básicas de como funcionaria a respectiva entrevista. Nesses momentos iniciais também foram realizados testes de áudio, vídeo e conexão com a *internet*. Serviu também para verificar a tensão do entrevistado, caso em que seriam tomadas as providências para acalmá-los e dar prosseguimento ao trabalho. Não houve nenhum adiamento ou cancelamento, apenas alguns atrasos, que são perfeitamente aceitáveis diante do cenário a que estamos submetidos.

No início das entrevistas foi seguido um protocolo comum: primeiro o entrevistado deveria manifestar sua ciência e sua concordância em relação à gravação da entrevista. Na sequência deveria dizer seu nome e há quanto tempo é Professor(a) e há quanto tempo atua em Teutônia.

Feitos os esclarecimentos a respeito dos percursos metodológicos adotados neste estudo, passemos que o próximo capítulo, que apresenta a análise dos dados coletados, incluindo a análise das entrevistas pelo método de análise de conteúdo.

É importante dizer que, desde a criterização e seleção daqueles que foram entrevistas, mesmo que inconscientemente, fazem parte de como foi conduzida a análise de conteúdo, e esta nem sempre é vazia de intencionalidade, pois conforme Bardin (2016), quando escreve sobre inferência,

Tal como a etnografia necessita da etnologia para interpretar as suas descrições minuciosas, o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica)? conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. Tal como um detetive, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos. Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra. (BARDIN, 2016, p. 44).

Assim, podemos dizer que a análise de conteúdo estará envolvendo, também, uma análise da própria fonte a ser utilizada. Por exemplo, se for um documento, quem escreveu o documento(?), se foi de um jornal, quem é o seu corpo editorial(?), quem são os seus patrocinadores(?), e, se forem entrevistas, de que lugar fala o entrevistado(?), da onde ele vem(?).

5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A análise dos dados foi uma atividade muito enriquecedora, pois, ao mesmo tempo em que, como o pesquisador, produzi o conhecimento a partir dos depoimentos, remontei minhas próprias memórias. Durante o processo, fui me identificando com os fatos trazidos nas entrevistas, ou mesmo relacionando-os com memórias que não fazem parte daquele contexto, mas que, por similaridade, acabam por fundir-se e ativar quadros de memória por meio do discurso do entrevistado. Para esta análise, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo tal como preconizado por Bardin:

A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo) é um método muito empírico, dependente do tipo de "fala" a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe coisa pronta em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem de ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da decodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas. (BARDIN, 2016, p. 36)

Enfim, a análise de conteúdo, é uma metodologia específica, e a linha entre a intencionalidade do seu uso e os critérios de análise escolhidos, em relação à sua subversão de relação de causa e efeito contida no discurso, é muito tênue. Assim sendo, a análise de conteúdo consiste em uma interpretação por parte do pesquisador que, não necessariamente, vai traduzir fielmente ao leitor, aquilo que o conteúdo analisado se propôs a dizer.

5.1 Uma visão geral das narrativas dos Professores

De início, as entrevistas transcorreram muito bem, ainda que, por vezes, ocorria alguma dificuldade técnica, o que é natural uma vez que todos estamos aprendendo a lidar com as ferramentas de comunicação a distância, as quais, mesmo dispendo de recursos bastante avançados, necessitam de um mínimo de conhecimento técnico.

Cabe referir que os entrevistados não demonstraram timidez, mesmo cientes de que estavam sendo gravados. Também se mostraram receptivos à proposta da

entrevista, tanto é que em algumas ocasiões perguntavam se haviam, com sua resposta, contemplado a pergunta na sua totalidade. Por vezes, pediam que a questão fosse repetida, para que houvesse uma nova oportunidade para refletir sobre as respostas.

Antes de iniciadas as gravações, os entrevistados foram cientificados sobre quais eram os objetivos e as intenções do trabalho. Aparentaram estar confortáveis com o processo, o que me possibilitou observar reações, principalmente no que diz respeito à insegurança diante do fato de não ter compreendido alguma pergunta, em razão da falta de clareza ou de algum termo técnico.

Alguns temas foram recorrentes nas perguntas, isto é, algumas perguntas eram repetidas, eram feitas de forma diferente, usando uma combinação diferenciada de palavras. Com isso, foi possível observar os pontos mais importantes relativos ao tema, bem como os quadros de memória mais evidentes entre os entrevistados. Assim sendo, foi possível vislumbrar alguns traços identitários do grupo selecionado.

Os primeiros traços identitários partem do entendimento de que políticas públicas são de nível nacional. As de nível estadual não impactam tanto na rede municipal, visto que esta possui regime próprio. Sendo assim, as políticas públicas municipais são tratadas como projetos, mesmo perpassando anos. Talvez seja essa a razão pela qual as políticas públicas, que poderiam ser entendidas como um reforço da identidade, uma celebração, que promova o próprio prestígio, como a progressão horizontal, por exemplo, não sejam reconhecidas como privilégios. Foi perceptível que as políticas públicas municipais não foram determinantes para a escolha da profissão.

Políticas públicas sem sentido, vagas, também foram bastante citadas. Parece que quando o objetivo de determinada política é claro, e há um mínimo de participação democrática na sua constituição, elas tendem a ser mais aceitas. Em contrapartida, são repudiadas aquelas que apenas são implementadas para determinarem um período de governo específico, pois apenas causam (des)(re)estruturação e não produzem efeito prático. Também são pontuadas como negativas, ou até prejudiciais, aquelas políticas públicas que beneficiam apenas um grupo, ou um número reduzido de pessoas, revelando a falta de critério democrático na tomada de decisões. A falta de formação e atuação política do Professor contribui para o surgimento de interesses eleitoreiros, na visão de alguns entrevistados.

Nas arenas de disputa entre o governo e os Professores, fica aparente que os Professores cuja renda advém exclusivamente da carreira de Magistério público, defendem a categoria como um todo, pois é como se não possuíssem outra alternativa.

Um outro traço comum a todos os entrevistados é o sentimento que possuem em relação à atuação de uma determinada Secretaria Municipal de Educação, que deixou marcas profundas nas memórias de praticamente todos aqueles que atuaram durante seu mandato. É importante salientar que a pessoa à frente da SME perseguiu, deliberadamente, vários profissionais da Rede Municipal de Educação. Tal episódio foi referida em várias passagens das entrevistas. Situações como essa criam uma espécie de trauma na categoria, levando à inércia e à apatia frente a desafios profissionais. Ou seja, para os Professores o sentimento de que se está ruim agora, ainda assim é preferível ficar “neutro”, pois houve uma época na qual quem se opunha a qualquer coisa, era sumariamente transferido para uma Escola onde poderia ser prejudicado de alguma forma.

Também, e agora minha “fala” pode estar carregada do meu sentimento de Supervisor Escolar, ou Gestor na Secretaria Municipal de Educação, ficou evidente a carência afetiva e a importância dos vínculos entre os Professores. Aqueles que querem ser melhores, o fazem porque são estimulados por outros colegas ou por seus gestores. Quando há um comprometimento genuíno entre todos os atores do processo educativo, há uma desenvoltura diferente. Nesse caso, até a postura física é mais relaxada, no sentido positivo. Além disso, é preciso considerar que a relação entre Professor e aluno está diretamente relacionada com a relação entre a Equipe Diretiva e os professores. Se essa relação for positiva no sentido afetivo, isso atingirá diretamente os alunos. Também, quanto mais democráticas as relações internas nas Escolas, mais haverá participação dos alunos. Foi citado, ainda, que quando a chefia demonstra empatia e solidariedade, há um engajamento muito maior.

Os Professores querem ser conhecidos, querem expor suas opiniões e suas histórias sem se sentirem melindrados e sem serem julgados, tal como aprendemos a fazer com nossos alunos. Os Professores querem participar das decisões relacionadas à Escola, querem estar entre os melhores, entre os mais lembrados, e isso depende do que conhecemos deles.

Portanto, ficou evidente, ao longo das degravações, que a valorização esperada pelos Professores perpassa os valores pecuniários percebidos e vai além. Passa pelo sentimento de terem seu trabalho reconhecido, e de que a realidade das comunidades melhora com o trabalho dos bons profissionais em sala de aula. Passa também pelo sentimento de respeito ao participarem das decisões que os envolvem. Mesmo que não sejam os agentes da decisão, esperam saber de antemão a que nova estratégia serão submetidos. Mais do que isso: eles esperam o diálogo.

Em algumas falas, percebeu-se uma indicação de distanciamento dos assuntos que não dizem respeito ao seu trabalho cotidiano. Por exemplo, em uma das falas, especificamente, foi possível escutar: “Eu não sabia detalhes, pois, não se referia à minha aula”. Isto pode ser interpretado de duas formas. A primeira é que o entrevistado busca não se envolver com o que não lhe está diretamente relacionado, o que pode contribuir para uma boa manutenção do clima organizacional ao evitar conflitos. A segunda, que precisa ser analisada mais a fundo, diz respeito ao fato de não haver interação com a comunidade escolar. Nessa segunda hipótese, haveria um conflito com o preconizado na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), pois se os Professores não se envolvem com as atividades, necessidades e conquistas dos colegas, ficará mais difícil desenvolver ações para uma efetiva interdisciplinaridade na Educação. Acerca deste último aspecto, a gestão precisa agir para propiciar a troca, fazer com que os colegas se preocupem um com o trabalho dos outros, pois estamos formando um cidadão integral em nossas Escolas, e não um ser humano facetado por cada Professor, cada componente curricular ou período de sua vida.

Houve sugestões, ou recomendações, aos governos quanto às soluções para a rotina de trabalho, que até parecem apontar para a tão controversa meritocracia. Uma delas diz respeito aos profissionais que moram em outro município e trabalham em Teutônia. Foi sugerido que tais profissionais atuassem em um lugar somente, pois, daí, as adaptações de horário e realidade evitariam embates com quem reside e trabalha em Teutônia. Dessa forma, o governo lançaria mão de uma proposta que beneficiaria um número substancial de profissionais, sem onerar os cofres públicos, e ainda atenderia uma demanda dos próprios profissionais.

Outra sugestão propõe pequenos incentivos financeiros aos Professores, por um período determinado de tempo, para compensação de horas extras, por

exemplo, como no caso das bolsas para ajuda de custo com deslocamento, alimentação e disponibilizadas durante o primeiro período do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), criado em 2012, pelo então ministro Aloizio Mercadante Oliva.

Uma terceira sugestão, não declarada explicitamente, mas indicada de forma indireta, está relacionada à proposição de formações continuadas mais específicas, com foco em grupos menores e aproximação por assunto.

Surgiu também, em várias ocasiões, a questão da variedade de Escolas e realidades a que os Professores são submetidos. Podemos supor, a partir disso, que os antigos concursos de 40 horas²⁵ eram benéficos para a categoria, uma vez que reduziriam o regime de trabalho a uma rede de ensino, favorecendo a criação de culturas e identidades por Escola, o que evitaria a rotatividade sempre que aparecesse uma oportunidade melhor. Essa forma de organização segue o que preconizava o já revogado Parecer CNE/CEB nº 9/2009, que revisou a Resolução CNE/CEB nº 3/97, a qual fixava diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando dispõe que, na instituição e distribuição das classes e turmas de alunos, seja garantida a qualidade ao trabalho do Professor, mantendo um regime de 40 horas semanais para este profissional. (BRASIL. MEC. CNE/CEB, 2009).

Falta, na maioria dos depoimentos, um avanço sobre a reflexão de medidas de longo prazo. Em geral, os benefícios financeiros temporários, conhecidos como “penduricalhos”, chamam mais a atenção do que um benefício a longo prazo, que possa ser incorporado à previdência. Isso pode evidenciar a falta de um espírito econômico, previdente, ou mesmo empreendedor dos Professores. Pode, por outro lado, ser apenas um reflexo da atual crise econômica que nos traz questões financeiras de curto prazo mais prementes.

Outro ponto comum entre os entrevistados foi o entendimento de que o bom profissional trabalha da forma que favoreça o bom clima organizacional. O bom Professor é aquele que cumpre os horários, esforça-se para não faltar ao serviço, se doa em momentos específicos para que se desenvolva um novo projeto. Aqueles

²⁵ Os concursos para o provimento de cargos de Professor previam primeiramente um regime de trabalho com carga horária de 22 horas semanais, depois, houve um edital de concurso que previa cargos de 40 e/ou 25 horas semanais, logo após a efetivação do atual Plano de Carreira e Remuneração. Posteriormente, e perdurando até hoje, todos os editais previram apenas cargos com regime de trabalho com 25 horas semanais.

colegas indolentes, na visão dos entrevistados, prejudicam avanços do Magistério enquanto categoria profissional, e ofuscam os melhores profissionais diante do olhar da sociedade. Há um sentimento implícito de que, se eventualmente os Professores reivindicarem alguma demanda, os gestores irão apontar aqueles servidores acomodados e passivos como justificativa para o não atendimento da solicitação.

Com relação aos alunos, todos os entrevistados se mostraram muito preocupados com o impacto que as mudanças, ou mesmo a qualidade de trabalho individual de cada Professor, tem na vida escolar, social e familiar dos alunos. Os Professores defenderam que cada atitude, cada conteúdo, tudo o que se planeja, é com foco na vida dos alunos, demonstrando uma profunda ligação com os efeitos de sua atuação. Os Professores demonstraram o quanto são dedicados e comprometidos com sua tarefa, uma vez que, quando propunham mudanças, referiam suas preocupações sobre como elas iriam influenciar ou induzir os seus pupilos.

Os Professores concordaram que devem estar descritos no rol de atribuições do cargo, elementos que os obriguem a fazer cursos de formação, atrelados a consequentes incentivos previstos no Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público (PCR). Também devem haver incentivos que estimulem os professores a preencherem a parte burocrática, principalmente entre aqueles que não experimentaram cargos de gestão, uma resistência ao cumprimento da parte burocrática do “ser Professor”.

Outro aspecto bastante abordado está relacionado à falta de experiência prática prévia dos novos Professores contratados, o que acaba, na visão dos entrevistados, precarizando a Educação formal em nossas Escola da Rede Pública Municipal. Assim, apontaram a necessidade de os cursos de formação inicial exigirem um estágio presencial, mesmo para estudantes de Licenciatura na modalidade de Educação a Distância. Diante disso, surgiram, ao longo das entrevistas, duas alternativas, sem ônus aos cofres públicos. A primeira seria destacar, computar a carga horária de regência de classe em nos estágios curriculares como critério de pontuação na prova de títulos. Além disso, a experiência em sala de aula, como apoio ao Professor, ou de suporte pedagógico em outra rede também poderia ser um critério dentro dessa categoria. Assim, valorizar-se-ia a experiência com a prática pedagógica dos Professores em início

de carreira, evitando-se contratar professores despreparados. A segunda alternativa seria elencar a experiência docente como requisito para ascensão na promoção vertical prevista no PCR.

Foi apontado, também, que o comprometimento do Professor é maior no município de residência.

A forma como é realizada a avaliação do estágio probatório e o formato do instrumento de avaliação, o qual não contempla a atividade docente, são elencados como formas de favorecer o ingresso de profissionais desqualificados e despreparados para a atuação docente. A burocracia para que se tomem atitudes mais enérgicas em relação aos maus profissionais também favorece os maus intencionados.

O contexto de pandemia da COVID-19 que estamos vivendo expõe uma situação bastante peculiar. Digo isso porque, conforme Halbwachs (2006) preconizava, a memória coletiva utiliza-se de fatos para marcar a passagem de tempo, os quais são utilizados por nós ao descrever alguma circunstância da nossa vida. Dessa forma, é perceptível que os entrevistados estão utilizando a pandemia como um mote, um pano de fundo, para descrever certas situações cotidianas, que poderiam ser exemplificadas com outros artifícios, outras lembranças, como o surto de H1N1, em 2009, por exemplo. Mas, quando uma marca é tão profunda, uma memória no caso, ela se sobrepõe a outras, como a greve de caminhoneiros em 2017. Ou seja, uma passagem do tempo vai se sobrepondo a outra e transforma-se no marco de memória que iremos utilizar como referência para contar a nossa história e a nossa visão sobre as histórias.

Foi pontuado, também, que um gestor ardiloso pode se valer do desconhecimento de legislação, por parte dos Professores, para dificultar o acesso a certos direitos. Apesar de cientes de que podem não estar totalmente a par de aspectos de legislação, os Professores, em geral, não apontaram o interesse em qualificarem-se na gestão da sua própria carreira, ainda que cientes de que, às vezes, isso poderia causar prejuízos para si mesmos e, eventualmente, para o próprio sistema.

Os Professores procuram seu lugar na estrutura pública, pois, em alguns aspectos são caracterizados como servidores públicos e em outras como quadro de Magistério. Essa separação cria um sentimento de disputa com os servidores do chamado “quadro geral”, o qual é composto por todos os demais servidores da

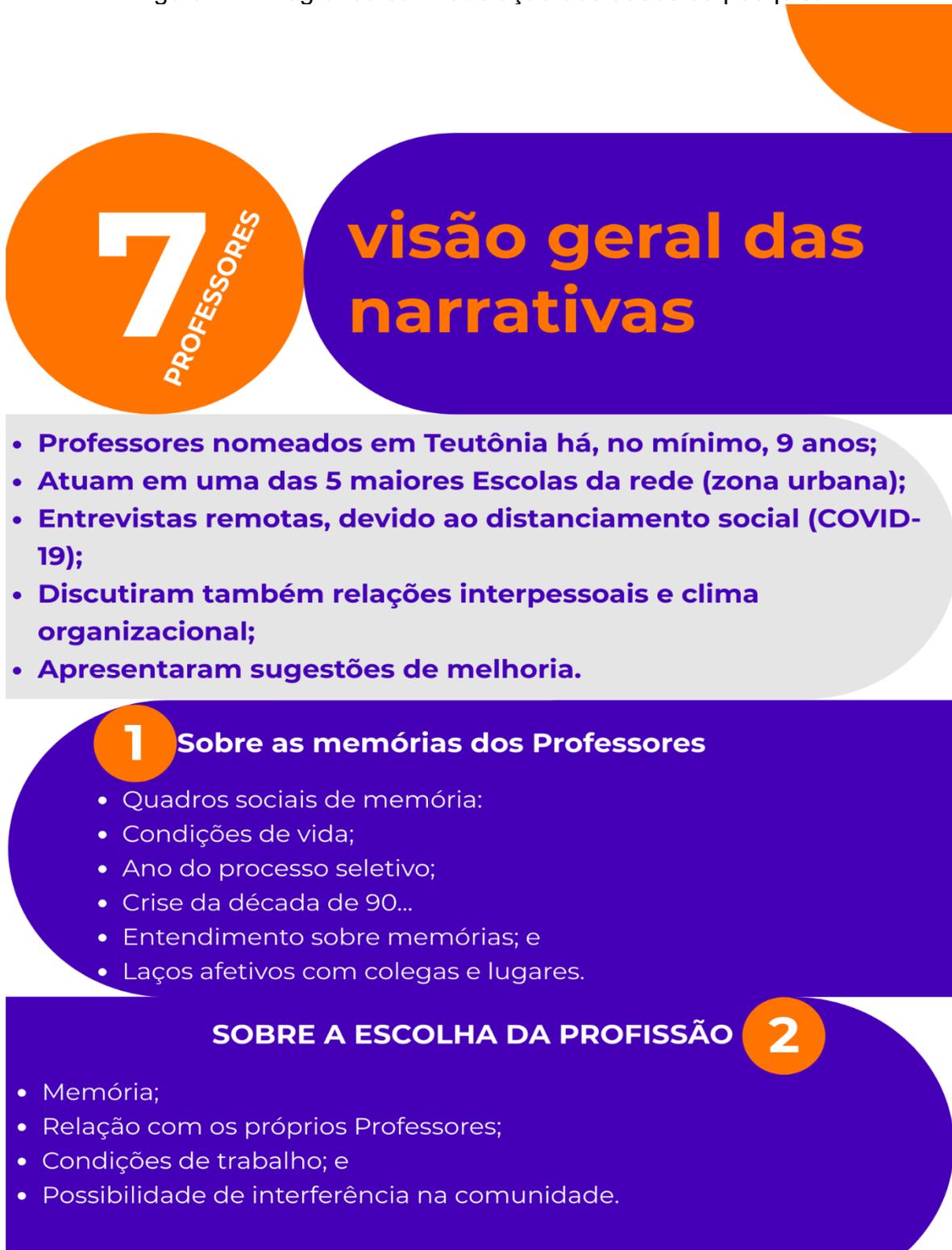
estrutura pública municipal, inclusive englobando servidores que também atuam em Escolas, mas cujos cargos, não possuem as mesmas características. Esta disputa nem sempre produz benefícios, muito pelo contrário, isso deixa o gestor em situações bem intimidadoras e complexas, como em uma negociação salarial, por exemplo, já que a gestão de recursos humanos lida com pessoas. Conforme Abreu (2001, p. 114):

No trabalho, as pessoas convivem e interagem umas com as outras, comunicam-se, despertam simpatia ou antipatia, se aproximam ou se afastam, entram em conflito, competem, cooperam, estreitam amizade, são sinceras ou dissimuladas nas suas relações. Esses fatores podem fazer parte do seu cotidiano, no desenvolvimento do seu trabalho, tanto agregando como separando as pessoas que se expressam de formas diferenciadas. A formação, as experiências familiares e escolares, o caráter e a personalidade influem na maneira como a pessoa interage com os outros.

A partir disso, os próprios entrevistados fizeram uma autorreflexão: qual é o meu lugar? A favor do que deve ser feito, ou do que não necessariamente é positivo para a carreira, mas que me expõe positivamente perante os colegas?

Mesmo com esse pensamento, a meritocracia não é uma opção ainda, o que seria muito importante para a administração municipal. Trata-se de um pensamento antagônico, pois, ainda que os Professores querem maior desempenho por parte de alguns colegas, ou pelo menos que cumpram o mínimo, os entrevistados não demonstraram simpatia por serem distinguidos com retorno exclusivo, pessoal, que não contemple toda a categoria.

Figura 7 – Infográfico com tabulação dos dados da pesquisa



3**SOBRE A ESCOLHA DA CARREIRA**

- Necessidade de entendimento sobre o conceito;
- Sucede a escolha profissional;
- Condições externas são preponderantes; e
- Possibilidade de crescimento pessoal e profissional.

SOBRE CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICAS PÚBLICAS**4**

- Importância da Escola no cenário econômico;
- Migrações;
- Influência das políticas públicas no cotidiano;
- Incentivos fiscais;
- Falta de continuidade; e
- Falta de avaliação condizente.

5**SOBRE A ESCOLHA PELO SERVIÇO PÚBLICO**

- Estabilidade;
- Identificação com o público alvo;
- Falta de autonomia e/ou autoria; e
- Níveis e formas de exigência de trabalho diferentes.

Sobre a escolha por lecionar em Teutônia e a percepção do Plano de Carreira**6**

- Visão externa de Teutônia;
- Políticas públicas implementadas no município;
- Condições de trabalho; e
- Salário.

7**SOBRE GESTÃO DE, COM E PARA PESSOAS**

- Benefícios e concessões;
- (Falta de) Conhecimento da realidade;
- Influência das políticas públicas;
- Arenas de disputa;
- Identidade de cada pessoa; e
- Importância da clareza na comunicação, boa relação interpessoal e clima organizacional favorável.

5.2 Sobre as memórias dos Professores

“Acessar a memória não é um negócio fácil” (Entrevistada 6). Nessa fala, a Professora, ao ser questionada sobre algo que aconteceu há mais tempo, teve dificuldade em acessar suas lembranças. Isso aconteceu, provavelmente, porque o fato não marcou sua história pessoal e não teve apoio em marcos específicos.

Outro Professor, formado em História, afirmou algo que estamos tentando construir neste curso de Mestrado. Ele disse que “[...] a memória não é o que nós lembramos que nos aconteceu, mas aquilo que nós selecionamos que aconteceu [...]” (Entrevistado 1). Assim, podemos dizer que o cérebro busca apresentar a versão mais plausível com base nos marcos utilizados, ou seja, aqueles elementos que são significativos para quem vive a história, na perspectiva do grupo em que está inserido, no momento em que ela acontece, mas também no momento em que a lembramos. Entrevistado 1 ainda alertou: “A memória trai a nós e aos outros. Ela é muito subjetiva, não lembramos o que queremos, mas do que gostamos de lembrar, muitas vezes, e até daquilo que não se gosta [...]”. De acordo com essa perspectiva, a afetividade relacionada ao marco de memória vai intensificá-la. Então, quanto mais estivermos ligados emocionalmente ao evento, mais significado ele terá, até porque “[...] a seleção muitas vezes é feita pelo inconsciente, não necessariamente somente pelo nosso consciente” (Entrevistado 1).

Os laços afetivos com as memórias são elementos que interferem na construção da nossa identidade enquanto ser social, e quando você se identifica com um grupo, possui uma identidade social. Ao ingressar em outro grupo, haverá uma comparação, visto que você irá se reconstituir com uma nova identidade, dentro daquele novo grupo. Entrevistado 1 cita as dificuldades que teve ao ingressar em uma realidade mais conservadora como é a germânica, essencialmente predominante em Teutônia: “[...] trabalhar aqui, em uma outra realidade, foi um choque cultural muito grande, porque vim de uma outra realidade, de cultura e etnia diferentes, uma cidade mais plural e com ideias mais abertas, com vários problemas, claro, mas cheguei aqui achando as coisas muito difíceis, no início”. O choque cultural a que ele se refere diz respeito ao primeiro impacto entre a identidade trazida por ele, construída com base nas circunstâncias do grupo anterior, com a identidade construída por um grupo, no qual ele deveria se inserir.

Nessa relação entre história e memória, Entrevistado 1 traz a seguinte consideração baseada na sua formação inicial: “[...] cabe ao historiador lembrar as pessoas do que elas não gostam de lembrar”, disse ele, tentando lembrar o nome do teórico que propôs essa reflexão. É interessante ressaltar o quão paradoxal é lembrar do que a pessoa disse, mas não quem é a pessoa, isso acontece porque a memória nos vêm em fragmentos e, talvez, isso não constitua um paradoxo, pois, muitas vezes, lembramos do rosto da pessoa, mas esquecemos seu nome ou qualquer outro aspecto a seu respeito. Em última análise, isso demonstra que a fala em si causou mais impacto do que a própria convivência com a pessoa. Ou melhor, o sentido está ligado a um pequeno fragmento da convivência, e não necessariamente à convivência inteira.

Parece que as memórias que causam impacto doloroso possuem uma raiz mais profunda e mais difícil de ser esquecida. O ser humano se une em torno de notícias negativas, pois demonstram mais relevância, já que as coisas boas que acontecem em nosso cotidiano são esperadas. Sob essa ótica, as boas notícias estariam já acomodadas, mas as notícias ruins despertariam a curiosidade, a busca pelos fatos, causas e consequências e, a depender das fontes, a coletividade vai dando um enredo conforme a realidade daquele momento. No entanto, “o historiador, no final do século 20, é um profissional relegado a segundo plano, sempre foi, porque os historiadores dizem as coisas que as pessoas não gostam de lembrar, coisas que doem, claro que, às vezes, lembra de coisas boas, também.” (Entrevistado 1). Assim sendo, as memórias ruins, que potencialmente podem despertar o sentimento de culpa, devem permanecer guardadas, no esquecimento, com a torcida para que ninguém as encontre.

Entretanto, tudo isso deveria suscitar uma grande discussão, de autocrítica e de autorreflexão, para conseguirmos aprender com as memórias tristes, ou inconvenientes. Entrevistado 1 afirma que, no Brasil, esse processo dialógico está prejudicado por uma questão cultural: “O fato de ser teórico diminui a procura por este campo. A maioria dos alunos hoje não gosta de ler, não é estimulado, e este é outro grande problema para história. Ela é vista como aquilo que aconteceu e não se entende as relações com o presente”. Se analisarmos a conjuntura, a falta de leitura é uma consequência que nós, Professores, temos que lidar diariamente, uma vez que não há uma cultura leitora em nosso país. As pessoas tendem a ver as manchetes nos *feeds* de notícias do *Facebook*® e tirar suas próprias conclusões,

sem aprofundamento. Isso não é leitura. Então, os filhos desses leitores de *feeds* também não leem, pois não são estimulados a isso fora dos muros das Escolas.

Contudo, é possível estabelecer laços de memória coletiva com pessoas distintas. Ora, quando nos referimos a um “grupo”, parece que estamos falando de algumas poucas dezenas de pessoas. Contudo, um grupo pode ser representado pelos habitantes de um município, ou pelos Professores que atuam em determinada escola. Assim, a quantidade que representa o grupo é bastante relativa. Quando, neste trabalho, nos referimos ao grupo de Professores da rede municipal, estamos falando de aproximadamente 243 pessoas. Dentre estes, os que atuaram entre os anos de 2005 até 2008 têm uma forte memória da Secretária Municipal de Educação da época, tanto é que todos os entrevistados citaram-na, como é possível ver neste excerto de Entrevistado 1: “A Secretária era a Professora Ivete Cecília de Souza, na época, e era o último ano do governo do Prefeito Silvério Luersen, em fevereiro de 2008”. As considerações acerca dessa pessoa foram unânimes, ou seja, aquele grupo de Professores, de 2005 a 2008, tem uma memória coletiva de uma determinada pessoa, que foi o marco daquele grupo.

Convém mencionar que algumas falas foram comuns entre o grupo representado pelos Professores homens. Aqui não cabe tecer uma discussão de gênero, pois não é o objetivo da proposta. No entanto, isso evidencia que, ao longo dos anos 90, estávamos encerrando um período em que, culturalmente, quem dava mais importância à economia eram os homens. Tal aspecto foi representado pelos três entrevistados, e não foi lembrado por nenhuma das quatro entrevistadas. Nesse sentido, além de ter sido uma situação que envolveu todo o país, foi um marco importante da memória dos Professores homens deste estudo, que já possuíam emprego fixo na década de 90, conforme evidenciado na fala de Entrevistado 7:

Os mais jovens não puderam viver aquela fase, não sabem o que era ir no mercado fazer compras, quando ganhavas o salário, pegavas o carro e ia no atacado, em Canoas, comprava tudo o que podia carregar, porque final do mês tu compravas apenas 10% daquilo que você tinha comprado.

Entrevistado 1 complementou: “O desemprego na década de 90, em Pelotas, era uma coisa. O neoliberalismo naquela época era um problema”. Seguimos com o destaque feito por Entrevistado 3: “Houve uma grande recessão no final de 1999, e todas as agências tiveram que demitir e eu, na fila de espera do concurso, fui demitido”.

Entrevistado 7 ainda destaca alguns detalhes do seu emprego na época:

No IECEG estávamos passando por um período bastante conturbado, por causa da questão econômica, nos anos 90 foi muito difícil, porque início da década havia inflação descontrolada, 80% ao mês, era uma coisa de louco, você olhando os contracheques do INSS, ganhávamos um milhão e quatrocentos em um mês, no outro mês ganhava 1 milhão e oitocentos, final do ano eu ganhava 5 milhões. Depois, em 1994, com a entrada do Plano Real, que a coisa que se estabeleceu.

Entrevistado 7 faz, também, uma análise conjuntural de sua própria perspectiva:

Critica-se muito os governos anteriores, mas os governos que estão aí hoje, poderiam fazer muito mais, temos praticamente um país estabelecido, não estão sabendo fazer, as dificuldades para os governantes passados tiveram eram muito diferentes, neste sentido o Fernando Henrique foi muito feliz, porque ele conseguiu basicamente o temos hoje, a construção foi a partir de 1994, aí se viu a diferença, falando de Educação, um presidente que tem conhecimento, faz diferença, muda administração. Em primeiro lugar, ele pegou a economia quebrada, com inflação totalmente descontrolada e, com a implantação do Plano Real, estabilizou a economia, tanto é que toda a estabilidade da economia que a gente tem hoje ainda, de controle da inflação, vem daquela época.

Nossa identidade vai se formando a partir dessas memórias e de seus marcos, que são elementos que nos constituem enquanto ser humano e social, auxiliam na construção de nosso caráter e influenciam em nosso modo de agir e reagir no cotidiano. Dentre os marcos, um deles é comum para todos os entrevistados: a Escola. Mesmo em realidades distintas, a Escola influenciou diretamente cada um à sua maneira, com base nas experiências vividas por cada um.

Todos os entrevistados fizeram referência à tal marco, mas notou-se que cada experiência estimulou uma história diferente. É possível que mesmo que todos tivessem estudado na mesma turma da mesma Escola, ainda assim, as “consequências” seriam diferentes, porque cada um tem a sua identidade, por exemplo, do grupo familiar, que interfere diretamente na constituição de uma nova identidade, visto que assumimos uma identidade para cada “lugar” que ocupamos.

Entrevistado 1 cursou “os Anos Finais e o Ensino Médio através de supletivo pago, concomitante com trabalho. Foram três anos [...] trabalhando e estudando. A Faculdade iniciei desempregado, mas depois consegui trabalho, a partir dali não parei mais. Sempre trabalhando durante o dia e estudando à noite”.

Para Entrevistado 7 as dificuldades foram outras, a começar pela distância da Escola, imposta pela realidade da zona rural e a falta de opções em uma cidade pequena:

no lugar onde morávamos só tinha até a quinta série, foi o primeiro obstáculo, porque não existia as facilidades que temos hoje, sair e pegar um ônibus, por exemplo. Na cidade tinha a Escola particular que oferecia o curso completo, porém, era distante 10 km, a pé, à noite. Imagina você sair caminhar, vários quilômetros até pegar o ônibus, depois à noite voltar, era desgastante. O Ensino Fundamental todo foi com dificuldades, e era a Escola particular mantida pela comunidade, na qual o Professor era pago, não tinha merenda, não tinha energia elétrica, não havia programas suplementares.

O entrevistado Entrevistado 7 prossegue, contando detalhes dos anos seguintes da sua escolarização:

E quando terminei a quinta série, tive que sair de casa, com 12 anos de idade. Fui morar com outra família, três anos para poder concluir o Ensino Fundamental. Depois disso, foi para Ivoti, onde morei no internado, por três anos. E havia dificuldades, sair em março e voltar somente em julho, a comunicação com a família somente através de carta.

Já Entrevistada 2 tinha uma relação bem próxima com a Escola, justamente pelo seu histórico familiar. Ela disse que desde o bisavô, cada geração possuía pelo menos um Professor, perpassando pelo seu avô e seu pai. Este último inclusive tinha formação na mesma área que ela.

Mas nem todas as histórias são ruins. É possível perceber o crescimento pessoal que a Escola oportunizou nas palavras de Entrevistado 7: “No internato, então, era estudo integral, que tinha horário para tudo, para levantar, para tomar café, para estudar, isso foi muito importante para mim porque me deu uma certa disciplina. Tive a oportunidade de ler bastante, tinha acesso a uma boa biblioteca”. Ele também cita uma conquista, que ainda o orgulha: “Como lá tinha o alemão, e eu já cursava alemão desde a sexta-série, cheguei no Ensino Médio com uma ótima base nesse idioma. Ele era dividido em quatro grupos, e eu fiquei entre os melhores”.

Todos os entrevistados citaram que a sua história pessoal e sua identidade resultaram das menores escolhas cotidianas possíveis, aquelas que estão em nosso dia a dia, mesmo que de forma velada ou até imperceptível. Os detalhes que evidenciam essa afirmação foram descritos da melhor forma por Entrevistado 7:

Nasci no dia 24 de agosto de 1966, lá no "fundo das grota", em São Paulo das Missões, próximo à fronteira com a Argentina. Crescemos em um tempo que não havia acesso aos meios de comunicação, eu agradeço por ter nascido nessa época, porque acompanhei todo o processo, desde a chegada da televisão, depois a internet, e a gente acumula uma certa bagagem em relação aos demais. Sou o caçula dentre os oito filhos, dentro da estrutura familiar alemã, os filhos mais velhos ganhavam uma parte da terra, e como meu pai não tinha tantas terras, os dois filhos mais velhos receberam, cada um, dez hectares. Para as mulheres, no máximo uma ajuda no casamento. E como tinha mais o meu irmão e eu, de homens, nos foi dito que poderíamos estudar, e foi o que fizemos.

Ficou evidente um certo sentimentalismo nessa fala, que emociona qualquer ouvinte. Mas o que é demonstrado não é lamento, tristeza ou mágoa, e sim, um sentimento de conquista, de objetivo cumprido, de meta alcançada.

De agora em diante, enveredaremos pelas memórias relacionada a outro ponto em comum dos entrevistados: a escolha profissional. Tal como citado por Entrevistada 2, os demais entrevistados também possuem uma relação de influência entre família, Escola e escolha profissional que, por vezes, constitui uma tênue linha entre a obrigação e o desejo.

Entrevistado 1 cita, aparentemente, todas as ocupações:

Vou te dizer algumas coisas, que eu já fiz na minha vida: trabalhei em olaria, servente de pedreiro, pedreiro (meu pai era pedreiro), vendedor de livros, supridor de supermercado, encarregado de hortifrutigranjeiros em supermercado, vendedor de roupas, leiturista de hidrômetros, levantamento de área construídas em um órgão de saneamento água e esgoto de Pelotas, enfim, trabalhei em um bocado de coisas.

Quando Entrevistado 1 fala que seu pai era pedreiro, reforça todas as habilidades necessárias para edificar uma casa, como se tivesse remontando tudo o que seu pai lhe ensinou. Ele demorou um pouco pela escolha profissional, mas a história de sua família, e o seu entendimento sobre para que a Escola serviria em sua vida, fez com que ele alcançasse seu lugar na sociedade: "Depois da pós eu fiquei ainda dois anos trabalhando em outra área, como servidor público, mas sem nenhuma relação com a docência. E somente com aquela experiência de estágio no Ensino Médio e Fundamental da graduação, realizado em uma Escola estadual".

Entrevistado 7 saiu de casa para ser pastor. Era anseio da mãe de que seguisse os passos do seu outro filho. Essa escolha familiar o colocou diante da possibilidade de conhecer-se como Professor e, mesmo não fazendo a vontade da matriarca, seguiu a escolha que hoje já se avizinha da aposentadoria, compensando

o investimento que a família não tinha através de outra conquista: “Como eu tinha uma boa base do Alemão, consegui uma bolsa de estudos, fiz meu curso financiado pela Alemanha, em troca depois de lecionar a língua alemã. Daí, fiquei em São Leopoldo por cinco anos, morando em república e estudando na UNISINOS.”.

A vontade da família também se mostra firme na história de Entrevistada 4: “Não fiz o ‘Curso Normal’, porque na época era uma coisa mais complicada, o pai e a mãe não davam aquele apoio. Então, eu acabei cursando o Curso Técnico em Contabilidade, no IECEG, por falta de opção”. Mais tarde, na entrevista, ela contou que o pai não concordava que ela fosse estudar em São Leopoldo, para seguir seu sonho, pois era muito longe de casa.

Entrevistada 6 e Entrevistada 5 falam que sua escolha profissional é consequência da sua história pessoal. Referiram que relações afetivas e significativas da infância acabaram por estimular a escolha pela profissão de Professora na vida adulta.

Entrevistado 3 não lembrou exatamente como aconteceu sua opção pela docência, mas foi bem enfático ao referir que seu pai foi um mentor pessoal que o estimulava a buscar seus objetivos, sempre valorizando todas as oportunidades disponíveis e atento a possibilidades que às vezes não eram tão claras. “Meu pai disse que ele via Teutônia com uma cidade muito pujante, uma terra de oportunidades de crescimento, e foi o que aconteceu realmente, era a emancipação dos distritos, mas ele, que vinha de Garibaldi e passava pela zona rural, considerava muito forte, com grande potencial”.

Ao ouvir as entrevistas daqueles que não seguiram em definitivo as escolhas da família, percebemos, na ausência da fala sobre o assunto, que ao respeitarem a decisão dos pais na escolha da sua própria profissão, foram respeitados ao trocarem a opção quando tiveram oportunidade. Sendo assim, seguiram suas próprias convicções, demonstrando a importância dos laços familiares como uma relação de respeito mútuo.

As entrevistas evidenciaram diversas falas emocionadas, demonstrando uma relação afetiva intensa com o município de Teutônia. Entrevistado 3 colocou que é “apaixonado por Teutônia, adoro essa cidade, quando nós viemos para cá, minha mãe não queria sair de Garibaldi, não queria perder origem italiana. Naquela época, querendo ou não, havia aquelas questões todas de diferentes etnias.”.

Entrevistada 5 referiu que “Como era residente da cidade, optei em ficar aqui, mesmo tendo feito concursos em outros municípios, mas nunca tive a intenção de me mudar. Nessas tentativas e desistências, acabei trabalhando em outras redes e adquirindo outras experiências”.

Para Entrevistada 6, Teutônia representa uma memória nostálgica muito forte: “Na minha memória afetiva, era um passeio maravilhoso ir no mercado da Cooperativa Languiru”. A vontade de ir trabalhar lá cresceu junto com ela. Além disso, segundo ela:

Teutônia é um município bom de trabalhar, paga bem, e tinha um conceito muito alto, pelo menos na Westfália, Imigrante, Boa Vista do Sul, todo mundo queria prestar concurso em Teutônia, vinha muita gente da serra. Surpreendeu-me muito, quando fiz o concurso em Teutônia, até porque era muito jovem, a quantidade de Professores que vêm de outras regiões do Estado, gente nomeada de Santa Maria, Porto Alegre, boa parte dos nomeados não eram nem na região do Vale do Taquari, e esse foi o primeiro concurso onde eu percebi: "Nossa, esse negócio de ser concurseiro existe também para Professor!

O último marco de memória que será abordado é justamente o concurso público, que é outro ponto em comum entre todos os entrevistados. Eventos como este, ofertados, em geral, a cada quinquênio, atraem milhares de candidatos para as diversas vagas que a Prefeitura oferece. O concurso é uma política pública, porque está intimamente ligado às condições de trabalho e aos salários pagos, aspectos que influenciam na escolha pelo município de Teutônia para local de trabalho e também como fixação de residência. Este último aspecto somente não é evidenciado tão fortemente pelas duas entrevistadas que são naturais de Teutônia e por uma terceira que possui laços muito fortes com a família paterna.

Um elemento que é muito forte em Teutônia é a relação política. Os quinquênios que intercalam os concursos ficam em evidência nos quadriênios das eleições municipais. As relações entre política e as Secretarias Municipais estão sempre em evidência, o que não é diferente em relação à Secretaria de Educação. Tal aspecto foi referido diversas vezes longo das entrevistas. Por exemplo, Entrevistado 7 mencionou que “A Educação de Teutônia cresceu junto com o município. Quando cheguei, o município já estava constituído há 10 anos, mas era praticamente um povoado, ainda. Canabarro tinha apenas uma rua asfaltada, eram menos de 10 mil habitantes, quase exclusivamente habitantes ‘nativos’”. Entrevistada 4 contou que “Minha carreira profissional, como Professora em

Teutônia, iniciou em 1998, quando fui contratada pelo município como Professora de Língua Portuguesa na EMEF Prof. Teobaldo Closs, e no início de 1999 eu fiz o concurso, em janeiro, e em março eu fui nomeada. Desde então, eu já trabalhei em quase todas as EMEF's do município”.

Entrevistado 3 falou sobre o segundo concurso público para Professor, realizado em Teutônia, em janeiro de 1999, metade do primeiro mandato do prefeito citado por Entrevistado 7: “No ano de 1999, houve um grande concurso, e os Professores nomeados começaram em 1999, muitos foram efetivados, havia me inscrito no último dia possível previsto no edital, não me preparei muito, não fiquei nem entre os 10 primeiros”.

Era a fase de transição da LDB, promulgada em 1996. A Educação Básica tornou-se de fato obrigatória. Além de ter sido expandida em sua oferta, a rede municipal de Teutônia, que até então atendia apenas a Educação Infantil e as quatro primeiras séries, viu-se obrigada a ampliar e construir Escolas para dar conta de todo o Ensino Fundamental. Entrevistado 7 elogiou a atuação do então Prefeito Ricardo Brönstrup, que “fez um excelente trabalho na Educação, teve esta visão de implantação, de todo esse processo, e as Escolas foram distribuídas ‘nos cantos da área urbana’, para atender a demanda dos moradores”. De acordo com o entrevistado, esse administrador teve uma visão estratégica das obras.

Depois disso, o próximo concurso foi no final de 2006. Nesse período, havia muitos Professores contratados sem concurso, e Entrevistada 5 era uma delas: “No final de 2006 foi o concurso. Todos os contratados foram demitidos, eu inclusive. Fiz vários concursos, na época, e durante meio ano eu fiquei fora da Escola, trabalhando em outros setores, inclusive na rede particular”. Novamente, Entrevistada 6 fez uma análise sobre o contexto de Teutônia, a partir do panorama de uma Escola em especial: “Todos os Professores de Anos Iniciais, com duas exceções, eram contratos temporários, ou convocações, então tinha muita vaga”.

Entrevistado 3 também falou sobre o concurso de 2006, dizendo que ele “foi ‘monstruoso’, com muitos inscritos, muita fila para inscrições o tempo inteiro no saguão da prefeitura. Havia muitas pessoas com nível intelectual muito alto, que vinham para Teutônia [...]”. Destaca que entende que a concorrência acontece “[...] pelo valor que é pago ao profissional. No município, é visível que o Professor tem um salário muito bom, não que não deva ser melhor, você tem que ser valorizado”.

Entrevistada 6 falou que, ainda complementando o mesmo concurso, “em 2006 havia muito mais vagas do que as lançadas no edital”, evidenciando a necessidade de Professores na rede municipal. Também lembra que fez outro concurso depois:

Os concursos de Teutônia são muito disputados, aquele primeiro concurso, de 2006, o município estava sete anos sem fazer concurso, foi um "boom" de concursos naquele ano, teve em Lajeado, Teutônia, Bom Retiro do Sul, e teve outros, mas sempre Professor ele busca estabilidade, mesmo que se tenha fechado os cursos de Magistério, ou diminuído, tem muito Professor no mercado.

Conforme Entrevistada 5, do concurso de 2006, “foram nomeados muitos Professores, pois a rede aumentou bastante, na época teve uma migração muito grande em virtude das fábricas de calçados”. Na época, houve uma grande migração para Teutônia, em virtude do grande aumento de vagas de emprego em fábricas e ateliês de calçado, e isso atraiu pessoas de vários lugares do Rio Grande do Sul, principalmente da região Noroeste. Mais uma vez, a demanda social impeliu a administração pública exigindo uma rápida solução para o aumento significativo no número de alunos.

A partir desse concurso realizado em 2006, evidenciou-se que as condições de trabalho eram uma importante estratégia que nem sempre oneram os cofres públicos. O relato de Entrevistada 2 é nesse sentido, referindo acerca de sua chegada a Teutônia: “Em 2008, foi chamada e aí fui muito bem recebida pela equipe que estava lá, talvez porque ninguém estava aceitando e eu aceitei. Como condição para trabalhar em Teutônia, fui designada para quatro Escolas diferentes”. Isso demonstra que a gestão pode ser uma via de mão dupla, em que a troca de favores pode representar uma negociação positiva, sem valores pejorativos.

Enfim, é possível vislumbrar, a partir do texto, como a memória e a sua construção está ligada a fatos do cotidiano, que acabam agregando as pessoas que tiveram contato com o respectivo fato, fazendo com que a história se remonte de forma coletiva, e não simplesmente baseada em memórias individuais. Além disso, com essa etapa do trabalho evidencia-se que, na construção da identidade, cada memória é importante. Ao nos conectar com as memórias de fatos similares, estamos assumindo uma identidade para cada grupo de similaridades, sejam elas concomitantes ou diferentes em cada tempo da nossa vida.

5.3 Sobre a escolha da profissão

Os entrevistados, em sua maioria, atribuíram a escolha pela profissão de Magistério a um aspecto do senso comum. Em várias situações os entrevistados disseram que há uma relação entre o “gostar do conhecimento” e o “ser Professor”, como se gostar de conhecimento ou gostar de estudar eliminassem todas as outras opções profissionais. Nesse sentido, Entrevistado 1 destacou que:

Sempre gostei de estudar, sempre gostei de conhecimento, tive alguns problemas, entrei tarde para Escola, e várias coisas, que não cabe aqui, mas, quando saí do exército, fiz supletivo pago, no caso, porque não havia outra alternativa, terminei o Fundamental e Médio, aí fiquei um tempo afastado da Escola. [...] comecei a cursar História. História sempre foi uma área do conhecimento que gosto muito, abri mão do Direito, minha pontuação no vestibular até comportaria este curso, e fiz a Licenciatura Plena na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), depois, consegui terminar a graduação em 2004, e fazer a pós-graduação, que era uma Especialização em História do Brasil, na mesma instituição.

Entrevistado 3 também relacionou a escolha profissional por gostar da área, e não necessariamente da profissão em si:

Sempre gostei de estudar. Sempre tive muito apreço pela Educação, sempre acreditei que a Educação é uma das melhores formas que tem para nos mudar, como ser, como pessoa, ter um crescimento, e também para mudança da sociedade. Trabalhei sete anos no Bamerindus e, concomitantemente a isso, cursava a faculdade de Matemática e Ciências, na Univates, que eu comecei em 1994. Devido à questão do banco, a matemática, mas eu comecei a gostar da área da Biologia. Formei-me em 1998, e depois mais dois anos de habilitação plena em Biologia. Toda a minha Educação Básica foi em Escola Pública, e minha Educação Superior particular. O apreço pela Educação, por ser Professor foi que teve um concurso mais tarde

O que as falas não indicaram explicitamente é que todos, independente de maiores ou menores dificuldades, demonstram valorizar a Educação formal em si. Talvez disso resulte outro ponto de convergência entre os entrevistados, que é a valorização da relação Professor-aluno, algo que remete à afetividade, à infância, à relação com as pessoas, a um sentimento inspirador, quase arrebatador, segundo algumas falas.

Entrevistado 1 mencionou que: “O ser Professor inicia lá na tua vida de aluno, depois a formação acadêmica, onde inicia com uma pequena prática”. E complementou: “[...] de alguma forma, a tua constituição de Professor começa lá na

sala de aula, quando tu és aluno, em algum momento todo o aluno quer ser Professor, não todos os Professores, não daqueles que não gosta, mas o aluno escolhe alguns Professores como modelo que ele quer ser”. Essa fala de Entrevistado 1 é interessante se a comparamos com o fato de ele ter reiniciado os estudos mais tarde, tendo que estudar à noite para conciliar trabalho e faculdade. E foi justamente na graduação que a relação afetiva entre Professor e aluno despontou: “Tive alguns bons Professores, sobretudo na área de humanas, que penso isso também me “pescou” para a questão da Licenciatura em História, e ser Professor é a profissão mais desafiadora que existe”. Ele ainda complementou que “Se o aluno vai tornar-se Professor, depende do decurso posterior da sua vida”. Ele mesmo fala sobre isso, quando afirma que “Quando fiz a graduação não pensava tanto em ser Professor, eu queria mesmo é ter o ‘canudo’, e queria me formar em História, mas não havia esta perspectiva de dar aula, até pensava, mas não era um objetivo. Quando terminei a pós, pensei que deveria fazer alguma coisa, não poderia ‘ficar na mesma’”. Ou seja, o decurso da graduação o conduziu ao Magistério.

Outra fala de Entrevistado 1 relaciona a vida de aluno com a identidade do Professor: “Acredito que a identidade do Professor surge muito da tua vivência em sala de aula, também da formação, da prática e da experiência profissional. Elas te ajudam muito”. E explica, baseando-se em sua perspectiva, que “[...] a identidade docente passa por várias coisas”, e todas elas iniciam lá, como aluno, pois, “[...] tu foste ensinado ao longo de 10 a 15 anos, da tua vida , talvez por Professores mais autoritários, talvez menos, eu tenho aula mais expositiva, outros menos, mais trabalhos, mais construtivismo”, e “Tudo isto, de alguma forma, já te cria uma expectativa do que é ser Professor, na perspectiva do aluno”.

Já em relação à trajetória de Entrevistado 7, ele conta que, inicialmente, por vontade da sua mãe, os planos não eram seguir para a carreira da docência: “Fui para Ivoti fazer o pré-teológico, para tornar-me pastor. Era uma vontade da minha mãe, mas não era o que eu queria. Depois do primeiro ano, não fui bem no latim, acabei trocando de curso no segundo ano. Iniciei o Magistério e ali realmente me encontrei”. Parece que a Licenciatura foi mais uma falta de opção, à primeira vista, mas o fato de “se encontrar” na profissão é algo que comprovadamente torne a pessoa um profissional diferenciado, pois o trabalho não é *tripalium*, não é tortura, e sim é uma circunstância da vida que pode proporcionar bem-estar. Entrevistado 7 também falou sobre a importância da Escola, como um todo: “Foi uma base muito

boa para mim, creio que o Magistério dá uma base muito melhor para formação de Professores do que a faculdade. Digo isso por experiência própria, na parte pedagógica principalmente, porque ele trabalha prática desde o início do curso”. Ele finaliza com a necessidade de escolha, dentre as opções possíveis para alguém como ele, oriundo de uma realidade bastante complexa: “Eu não cheguei a fazer o estágio de meio ano para obter o diploma, porque optei por seguir a Licenciatura em Letras, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)”. Este último excerto demonstra que a capacidade de fazer escolhas está ligada à formação do indivíduo, e que escolhas de grande relevância para o futuro da pessoa, a longo prazo, fazem parte da construção também de sua identidade.

Entrevistada 2 também relacionou sua escolha profissional com base em fatores familiares. Contudo, a forma como ela conta essa história mostra que ela não foi influenciada intencionalmente. A Escola pareceu natural a partir do fato de ser integrante de um legado tão duradouro. Ela contou que escolheu

[...] ser professora porque é uma coisa de família. Meu bisavô já trabalhava nessa área, meu avô foi professor, meu pai foi professor, eu vi convivi nesse meio de Escola desde muito pequena, foi uma coisa que sempre me chamou muito atenção. Sempre gostei muito de livro, de caderno, de escrever no quadro e aí eu fui me apaixonando. Até meu pai foi meu professor quando eu estava no Ensino Médio, e eu gostava muito da forma como ele ensinava o inglês, tanto que eu me apaixonei muito e busquei essa área. Fiz letras inglês na Univates e, logo já no 1º semestre que eu estava estudando, consegui trabalho. Então, trabalho como Professora desde 1999.

A referida entrevistada complementou de forma bem categórica que “[...] se tu me perguntares se eu faria outra coisa, outro trabalho, eu responderia que não, não faço outra coisa, eu continuo sendo Professora”. Com essa afirmação, ela evidencia o quanto a sua escolha profissional a constitui enquanto pessoa.

Entrevistada 6 contou que sua decisão vem de muito cedo, mas não há uma influência direta da família em sua decisão, talvez no cotidiano sim, pois quando oferecemos escolhas, também estamos escolhendo o que poderemos proporcionar. Mas, a sua decisão também perpassa pela sua trajetória como aluna: “A minha trajetória como Professora começou desde aluna, nunca tive dúvidas de que, quando crescesse, iria ser Professora e, quando ingressei no Ensino Médio do Colégio Santo Antônio, já fiz o Curso de Ensino Médio na modalidade Normal, e me

formei em Magistério”. Dessa forma, ficou evidente que a sua decisão ocorreu na Escola.

Temos, ainda Entrevistada 5, que, aparentemente, tomou a decisão sozinha. No entanto, assim como as memórias, a decisão está alicerçada em uma base coletiva, o que está relacionado ao fato de ela ter escolhido a profissão de Magistério durante sua trajetória como aluna, ao final da Educação Básica: “Durante o Ensino Médio, nós participávamos dessas feiras de cursos das universidades, e em uma destas oportunidades, acabei conhecendo a graduação em Pedagogia. Depois de analisar as possibilidades e estudar sobre o curso, acabei me decidindo por ele”. E acrescentou elementos de suas memórias: “De qualquer forma, eu já tinha a vontade de ser Professora, pois tive uma infância bem divertida, tenho boas lembranças da Educação Infantil, daí, então, essa vontade de fazer parte do Magistério”. Ela também descreveu o quanto é feliz e satisfeita por sua carreira profissional, o que ficou evidente no seguinte trecho: “Escolhi minha carreira de forma assertiva, a distância do meu trabalho como Professora, a saudade disto, me dá a certeza de que fiz a escolha certa. Sempre quis dar aula, gosto disto, gosto da minha profissão, mesmo que, às vezes, possa me perguntar se estou no caminho certo”.

Por fim, temos a história de Entrevistada 4, que não deixa claro a relação de seu pai com a escolha de sua profissão, mas demonstra uma certa turbulência. Entre idas e vindas, avanços e tropeços, a vontade de ser Professora falou mais alto: “Ser Professora sempre foi uma coisa muito certa e decidida, para mim, nunca pensei em ser outra coisa”. Podemos perceber que ela atingiu seus objetivos, alcançando uma satisfação pessoal e, inclusive, por ocasião do destino, conheceu seu esposo em uma Escola, enquanto colegas de trabalho. “A vontade de ser Professora sempre existiu. Em um primeiro momento eu quis ser Professora de Língua Portuguesa e Língua Alemã, mas para isso eu teria que morar em São Leopoldo, isto meu pai não concordou, e aí acabei fazendo Língua Portuguesa na Univates”.

Diante do exposto aqui, fica evidente que a escolha profissional está alicerçada em uma soma de memórias (coletivas) que possuímos. Essa escolha está relacionada às nossas memórias do grupo familiar, às nossas memórias enquanto alunos em cada um dos níveis de escolarização pelos quais passamos e

às nossas memórias enquanto seres constituintes de alguma comunidade em específico, ou da sociedade como um todo.

Quando utilizei o termo ‘arreatador’, no início desta seção, tive a intenção de deixar claro que, ao decidir ser Professor, todos os entrevistados expressaram que esta é a profissão em que pretendem permanecer até a aposentadoria, ou seja, não há a intenção de trocar de profissão ao longo do percurso profissional.

Entrevistado 1 mencionou que Professor “É uma profissão em que tu tens que gostar de gente, meu amigo, e gostar de gente não é querer, isso tem que estar em ti, tu podes até desenvolver isso, mas acho que não é nada fácil”. Saliento que, essa colocação tão incisiva, em que o entrevistado estabelece um requisito, ou uma condição, para o Magistério, é feita de forma carinhosa. Nesse mesmo viés, ele complementou: “Para ser Professor, a pessoa precisa ser desprovida de preconceitos, e a relação com o aluno é perpassada pelo respeito, não por pronomes de tratamento”.

Entrevistada 5 faz uma consideração apaixonada pela sua vida como Professora, e penso que traduz um pensamento de muitos, não só Professores, mas de todos aqueles que se “identificaram” com a sua escolha profissional: “Se tu sentes falta de alguma coisa, é porque aquilo te pertence, faz parte de ti.”

E depõe com orgulho sobre as oportunidades que tem e teve em virtude de sua profissão:

Como Presidente do CME, tenho uma satisfação muito grande, porque eu posso trabalhar para que a Educação aconteça de fato, eu posso contribuir para a Educação, eu estou em um cargo que me permite isso, eu posso dar sugestões, posso contribuir para que aconteça de forma da melhor forma possível, eu posso fazer parte da elaboração da política pública, e isso me deixa bastante feliz. Eu estou fazendo algo pelo meu Município, fazendo algo pela Educação de Teutônia, me sinto realizada com essa com essa profissão.

Por outro lado, nas entrevistas, houve posicionamentos contrários aos referidos acima, mas nenhum deles pareceu um lamento ou arrependimento. Tais colocações parecem mais um anseio por dias melhores, como qualquer outro profissional faria pela sua profissão. Foi o caso de Entrevistada 2, que afirmou: “[...] a carreira de Magistério não é valorizada pela sociedade, nem pelo poder público. Poderia ser muito melhor, mas quando tu fazes uma escolha tu já sabes que é assim”.

Entrevistado 1 já é mais reflexivo e crítico, e acaba apoiando a qualidade da Educação na formação do cidadão:

A Educação no Brasil é o reflexo da sociedade. E ela não é somente para o aluno "ser alguém na vida", ela é para cada um ser o que quiser na vida, com alimentação adequada, uma casa para morar, que tenha condição básica de sobrevivência digna. Ser alguém implica em ocupar um lugar no mundo e ser importante para a sociedade, desde o lixeiro até o médico, com visão de mundo suficiente para decidir sobre o que quer fazer e como vai fazer. Educação tem que importar para a vida individual, para que cada um se preocupe como viver em sociedade. Educação é uma coisa complexa, depende de inúmeros fatores, e cada um deles faz parte da constituição da identidade docente.

Por fim, se tem algo que eu pude identificar nas falas dos entrevistados é que esses reveses somente são identificados por alguém que está dentro do grupo. E, não constituem necessariamente obstáculos, mas parecem mais desafios a serem vencidos pelo bem de todos.

A partir do exposto, podemos evidenciar que as memórias coletivas de cada um acabam por constituir uma identidade docente, enquanto profissão a ser escolhida. As políticas públicas, então, se analisarmos as entrevistas com as expressões de cada entrevistados, irão reforçar ou enfraquecer as memórias coletivas, mas também podem contribuir para a formação da identidade, sempre que contribuir com elementos para que as memórias levem a construções positivas e de bem-estar. Ressalto que o positivo e o bem-estar não necessariamente são coisas boas, podem ser, como vimos, desafios que instiguem o profissional a ser um Professor cada vez melhor.

5.4 Sobre a escolha da carreira

Embora haja uma linha muito tênue entre escolha profissional e carreira, iremos tratar nesta seção acerca da carreira como a etapa que sucede a escolha profissional. Tal discussão é relevante porque apresenta elementos que podem auxiliar na decisão de como construir, modificar ou extinguir políticas públicas relativas à carreira dos Professores. A política pública vai, ainda, conforme vários relatos coletados durante a entrevista, atrair interessados que queiram desenvolver sua carreira em melhores condições e, para tanto, as pessoas estão dispostas a

mudar de cidade, distanciar-se das memórias e raízes familiares e alterar o estilo de vida para adequar-se à nova realidade.

As primeiras contribuições para esta seção partem de Entrevistado 1, pois algumas de suas reflexões foram mais genéricas, e englobam a questão da carreira do Magistério de forma geral, alinhando questões pessoais, questões locais e a conjuntura nacional.

Ele inicia dizendo que “Uma das profissões mais complicadas, mais puxadas, mais sofridas que posso dizer é o Magistério, porque as outras atividades são físicas, e o Professor tem um cansaço físico e intelectual”. Ou seja, como em qualquer profissão que trabalhe em nível essencialmente intelectual, há uma estafa também mental causada pelos dias de trabalho.

Ele acrescentou que “As políticas públicas têm um impacto pesado em alguns pontos, por exemplo, a questão da remuneração, a questão das condições de trabalho”. E seguiu: “Uma questão que pesa muito sobre o professorado é a remuneração, e também as condições de trabalho. Hoje, percebo que nós, Professores, estamos bastante sobrecarregados, porque os Professores para terem uma vida digna, precisam de um salário digno [...]”.

Além disso, a clareza e a objetividade das políticas públicas também são importantes, pois, ao chegar nas mãos do público-alvo, este terá a ideia principal de como será atingido. Nesse sentido, Entrevistado 1 contou: “Quando fiz concurso para Teutônia, eu estudei o Plano de Carreira, eu já sabia quanto eu ia ganhar”. Assim, a política pública, quando bem elaborada, permite que o pretense usuário tenha o poder de escolha e decida se vai ou não ser exposto a isso.

Ao longo das entrevistas, a fala de Entrevistado 3 destaca que, dentro da carreira, a possibilidade de possuir mais tempo para estudos e qualificações, ou mesmo o tempo para assuntos pessoais, é um benefício ao Professor: “A possibilidade de trabalhar três turnos, às vezes é puxado, mas é importante porque se abre janela durante a semana para resolver outras questões pessoais, que todos nós precisamos fazer”. Nesse caso, é possível perceber que pequenos aspectos em determinada política pública, que nem sempre vão alterar o orçamento previsto para sua implementação, podem representar um benefício para o gestor no que tange ao relacionamento com os servidores. Além disso, esse pequeno aspecto também terá benefícios para o município, uma vez que se torna mais atrativo e, potencialmente, possibilita que sejam selecionados os melhores profissionais.

Com relação aos aspectos gerais da carreira de Professor, é necessário entender que “O salário pesa, as condições de trabalho pesam, a formação pesa, e aqui eu questiono muito essas formações continuadas, porque elas ajudam, mas elas não conseguem atingir o que precisa” (Entrevistado 1). Tais aspectos precisam ser elencados no momento em que se pensa acerca da elaboração de uma política pública. Não se pode esquecer, também, que “[...] o que pesa muito contra o Professor é que ele, por ter um salário baixo, pega 60 horas de trabalho semanal, e eu te pergunto: tu acreditas que um Professor, por mais que ele queira, vai fazer um bom trabalho com esta carga horária?” (Entrevistado 1). Ele mesmo respondeu: “Ninguém, nem médico, ou engenheiro, nem o Supervisor Escolar, porque tu és um ser humano, tu tens família, tens filho, tem a tua vida inteira e tu tens 60 horas de carga horária”.

Quando os entrevistados contaram suas histórias, foi possível articular, por exemplo, como as políticas públicas estão presentes no cotidiano desses profissionais. Assim sendo, ficou aparente que a defesa de políticas públicas mais efetivas depende do interesse do público que será atingido e, no caso dos Professores,

Uma questão latente, é que a Educação se precarizou muito, entre outras coisas, por causa daqueles que não vivem da Educação, ou seja, aqueles que têm uma remuneração mais adequada através do cônjuge, ou são empresários em outro turno, ou possuem um patrimônio advindo de herança. Essas pessoas tendem a não se importar com os meandros do dia a dia da Educação porque isto não é a sua fonte de remuneração exclusiva, tem uma válvula de escape se necessário, então, quando chegam no limite, acabam por abrir mão da luta, da resistência. A pessoas que vivem da Educação, do salário de Professor, tem uma visão mais exclusiva, de querer que as coisas melhorem sempre, mesmo que seja difícil, mas é a sua vida profissional. Por isso, cada pessoa assimila as políticas públicas de uma forma diferente. (Entrevistado 1).

Ao falar de suas memórias, Entrevistado 7 também fez referência a esse ponto:

Temos colegas que, por exemplo, estão com Magistério, que poderiam, com todas facilidades que existem hoje, fazer uma faculdade, mesmo que por modalidade de Ensino a Distância (EAD), de poder mudar de Nível, mas continuam satisfeitos com o que têm, até porque, às vezes, não dependem do salário de Professor, mas a minha vida toda eu sempre dependi do salário de Professor, assim também a minha esposa, então, penso que isso faz uma diferença muito grande. O fracasso da Educação está muito atrelado a isso, se nós tivéssemos pessoas que realmente

dependessem apenas do salário da Educação, atuando exclusivamente como Professor, o Professor seria mais valorizado.

Então, podemos dizer que as políticas públicas podem, ainda, possuir mais uma variável. Obviamente, esse pensamento deve estar centrado nas arenas de disputas internas do grupo de Professores, uma vez que aqueles que serão mais atingidos precisam se impor diante daqueles que possuem alternativas às mudanças.

Ainda seguindo essa linha de pensamento, Entrevistado 1 proferiu:

Ser Professor é entrar em uma sala de aula “morrendo de dor de cabeça” e ter que gritar para todo mundo ouvir, dar aula e fazer de conta que tu estás bem; é estar louco para ir ao banheiro e não poder sair porque a turma estava em uma prova, e não tem quem possa substituir naquele momento e, se tiver, não tem como chamar; é tu ficar até às três horas da manhã, fechando nota, porque no outro dia tem conselho de classe; é chegar no conselho de classe com alunos que não têm condições de aprovar e tu ter que aprovar, porque tu sabes das condições humanas dele e sociais, e que precisam da aprovação. O aluno pode não ter o conhecimento, mas aquela reprovação pode ser desastrosa para ele, pode sim ser o fim da vida dele assim.

Nesse excerto, Entrevistado 1 elencou circunstâncias a que um Professor é exposto em seu dia a dia. Embora tenha utilizado marcos de memória que possam parecer degradantes, ele descreveu muito bem o cotidiano da sala de aula de uma Escola, quanto a dificuldades, superações e responsabilidades. Em particular, faço aqui uma ressalva acerca da dificuldade citada de chamar um colega. Esse fato relaciona-se com Escolas que são constituídas por vários prédios espalhados ao longo de um terreno. Cada gestor, com o auxílio de um engenheiro, quer deixar a sua marca na infraestrutura da instituição. Todavia, como geralmente, cada engenheiro possui uma tendência a seguir, cada bloco da Escola vai ficando diferente. Claro que a estrutura da instituição vai evoluindo com isso, mas, se pensarmos em termos de ergonomia, para o Professor e para os alunos, é difícil fazer um determinado trecho de caminhada para se descolar de uma sala para outra tendo que subir um degrau, subir uma rampa, subir mais dois degraus, desviar de um corrimão, passar por degrau de altura diferente dos anteriores, passar por rampa com inclinação diferente das demais, etc. A geografia da Escola é uma circunstância que raramente é levada em consideração pelos gestores. É possível pensar no desgaste físico que isso representa se considerarmos que há Escolas que possuem em torno de 60m entre algumas salas de aula e o banheiro.

Além da questão estrutural e geográfica, existem outras circunstâncias que fazem parte do cotidiano das Escolas públicas municipais de Teutônia. Sob esse viés, é muito importante que se registrem as memórias de tais locais, de maneira organizada, pois elas podem auxiliar a nortear futuras políticas públicas, como foi evidenciado. Caso o gestor possua as informações adequadas, pode elaborar políticas públicas de grande impacto na carreira dos Professores, sem despender grandes ônus para os cofres públicos. Assim, tais registros vão contribuir para se ter o conhecimento real do público alvo, resultando em benefícios para todas as partes.

Ainda sob essa perspectiva, Entrevistado 1 continuou: “Esse é o Professor. Aquele que está em sala de aula dando aula e trabalhando com Educação. Isso também inclui os Orientadores Educacionais e Supervisores Escolares, porque eles estão naquela situação”. Na sequência, o mesmo entrevistado colocou que “O preconceito dificulta a construção e fortalecimento de vínculos, e isso é muito prejudicial para a Educação”. Nesse trecho, ele referiu-se ao Professor em sala de aula, e à relação entre Professor e aluno. Contudo, também devemos ter este pensamento enquanto gestores, pois somos gestores de todos e não apenas de alguns.

Tal reflexão também pode ser articulada com a fala da Entrevistada 2, que diz que se frustra ao ver os colegas, Profissionais do Magistério, despreocupados com a Educação agora durante o período de pandemia: “[...] escuto Professores falando que não estão preocupados em recuperar pelo menos uma parte da carga horária. Tenho que pensar que é a minha pessoa, o meu físico, lá com meu aluno, é que vai fazer a diferença”. Nessa linha, é muito importante que os gestores tenham o mesmo olhar para com esses Professores da mesma forma que os Professores têm com seus alunos, quando estes não atingem os objetivos propostos.

O embate, puro e simples, não é benéfico. As divergências devem ser usadas como base para a elaboração de uma sólida política pública de formação para os Professores, pois “Quando eu me qualifico é para o meu trabalho, sei conscientemente que isso depois vai interferir para o meu plano de carreira, mas eu não faço pensando nisso, sempre procuro me qualificar para que eu possa melhorar o que estou fazendo. Isso depois sim vai somar, vai ser importante para minha mudança de classe, para minha remuneração, mas não olho isso como um ponto principal” (Entrevistada 2). Essa foi a fala de alguém que ocupa um cargo de gestão, e que representa toda uma entidade. Ela destaca uma coisa primordial: o amor pela

profissão, não aquele amor piegas e cego, mas aquele anseio pelo reconhecimento por um bom trabalho, executado em colaboração com todos os setores envolvidos no processo educacional.

Nesse viés, Entrevistada 6 também chamou a atenção acerca da postura de alguns colegas: “Os Professores de Anos Iniciais são muito mais abertos e dispostos a estudos de formação, remunerados ou não, do que os de Anos Finais”. O que também é importante sobre a forma como são organizados os eventos de formação continuada. As causas dessa (percepção de) distinção de postura entre os professores frente às propostas de formação continuada merecem estudos futuros.

A heterogeneidade dentro das turmas e entre as escolas apareceu também nas narrativas. “Aí vem a realidade, vem a sala de aula, tu começa a te reinventar, começa a ver que nem tudo que na teoria tu pensavas que daria certo, de uma turma para outra existe um abismo, de um aluno para o outro também, começa a ver que de uma Escola para outra, as coisas são muito diferentes” (Entrevistado 1). Na entrevista realizada, foram apontados tópicos que nem sempre se fazem presentes na formação inicial, mas que surgem cotidianamente na prática dos Professores. Uma das constantes no cenário educacional, inclusive teutoniense, é a heterogeneidade. Cada bairro é constituído por diferentes realidades, e isso se apresenta na sala de aula. Assim, mesmo que se trate de um município com bons indicadores na área de educação (vide sistematização realizada pelo Sebrae em 2020²⁶), algumas das falas remetem justamente às dificuldades para garantir a qualidade da Educação nas escolas de todos os bairro, o que é uma preocupação que vai além da dimensão de carreira.

Essa heterogeneidade também se aplica ao conjunto de Professores, e acaba por ter particularidades inclusive quanto aos seus percursos formativos, haja vista a grande quantidade de profissionais que vieram de outras regiões e/ou cidades do estado, ou até de outros estados, ou que se deslocam diariamente para suas atividades laborais de outras cidades. Conforme já mencionado anteriormente, a cada quinquênio, em média, o grupo se renova por causa dos concursos, os quais são importantes marcos de memória dos entrevistados: “Em 2006, começaram a vir

²⁶ Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Teutonia.pdf. Acesso em: 24 ago. 2020.

muitos Professores ‘de fora’ e se passou a ter uma outra mentalidade, mais universal, não somente aquela cultural conservadora de Teutônia” (Entrevistado 7).

A vinda de profissionais para o município de Teutônia tem forte ligação com a imagem que a cidade transmite a outros municípios. Estamos falando de uma seriedade que transcende os limites municipais e impele as cidades vizinhas a manterem uma imagem semelhante, como se não quisessem correr o risco de terem veiculada uma imagem não compatível com a do município vizinho. Entrevistada 6 evidencia isso, sobre a transição entre o município de Westfália e o de Teutônia, quando afirmou que “Não queria deixar a Westfália ‘na mão’, lá era regime celetista, então tinha que avisar com 30 dias de antecedência”.

Entrevistada 4 possui uma questão bem pessoal com relação à política pública educacional de Teutônia: “Penso que eu me encontrei muito bem a filosofia do município e, como eu estava em uma situação confortável, não procurei outra coisa”. Com esse depoimento, é como se Teutônia tivesse uma marca. Essa marca, ou conceito positivo da cidade foi citado em várias ocasiões ao longo das entrevistas.

Convém retomar um elemento já citado anteriormente, mas que não ficou evidente, e sim implícito nas falas dos entrevistados: a pouca preocupação dos Professores com gestão da sua própria carreira. Entrevistada 6 assumiu esse descuido: “Minha mudança de Classe só ocorre porque uma colega que entrou “junto” comigo, nos dois concursos, e é uma pessoa super organizada, inclusive para vida funcional, me lembra disso”. A hipótese é que isso se deva pela sua formação inicial, que nem sempre oferece conteúdo que possa estimular o cuidado com a profissão em si, no sentido de carreira, ou talvez por não depender exclusivamente do salário de Professor.

Existem muitas memórias nas falas dos Professores que remetem à carreira, mas não com algum objetivo, e sim como parte de uma narrativa que algumas vezes versavam sobre outras questões. Na verdade, ao escutar e degravar as entrevistas, é perceptível que as falas, que podem parecer inicialmente desconexas para o pesquisador, na verdade são marcos cruciais de memórias, nos quais a pessoa estrutura a história que será contada. Esses marcos são elementos que ligam a história vivida com a contada. Para efeito de análise, tais marcos poderiam ser caracterizadas como relatos da trajetória profissional.

Para Entrevistado 1, os marcos recorrentes são as Escolas e as turmas: “Desde então, atuo na Escola Estadual de Ensino Médio Reynaldo Affonso Augustin concomitantemente com a Rede Municipal de Ensino de Teutônia, com o Ensino Fundamental, porque eu prefiro isso, o planejamento é praticamente o mesmo”. É como se não conseguisse contar sua carreira sem os marcadores de tempo e espaço, que são as turmas em que atuou: “E trabalhei na EJA por uma questão circunstancial. Um Professor havia largado, precisavam de um substituto, aceitei e gostei. Mas lá é por convocação, como tu sabes, é como um contrato, mas é uma realidade muito diferente e muito interessante.”

Entrevistada 2 se refere a circunstâncias mais técnicas, criando uma linearidade em seu passado, iniciando com momentos em que era aluna, até a atualidade como profissional: “Penso que, uma coisa que mudou muito hoje é a metodologia de trabalho. Há vinte anos atrás, nós só tínhamos o quadro, um livro didático, quando tinha, porque não se tinha o que se tem hoje, e um caderno. depois, iniciaram os gravadores, fitas K7, CD's, colocar música, ouvir diálogos, é muito importante na língua inglesa”. Ela salientou muito a questão da tecnologia e da evolução técnica: “Hoje, nós temos muita tecnologia, tu já podes passar vídeos, filme, a sala de aula tem televisão ou projetor multimídia. E isto contribui muito para o teu trabalho, ainda não temos a infraestrutura ideal, mas, mudou muito para melhor”.

Quase todos os entrevistados usaram a formação, ou o ingresso na carreira, ou o concurso como marco de memória. Entrevistada 4, por exemplo, disse “Toda a minha história como Professora foi no município de Teutônia”. Ela transformou um aspecto específico em uma grande história. Entrevistada 5 lembrou que “Assim que entrei na graduação, me candidatei para monitoria e para estágio na cidade. Logo consegui uma vaga, pois as necessidades eram muitas, até em virtude do crescimento socioeconômico da época”. Então alcançou seu objetivo: “Entre como estágio remunerado, fiquei dois anos. Depois, contrato emergencial, naquela época havia bastante contratados, pois, havia acontecido apenas um concurso”. Depois, justificou o fato de continuar se qualificando: “Fiz pós-graduação em Psicopedagogia, também por causa da minha progressão de Nível prevista no Plano de Carreira, pois isso gera um benefício financeiro”.

Entrevistada 5 e Entrevistada 6 utilizaram-se novamente do concurso como marco de memória: “Quando passei no concurso já comecei a pensar numa carreira,

e no futuro, comecei a visualizar minha vida profissional a longo prazo, que iria trabalhar aqui na rede municipal, e trilhar minha carreira por aqui” (Entrevistada 5). Essa fala demonstra que o Plano de Carreira pode oferecer uma perspectiva a longo prazo. Entrevistada 6 cruzou os dados do concurso à formação: “No primeiro concurso, eu tinha apenas o Magistério, depois concluí a graduação e cursei uma Especialização para ganhar a diferença da progressão de Nível”. Mencionou, também, a passagem pela Rede Estadual como uma curta e frustrante passagem da carreira: “Passei um tempinho na Rede Estadual, onde fiquei menos de um ano como Professora concursada, em função do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público (PCR), percebi que não seria interessante, o salário não era condizente com o que se espera do educador”.

É possível que a utilização do concurso como um marco de memória seja uma constante na carreira dos Professores, devido à lei determinar o prazo de validade dos concursos. A Constituição Federal determina a validade de dois anos para o concurso, com possível prorrogação por igual período. Como a administração pública não pode declarar vagas em aberto se houver lista de concursados em espera, isso acaba alargando o tempo, transformando os quatros anos de interstício em um quinquênio. Esse fato acaba criando uma identificação de “idade na carreira” entre aqueles que entraram próximos à realização do concurso de um determinado ano. O disposto no artigo 85 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é inócuo, uma vez que, no próprio *caput*, ele cria o impedimento para a sua reivindicação.

A última fala de Entrevistada 6, somada à fala de Entrevistado 1, fazem a transição para uma próxima etapa deste texto, em que se aborda como a política pública pode interferir na formação da identidade docente dos profissionais pertencentes a uma determinada rede. Em relação a isso, Entrevistado 1 contou:

Quando me formei já era Servidor Público, não em cargo de Professor, mas por questões de remuneração e oferta de emprego, na época. Acabei passando aqui em Teutônia e, como o salário aqui era razoável, comparado a outras regiões, me estabeleci aqui. Não conhecia a cidade, conheci quando vim fazer o concurso, gostei, é uma cidade bonita, organizada, com grande potencial de desenvolvimento, a região também. Eu vim para cá, por questão salarial, em primeiro lugar, e vim, já não era um jovem, iniciei minha vida profissional na área da Educação bem mais tarde, mas foi bom.

Com essa fala, Entrevistado 1 demonstrou como o município pode atrair pessoas para se estabelecerem naquele lugar, e que a qualidade de vida da população está ligada à qualidade dos serviços públicos, que demandam das políticas públicas. Então, a organização, o cumprimento de metas estabelecidas, a visão que quem vem de fora da cidade tem, influenciam naqueles que querem fazer parte daquele grupo, daquele município ou, no caso deste trabalho, para fazer parte daquele corpo docente.

A oportunidade de crescimento profissional e salarial ao longo da carreira é um dos grandes atrativos, pois dá ao Professor a visão de que seu esforço será recompensado, talvez não da forma que ele gostaria, mas estabelece um ciclo de criar uma meta para obter sucesso. Então, passa-se para a próxima meta, causando a percepção de crescimento profissional permanente.

Entrevistado 1 também apontou: “Chegando aqui já encaminhei a alteração de nível, que veio a partir de julho daquele ano. Comparando a evolução salarial, naquela época se ganhava mais. Houve um desgaste geral do salário ao longo destes 12 anos”. Entrevistada 4 destacou a importância do Plano de Carreira, ao afirmar que ele é “[...] um incentivo para buscar mais aperfeiçoamento, ele faz com que a maioria dos Professores busque isto, não vão haver aqueles Professores arcaicos, ‘parados no tempo’”.

Entrevistado 7 lembrou do tempo que “[...] o Plano de Carreira levou dez anos para ser completamente implementado, e tudo isso influenciou na Educação”. Ele foi criado para um fim, mas acabou criando uma outra demanda, pois, “[...] Teutônia era um dos que pagava os melhores salários nos Anos Iniciais”.

Nesta época surgiu a polêmica, que perdura até hoje, porque não houve solução, como o salário dos Professores que já estavam na rede eram bem altos, quando se fez o concurso para os Anos Finais, viu-se que o município não suportaria pagar esses salários praticados até então. Devido a isso, optou-se em criar um novo Plano de Carreira, com novo padrão referencial, novos salários, aquela pendência jurídica perdura até hoje, nas matrículas velhas, as quais a maioria já está aposentada.

O Plano de Carreira, provavelmente por estar bastante defasado, compensa por um lado, pois, segundo Entrevistada 6, “O que me chamou muita atenção em Teutônia foi a boa remuneração, comparado a outros municípios da região”. Mas mesmo assim, pensando em uma contrapartida, “O investimento em um Mestrado não vai render financeiramente para justificar o tempo investido nisto, é muito mais

pelo conhecimento do que pelo benefício”. Essa fala demonstra que a política pública precisa evoluir de acordo com a evolução da sociedade. Mesmo assim, Entrevistado 3 afirmou:

Sempre aproveitei o que teria a minha disposição dentro do Plano de Carreira para progredir. Em relação à questão salarial, nós somos muito bem pagos, em minha opinião. Tivemos algumas perdas nos últimos anos devido ao contexto econômico, claro que cada governo faz a sua definição, existem todas as discussões em torno disso, mas cada ponto percentual vai refletir no futuro.

Dessa forma, pode-se dizer que, mesmo que as políticas públicas tragam poucos benefícios, nem sempre as pessoas as utilizam da melhor forma e, como já foi dito, muito provavelmente por desconhecimento.

Aqui é importante ressaltar um aspecto que, na verdade, é um problema, não uma solução: o Plano de Carreira não pode ser encarado como uma colcha de retalhos, em que “Muitas coisas até copiou porque se pega um modelo que está funcionando e a partir dali se vai criando” (Entrevistada 6). Isso desconsidera as variáveis regionais e até municipais, pois não é possível imaginar que uma política pública bem sucedida em um determinado lugar vá surtir o mesmo efeito em outro. Toda política pública deve ser pensada a partir de um diagnóstico local e, quanto mais fidedigno ele for, mais eficaz será a política pública, pois ela será elaborada com vistas a questões reais e não hipotéticas.

Partindo disso, Entrevistada 2 assevera que o Plano de Carreira é um meio, não um fim. Ela coloca que “Tu não podes trabalhar pensando só na estrutura do PCR, porque aí o teu trabalho já não é tão eficaz, tu tens que trabalhar para o quê tu acredita e gosta. O resto são detalhes que vão agregando”. A entrevistada acrescentou outros benefícios que devem ser considerados: “Teutônia hoje tem uma boa infraestrutura, tanto física de Escola quanto de pessoas trabalhando na Escola, digo Direção Vice-Direção, Orientação Educacional, Supervisor Escolar. Acho que a gente tem um suporte muito grande”. Segundo ela, “As pessoas não deveriam fazer as coisas para o PCR, os Professores deveriam fazer para si, para seu trabalho, mas sabemos que tem gente que faz cursos porque sabe que vai somar pontos e vai ter a oportunidade de trocar de classe, não deveria ser assim”.

Com relação aos atrativos que as políticas públicas do município de Teutônia proporcionam, temos, nas falas de Entrevistado 3, vários elementos para serem elencados: “Temos colegas que vieram de uma série de outras regiões em busca

do concurso, pela questão, muitas vezes financeira, [...], então o PCR é significativo”. Ele ainda lembrou de duas políticas importantes voltadas aos servidores do município: a “[...] entrada do plano de saúde, no qual tu podes abranger a toda a tua família junto”, e o “[...] o Regime Próprio de Previdência Social, que é um ponto muito significativo. Com isso, se fosse um Professor de um outro lugar, que não possui esta vantagem, com certeza se sentiria tentado a vir para Teutônia”.

Do ponto de vista nacional, Entrevistado 1 citou o advento da Lei nº 11.738, Lei do Piso Salarial, como sendo “[...] um marco na Educação brasileira, cria uma proposta de valorização da Educação, através de benefícios para os Professores, e o principal aspecto desta lei, foi o um terço de planejamento”. A questão do planejamento foi destacada em várias passagens de outros entrevistados, mas a mais contundente foi a do próprio Entrevistado 1:

E tu sabes bem, melhor do que eu, a questão do Professor tem outro, porém, Professor não é o profissional que fecha a porta do gabinete, ou dá sala de aula, e vai para casa e as coisas estão resolvidas. Se ele for fazer um bom trabalho, ele leva prova, trabalho, ele tem que planejar, e neste ponto, já que estamos falando de políticas públicas, tenho que dar um exemplo de política pública que teve grande impacto na vida dos Professores, pelo menos na minha e acredito que da maioria, a lei de um terço. No momento em que ela dispõe que um terço da carga horária é sem interação com os alunos, ressaltando as ponderações de cada ente federado, criou um espaço dentro da carga horária do Professor para que ele planeje, para que ele sente para a formação docente, para reunião, e isto desafogou e aliviou um pouco.

Tal aspecto foi destacado ainda por Entrevistada 6: “Uma das grandes mudanças para os Professores é essa questão do planejamento, pois esta questão impacta muito na vida dos Professores. [...] quando olho para os meus primeiros 10 anos de Magistério, [...], a casa era uma extensão das Escolas, passava meus finais de semana planejando”. Entrevistado 3 também fez referência a essa temática: “A questão do planejamento é muito importante, porque se tu és um Professor diferenciado, quer fazer algo a mais, tem que preparar, tem que buscar em casa”. E complementou: “O RPPS, plano de saúde, bom salário, horário exclusivo para planejamento, juntamente com o Plano de Carreira, são elementos que podem definir a opção por um ou outro município, para a pessoa que atua na área educacional”.

Por fim, convém destacar três aspectos importantes. Um deles foi levantado por Entrevistado 1, que é a questão da formação continuada, a qual precisa ser pensada como uma política pública de acordo com demandas específicas, pois “A formação inicial vai te dar uma sistematização de conhecimentos e de aporte científico e teórico para executar determinadas coisas. Lá tu tens interação com colegas, com Professores universitários, que é outra categoria de Professor”. Entretanto, na prática da sala de aula, cada turno é uma realidade, cada Escola é uma realidade, cada bairro é uma realidade, o que precisa ser considerado na formação continuada.

O segundo aspecto é a importância da relação entre Professor e aluno. Acerca disso, Entrevistado 3 mencionou: “Quando comecei, ciências tinha três períodos, e tu entravas duas vezes na turma durante a semana, isto foi uma coisa significativa, porque impactava na questão das horas, pois, tu antes cumpria em quatro turnos a tua carga horária e depois foi para cinco”. Isso diminui o tempo com os alunos, mas foi em benefício do planejamento. Assim sendo, é possível vislumbrar a importância da percepção do funcionamento das arenas de disputa, quando se trata de elaboração de políticas públicas, nas quais a negociação por vantagens pode ocasionar desvantagens. É importante que os envolvidos tenham discernimento de onde e quando devem abrir mão de algum benefício em detrimento de outro.

O terceiro ponto, por fim, é um elemento que pode interferir nas políticas públicas, mas antes de qualquer coisa, vai interferir na relação entre gestor e empregado: a oportunidade. Entrevistada 2 disse que “Estar na presidência do Conselho Municipal de Educação tem proporcionado um grande crescimento no meu trabalho”. Já Entrevistado 7 lembrou que “O Secretário Enilton me convidou e nessa época foi implementado o InfoMóvel, uma política pública que consistia em levar um ônibus adaptado com um laboratório de informática para levar este conhecimento às Escolas da zona rural”. O gestor competente, que realmente conhece os seus Professores, vai criar oportunidades de crescimento profissional, pois impactam no crescimento pessoal dos servidores. É a partir da boa relação que são construídos elementos que podem ser utilizados como forma de acesso a novas conquistas, e também como fatores relevantes no momento em que a implementação de uma política pública estiver em discussão. Isso gera confiança e interdependência, além de formar a identidade do grupo de Professores, pois lá,

todos saberão que na identidade docente do Profissional do Magistério de Teutônia há uma característica, que é a construção coletiva dos benefícios e solução de problemas da categoria.

5.5 Sobre contexto econômico e políticas públicas

Esta seção tem um título que parece desconexo, pois não se refere a um momento curto, como geralmente estamos acostumados. Na verdade, esta seção está relacionada com políticas públicas, memórias, carreira e eventos específicos que remontam o tempo em que os entrevistados passaram a ocupar cargos efetivos na Prefeitura Municipal de Teutônia.

Para iniciar, farei algumas colocações acerca de circunstâncias e eventos, ou percepções, que podem nortear o trabalho de gestores quando da elaboração e discussão das políticas públicas. Entrevistado 1, nesse sentido, afirmou que as “[...] políticas públicas têm um grande impacto sobre a vida do cidadão e sobre a vida dos profissionais do setor público”. Acrescentou, em outro momento, que “As políticas públicas têm um impacto grande, sim, mas não é somente as políticas públicas da Educação. A política em geral, por exemplo, a pandemia, não é política, mas está tomando um caráter político grande”. Ou seja, a percepção desse entrevistado é de que nossa vida social está entrelaçada, é perpassada, por políticas públicas que, mesmo às vezes sendo imperceptível, interferem em nosso modo de agir em relação aos demais indivíduos. O entrevistado ainda destacou: “Nada é neutro, nada é puramente científico. Sempre há um propósito, neutralidade não existe, quando alguém fala, fala de algum ponto, já há uma vinculação. Pode não ser partidária, mas já é política”. E isso pode nos levar a um sentimento duvidoso, pois “Nossa história mostra que precisamos desconfiar sempre do governo. Os governantes têm sempre um propósito, às vezes nobre e digno, outras não, às vezes acertam, outras erram, mas cabe ao cidadão se precaver”. Mas afinal, como se precaver? Através do conhecimento da realidade, entendendo as necessidades da família, do vizinho, do bairro, etc. Isso é empatia, é solidariedade, é vida em sociedade.

Entretanto, Entrevistado 1 também lembrou que as políticas públicas, muitas vezes causam um impacto negativo, pois, em sua opinião, poucas têm continuidade e “A cada troca de governo troca muita coisa. As ditas políticas públicas mudam,

independente do partido, mesmo que eu me considere de esquerda, não de forma radical, mas existem coisas boas e ruins de todos os lados”.

Essa ruptura, segundo ele, causa um descontentamento e uma falta de engajamento, por parte dos cidadãos ou, mais especificamente, por parte dos Professores. Tal falta de engajamento, por sua vez, “cria uma letra morta”:

Quando se fecha a porta da sala de aula, sabes que, querendo ou não, a aula é feita pelo Professor. Muitas coisas, para o mal e para o bem, acabam na porta da sala de aula do Professor, porque [...] todas as políticas públicas, que o governante quiser pôr em prática, somente terão efetividade, se houver engajamento e apoio dos Professores, [...] caso contrário, vira lei "para inglês ver", vira “letra morta”. Tu podes até obrigar "a coisa" formal, mas se ela não receber o devido tratamento, se não for assumida como propósito e objetivo, ela não se efetiva, de fato. No mundo, existem várias boas ideias, em vários lugares, mas se os Professores não estiverem sintonizados com aquilo, não vai haver efetividade do objetivo. Isso não é sabotagem, pode até ser, e se for eu sou contra, mas é um filtro, que depende da circunstância de como cada Professor tomou conhecimento daquilo, pois, depende de cada pessoa. Entre o que deve ser feito e o que o Professor entende, existe um filtro enorme, que é a identidade docente, porque o Professor precisa pegar a política pública e pôr em prática, e isso depende de todo o contexto social que a aquela Escola está mergulhada.

Entrevistado 7 segue por outro caminho. Ele lembrou que deve haver o entendimento de que a Escola é o elo que dá estrutura à sociedade, como a igreja um dia foi, e isso deveria colocar a Educação em um novo patamar de importância.

A Escola é hoje o que garante o funcionamento do país, se ele ainda não se desintegrou como nação é por causa da Escola. Porque tu podes ver na religião, que antigamente era uma base de tudo, e hoje, pela entrada das todas as igrejas, houve uma desintegração, cada um pregando a sua verdade. E a escola conseguiu manter a sua essência, penso que ela está cada vez mais firme nisto, e o Professor, não vou chamá-lo de herói porque nós temos tantas pessoas que tu podes pegar como exemplo, o pessoal da saúde, da segurança, dos bombeiros, todas as pessoas que fazem parte desse tripé, que envolve a Educação, a segurança e a saúde, são pessoas que realmente trabalham no que gostam, que são as três áreas mais desafiantes, e são as áreas que realmente dão estabilidade ao país, é o que podemos ver agora: a Educação continua trabalhando, continua fazendo a sua parte, mesmo não podendo ter as crianças na Escola; saúde, então, nem se fala; e segurança é fundamental.

Com base nesses aspectos, esse entrevistado aponta caminhos que envolvem necessidades sociais sobre as quais o governo deve agir, como é o caso da previdência social, da segurança pública e da Educação, visto que a sociedade não é capaz de se organizar por conta própria.

Talvez esses (previdência social, da segurança pública e da Educação) sejam aspectos acerca dos quais Teutônia ainda precisa evoluir. Um dos entrevistados, o qual se diz apaixonado pelo município, disse que percebe “[...] historicamente, no município de Teutônia, a questão educacional, com um atrito muito grande com a parte política. Geralmente o pensamento é de deturpar a imagem de quem sai, inclusive por muitos anos houve perseguições”. Tais perseguições ainda existem, mas de uma forma mais velada, nos meandros da gestão municipal.

Entrevistada 5 acrescentou uma frase, que converge para as três últimas falas aqui expostas, como se fizesse um fechamento sobre como os Professores, muitas vezes, se comportam diante das políticas públicas: “O pensamento em geral é que enquanto não for lei, vou fazer se possível. Se houver lei e regulamentação, com ou sem sanção punitiva, as pessoas tendem a cumprir com o estipulado”. Isso é muito ruim, pois demonstra desinteresse pelo que deveria ser importante para a sociedade, e fortalece a visão que se tem do Professor como profissional despolitizado. Uma das entrevistadas citou: “Se pedires qual é o meu salário base, eu não saberia responder, eu não sei quanto entra na minha folha de pagamento”.

A despreocupação com os assuntos da carreira pode ser interpretada como um ponto a favor do gestor, mas é o contrário, o engajamento, o entendimento sobre o que se está fazendo oportuniza melhores resultados, diferente de uma relação em que um dos lados pode estar sendo prejudicado, ainda que por força da circunstância.

Entrevistada 6 fez duas ponderações sobre a avaliação das políticas públicas, chegando à seguinte conclusão: “É uma característica das políticas públicas brasileiras, elas não são avaliadas, não ficam por um tempo suficiente para isto. [...], isso atrapalha muito, pois não tem como mensurar se foi eficaz ou não, até onde chegamos”. Ela ainda complementou: “A avaliação serve primordialmente para analisar se algo está funcionando ou não, mas ainda não chegamos lá”. Sendo assim, podemos evidenciar que a avaliação deve acompanhar todo o processo, mas parece que ela não é feita a contento. Isso se deve, talvez, devido ao fato de que “As políticas públicas não são públicas na raiz da sua concepção, não são pensadas para longo prazo” (Entrevistada 6).

Para fechar o primeiro bloco de discussão, quero citar Entrevistada 5, que afirmou que está “[...] engajada em Teutônia porque faço parte da comunidade. Nós

temos muitos colegas que vêm de outras cidades, que trabalham em outras redes, e tendem a se vincular nas cidades deles, e não na nossa”. Isso nos dá pistas para fazer a política pública evoluir, ou seja, além de atrair bons profissionais e influenciar na constituição da identidade docente, ela pode estimular os Professores a fixarem residência em Teutônia, o que aumentaria a quantidade de pessoas engajadas no desenvolvimento local.

Se formos observar a conjuntura de Teutônia pelo prisma dos entrevistados, os principais aspectos que vão delinear essa trajetória serão a migração de famílias para o município e, novamente, os concursos públicos. Este último, inclusive, segundo um dos entrevistados, é uma política pública de seleção que deu certo, a nível de Brasil.

Entrevistado 7 referiu que, quando veio para Teutônia, mais precisamente no bairro Canabarro, “Os alunos eram quase todos de origem alemã, os primeiros moradores daqui que colonizaram o local”. E destacou que foi assim por um tempo. “Somente depois, com a implantação e crescimento das indústrias de calçados é que começou o processo migratório”. Assim, a demanda criou uma necessidade:

A demanda sempre vai impulsionar uma mudança, por exemplo, há um tempo atrás houve uma migração muito grande para Teutônia, e tivemos que aumentar o número de salas de aula, de Escolas de forma emergencial e, na época, foram nomeados muitos Professores, foi uma mudança grande aqui na cidade, ou seja, houve uma demanda social muito grande de abrir vagas e oferecer o Ensino Fundamental para aquelas crianças que estavam chegando no município. (Entrevistada 5)

A consequência disso foi “[...] a implantação dos Anos Finais, que até então só existiam nas redes privada ou estadual” (Entrevistado 7).

Esse fluxo migratório ocorreu mais de uma vez, e sempre puxado pelo desenvolvimento do setor calçadista, responsável pela maior parcela da indústria de transformação do município. O decréscimo de alunos também ocorria em momentos específicos, justamente quando havia a retração da indústria. Entrevistada 4 lembrou esse aspecto em sua fala:

Na maioria das vezes em que tivemos grande fluxo de alunos, foram sempre situações relacionadas a crises econômicas, ou quando os pais não conseguiam mais pagar a Escola particular, ou então, quando havia grande demanda por mão de obra nas fábricas e ateliês de calçados, vinham pessoas de fora, migrantes, e aí inchavam as salas de aula com crianças vindas de fora.

Entrevistado 3, como eterno apaixonado pelo município, mencionou mais que uma vez tal episódio, lembrando que “Desde a emancipação do município só havia envolvimento com Educação Infantil e Anos Iniciais, e a partir do ano de 1998, com o crescimento do município, todas as questões inerentes ao desenvolvimento econômico [...], as Escolas foram sendo construídas e acrescentando o restante do Ensino Fundamental”. Como já foi falado em oferta e demanda de empregos, que se refere à demanda social, também houve a demanda educacional de Teutônia.

Ao citar uma pesquisa interna, Entrevistado 7 lembrou os resultados surpreendentes de sua pergunta inicial: “Quando assumi na Teobaldo fiz um levantamento da imigração, era de 233 municípios a origem dos alunos, em uma Escola de 500 alunos, praticamente a cada dois alunos, um era de uma origem, para tu criar uma identidade é muito difícil, porque na identidade, a origem influencia muito”. Na realidade do bairro Canabarro, apesar de existirem essas cinco Escolas, sendo três da rede municipal, uma da rede estadual – uma das maiores da 3ª Região Escolar – e uma da rede privada, todas com Ensino Fundamental completo, elas não conseguem acomodar, de forma organizada, todas as crianças do bairro. Assim, na visão de Entrevistado 7, “O fato de a Escola não atender toda a demanda, cria um problema de identidade naquele ponto do bairro.”.

Entretanto, Entrevistado 7 fez ressalvas quanto às possibilidades dos gestores naquela época. Eles tiveram facilidades ao organizar o setor educacional dentro do município. Entrevistado 7 disse que na década de 90 “A política educacional era diferente, na verdade as prefeituras não viviam com o orçamento real, elas viviam de um orçamento criado pela hiperinflação. No final do mês, era possível você pagar os funcionários apenas com o rendimento da poupança”. E ele mesmo ponderou as consequências disso, afirmando que a própria legislação interveio, criando um regime mais disciplinado: “Com a implementação do Plano Real, a coisa mudou, foi criada, também a Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, e todas outras leis que foram surgindo, a própria LDB, fez com que a coisa pública se tornasse mais profissional, gastar apenas aquilo que entrava”. Isso propiciou a vantagem de se planejar a longo prazo, pois “[...] passou-se a trabalhar com um orçamento real, isto influenciou a Educação, com essa estabilidade conseguiu-se planejar melhor o salário dos Professores, por exemplo”.

Teutônia, na visão de Entrevistada 6, ainda possuía um dificultador, que marcou sua memória e demonstra a identidade de alguns municípios: “[...] penso

que esse sentimento de não acolhimento, de preconceito por quem não é da cidade, é comum nas cidades de cultura germânica, não são acolhedoras com os visitantes, mesmo com vizinhos, porque eles entendem que tu estás indo tirar a vaga dos locais”. Essa circunstância também foi sentida por Entrevistado 1, quando referiu sobre a dificuldade de adaptação à realidade de Teutônia.

Encerro o presente bloco de desenvolvimento, demanda e migração, com a fala de Entrevistado 3. Apesar de ter feito ponderações críticas a respeito de Teutônia, Entrevistado 3 demonstrou, no trecho a seguir, uma satisfação e uma perspectiva de grandes possibilidades, o que está alinhado com o fato de ter declarado seu amor pelo município:

Vejo que o município de Teutônia tem uma Educação excelente, tem profissionais muito bons, às vezes com um potencial muito grande que não aproveitam, ou não é aproveitado, pessoas muito inteligentes, pois, se tu passa no concurso, entra no serviço público municipal, estamos lidando com os melhores daquela seleção.

Em algumas frases dos entrevistados, foi possível identificar a necessidade de uma nova visão para os próprios colegas. Nesse sentido, Entrevistado 1 destacou que

Antes de ser Professor eu sou Servidor Público, já fazem 21 anos, e sou da defesa das coisas que eu acho certas, mas infelizmente, nem sempre é assim. O que me irrita muito no serviço público é a política, eu tenho sérios problemas em conviver com isso, e no Brasil tu falar de política é motivo de piada, porque o que existe é politicagem, com raras exceções. [...] e conjuntura é o resultado principal deste contexto.

Então, mais uma vez, é demonstrado que o descomprometimento com as políticas públicas, por parte dos Professores, causa um desvirtuamento do seu objetivo principal. Daí podemos fazer duas análises: a primeira é que o objetivo principal é muito grande, ou mal dimensionado, e acaba perdendo sua intencionalidade no transcorrer do período de vigência da política. A segunda é que não houve participação coletiva na elaboração da política pública, ou mesmo uma avaliação diagnóstica condizente. No caso do Plano de Carreira, ele acaba desfocando o objetivo principal que é a qualificação, e daí o grupo de Professores se divide em buscar o que é melhor para si, dentro de uma mesma política.

Existem muitos casos positivos, provavelmente a maioria, como é o caso da Professora Entrevistada 2, que entende que cumpre o seu papel pedagógico:

Eu me vejo como uma profissional extremamente preocupada com as crianças, com a Escola em um todo. Também, sou muito exigente no meu trabalho, não é porque eu trabalho numa Escola de menor qualidade, que eu não vou proporcionar certas oportunidades para os alunos. Não posso menosprezar eles, tenho que proporcionar coisas para eles tenham sonhos, para que eles tenham oportunidades, até brinco que sou muito brava, porque eu cobro muito deles, eles têm que fazer as coisas, eu sei que talvez às vezes não têm condições, mas, se eu proporciono as ferramentas, eles podem me mostrar um bom retorno.

Para Entrevistado 1, “Outra coisa é tu fazer tudo de má vontade porque tu tens preguiça, ou porque tu não gostas e tu não te dedicas, não tentas fazer o melhor possível” (Entrevistado 1). Essa ideia está relacionada à experiência profissional e, nesse sentido, fez uma reflexão sobre alguns colegas: “Experiência não é fazer as coisas da mesma forma a vida inteira. Experiência é quando tu fazes algo por um tempo, avalia, depois muda, começa a fazer de outra forma, adaptando, melhorando, algumas tu manténs, outras tu exclus. Isto é experiência profissional”.

Entrevistada 6 também destacou esse aspecto ao dizer que “Penso que uma parcela significativa dos Professores cumpre o cronograma apenas para conseguir mesmo a troca de Classe, faz o mínimo”. Não podemos interpretar isso somente como descaso. Essa postura pode ser resultado de uma má elaboração no texto da política pública, pois ela oferece recompensa para quem fizer o mínimo, mas não estimula o Professor a seguir em frente para fazer algo a mais. Entrevistada 6 ainda acrescentou um exemplo: “Nós, Professores, não somos pesquisadores, mas sabemos da importância de educar para pesquisa, nem vemos, estamos muito longe do que deveria, isso devia constar nas atribuições do cargo, e aí a gente vai começar a falar em qualidade de Educação”.

Esta última fala deixa uma dúvida: será que os Professores conhecem o Plano de Carreira? Em tal documento consta que o Professor tem como atribuições uma série de demandas que somente serão atingidas através da pesquisa. No entanto, infelizmente, o termo ‘pesquisa’ não consta explicitamente em nenhuma das atribuições. A partir disso, podemos afirmar que a falta de clareza e objetividade dessa parte do Plano de Carreira resulta em um conflito entre gestores e geridos acerca do que é direito e o que é dever.

Toda essa construção parte das memórias dos entrevistados. Desse modo, as falas de cada um vão circundando aspectos específicos de sua vida pessoal ou profissional. Entre aspectos pessoais estão situações muito pontuais e que não têm

relação direta com colegas de trabalho. Já entre os aspectos profissionais estão a Educação de Jovens e Adultos, concursos e outras oportunidades.

Para ilustrar essa perspectiva, convém apresentar um trecho significativo da fala de Entrevistado 7:

O acesso não era tão universal como é hoje, a Escola era particular, principalmente. Então, a qualidade do ensino era melhor, naquela época as estruturas não eram tão boas como hoje, mas os alunos realmente vinham para estudar, se dedicavam. Vinham para Escola para ser alguém na vida. A Escola fez uma grande diferença na vida deles, isso foi um estímulo muito grande, porque eu vi que é pela Educação que se pode mudar uma sociedade, vejo que é o único caminho, porém a Educação é como remédio, você tem que querer tomar o remédio para ficar bom.

Essa analogia do remédio é muito interessante. Ainda poderíamos acrescentar que o remédio, para ter efeito, precisa de tempo para ser absorvido pelo organismo. Da mesma forma, a Educação só vai ter efeito prático depois que o aluno consolidar aquele conhecimento.

A última parte desta seção nos remete a como uma política pública pode interferir na construção da identidade dos Professores municipais, o que, a esta altura do trabalho, já parece estar consolidado, uma vez que as políticas públicas formam memórias que, por sua vez, acabam por criar a identidade. Contudo, cabe fazer algumas ponderações, ainda, acerca da temática.

Nesse sentido, apresento um comentário bem pitoresco de Entrevistado 1, que demonstra o quanto o conhecimento é contextual e datado, ou seja, ele tem uma aplicabilidade e dura um determinado tempo em nossas vidas:

Hoje em dia as pessoas são especialistas, em determinado assunto e ponto, pro resto é um "zero à esquerda". Tu tens que conhecer coisas básicas, inclusive como se consertar uma fechadura. Em uma Escola as fechaduras estragam por que as pessoas não sabem como utilizá-la. As pessoas precisam saber de coisas elementares, como ao utilizar uma chave, saber que ela entrou de pé e tem que sair de pé. É o conhecimento básico de um mecanismo importante utilizado no dia a dia de todos os humanos. Se perdeu da Educação desde quando o conhecimento era mais valorizado no geral, o saber não ocupa espaço e não pesa e tinha que se aprender de tudo um pouco, mesmo uma pessoa analfabeta, tu conversavas com ela e descobria que esta pessoa tinha um vasto conhecimento, de coisas gerais, obviamente, conhecimento empírico. Hoje em dia, as pessoas com curso superior são analfabetos funcionais.

Claro que existe uma dúvida aqui, afinal é ou não é importante a escolarização formal da pessoa? Sim, com certeza, a escolarização é fundamental.

Mas a analogia refere-se ao que realmente vai fazer diferença na vida do aluno, algo que sirva para ele resolver problemas. É nessa fala que os Professores reconhecem a importância do conteúdo, ou, no caso agora, das habilidades e competências, que são desenvolvidos junto com os alunos. Além disso, essa perspectiva revela como as políticas públicas têm em sua elaboração, a participação docente. Entrevistado 7 também discutiu isso ao dizer: “Vejo que a Escola está falhando, precisamos ter pessoas mais críticas. [...] As pessoas que vão bem na vida são as que aprendem a resolver problemas”.

Há uma crítica nas políticas públicas de formação continuada docente. Entrevistado 1 inicia a discussão:

A maior dificuldade que tive, que estou tendo ainda, é a falta de oportunidade de formação. Não a nossa formação continuada, que ajuda, é importante, mas não é tão relevante como nós precisaríamos. Até porque se não houver estas situações "impostas" temos colegas que não iriam nem ler um livro. Deveria haver mais oportunidade de estudar, uma Especialização, um Mestrado, para que pudéssemos voltar para a Academia, pois, daí voltaríamos a "abrir novos horizontes". Mas há uma diferença, quando tu retornas para a universidade, é "outro mundo", embora a universidade pública e a Educação básica devam andar juntas.

Nesse trecho, Entrevistado 1 defende a possibilidade de o Professor retornar, sem prejuízo da remuneração, à universidade para fazer cursos mais aprofundados, que tenham relação com a prática. Conforme o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, Teutônia possibilita esse tipo de debate em que a prática é discutida por meio de cursos de curta duração. Contudo, a redação do documento não está clara, o que demonstra a falta de uma regulação mais detalhada.

Entrevistado 1 ainda acrescentou que um dos desafios do docente, após a formação inicial, é que, no Brasil,

Universidade e centros de produção de pesquisa e de conhecimento são dissociados da Escola. Isso é péssimo, ainda é pequeno contato e diálogo das universidades, sejam públicas ou privadas, diretamente com a Escola. A Escola deveria ser um centro de pesquisa. Não é porque não tem laboratórios, estrutura e os Professores não se fazem pesquisadores. Isso é um problema grave, porque essa nova proposta de ser humano, de aluno pesquisador, traz a ideia de que o que se sabe não é tão importante quanto o que fazer com o que se sabe. Quais são as competências e quais habilidades estes alunos têm.

Isso é corroborado por Entrevistada 6, em uma de suas falas que já foram citadas anteriormente, sobre a importância do Professor ser um pesquisador. Entrevistado 3 considera que Teutônia possui uma situação confortável: “Temos uma estrutura educacional bem organizada, em Teutônia, com algumas exceções, e por isso temos que ter um olhar de dentro da Escola, do chão da fábrica”. Tal posicionamento denota que há a necessidade de olhar diretamente para a atuação do Professor em sala de aula, produzir formações para e a partir desse contexto.

Pode-se estabelecer uma relação com as falas de Entrevistada 5, pois em se tratando daqueles que são residentes em Teutônia, “O que eu mais gosto aqui é a possibilidade do vínculo com a comunidade, isso é importante, que a Escola conheça o público que atende”. Nesse sentido, quanto mais Professores residentes no município, maior o entendimento e a ligação entre docentes e comunidade, fortalecendo os vínculos e qualificando a Educação, uma vez que poderiam ser feitos pesquisas e estudos com base em profissionais imbuídos da realidade local.

Ainda sobre a questão do estudo e pesquisa para uma reflexão crítica do próprio trabalho, Entrevistada 6 entende que outro dificultador do trabalho do Professor é a sobrecarga do cotidiano docente “[...] levando em consideração aquele Professor que realmente está comprometido com seu trabalho, resta pouco tempo da sua jornada para ir atrás dessas outras demandas, pois temos toda a vida fora do ser Professor para dar conta”. Mais uma vez, a organização da carga horária com o planejamento demonstra seu valor, e retomamos a questão do tempo de adequação das políticas públicas e a sua maturação para avaliação.

Com relação às políticas públicas municipais que interferiram na vida profissional dos entrevistados, Entrevistada 5 citou a “Regulamentação da Educação Especial, inclusive a nível municipal”. Ela falou com orgulho disso, pois participou ativamente da construção do documento. Entrevistada 6 também fez uma menção ao tema, mas acredita que há o que avançar ainda: “Estamos mexendo, mudando, melhorando coisas que não estão implicando diretamente no resultado final, por exemplo, ampliamos a carga horária e os alunos ficam muito mais tempo na Escola, mas não mudamos a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais”. As falas são contraditórias, mas, se pensarmos a nível micro (município), podemos ver que as políticas públicas produzidas perfazem um outro caminho até a sua implementação prática, e isso contradiz o senso comum de

que as políticas públicas de nível macro (União) não surtem o efeito esperado devido à extensão geográfica.

Entrevistada 6 também falou do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), do qual ela foi cursista e, anos depois, formadora a nível municipal: “Outra questão que impactou para mim, foi o PNAIC. Isso implicou em rever reprovações, a ampliação do Ensino Fundamental, que acrescentou o 1º ano, também penso que houve uma mudança muito grande”. Aqui ela ainda comenta sobre a ampliação do Ensino Fundamental, de 8 para 9 anos no ano de 2006, mas entende que as maiores adequações não foram em relação à prática docentes, mas sim em relação aos espaços e gestão.

Ela fez um comparativo do PNAIC com o Pró-Letramento, outra política pública de formação docente lançada anos antes: “Durante o Pró-Letramento, as Professoras alfabetizadoras puderam visitar esse espaço, de domínio comum, que elas dominavam, mas conseguiram descobrir muitas coisas diferentes, a troca foi muito significativa”. Salientou, contudo, a ampliação do programa posterior: “O grande diferencial do PNAIC é que ele agregava todas as áreas, era repetitivo e mais superficial do que o Pró-Letramento na área da linguagem, que era o único foco”. O Pró-Letramento foi um início, e focava na matemática, na alfabetização e no letramento, já o PNAIC contemplava o ciclo de alfabetização (1º ao 3º Anos do Ensino Fundamental) de forma integral.

Entrevistada 6 também demonstrou nostalgia e uma certa satisfação, uma desforra pelas políticas tão específicas para a sua área de atuação: “Especificamente para o bloco de alfabetização, existem poucas políticas públicas que pensam nesta etapa, e ainda não pensa nos Anos Iniciais como um todo. Penso que trouxe resultado, na qualidade da alfabetização [...]”. Ela também acrescentou: “No início do programa, havia bolsa de incentivo, na última versão não, assim, aqueles que faziam a formação apenas pela bolsa, não pelo conhecimento, foram desvelados”.

Estas duas últimas falas demonstram dois aspectos. O primeiro corrobora com a tese de que realmente são muito escassas as políticas públicas voltadas especificamente para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O segundo aspecto demonstra como foi importante a bolsa auxílio para compensação dos gastos com alimentação, traslado e combustível, que foi um incentivo a mais. Além disso, fica um elemento de meritocracia para aqueles que se esforçaram além dos demais.

Teutônia ainda teve muitas propostas, mas falta documentação comprobatória. Sem esse registro, fica apenas a memória daqueles que participaram, ou participam, dos projetos realizados. Por exemplo, Entrevistada 4 contou que “O município tinha um projeto de trabalhar os temas transversais, então, eu entrava uma vez por semana em cada turma, com este objetivo, muitas vezes, a partir de coisas que eles traziam [...]”.

Esse excerto demonstra que a falta de arquivo e de guarda adequada dos documentos produz a deturpação das políticas públicas em Teutônia, a começar pela forma de tratamento. Comumente as políticas públicas da área educacional no município são tratadas pelo termo “projeto” e, dessa forma, não dão a visibilidade adequada à proposta, uma vez que esta passa a ser interpretada como uma ideia inicial do que pode acontecer, ou seja, uma projeção. Também, ao utilizar-se do conceito de projeto, que está intrinsecamente ligado à elaboração de políticas públicas, a proposta inicial já inicia com a ideia de finitude quando aquele governo não estiver mais à frente do poder executivo, e transforma-se, no senso comum, “no projeto do governo tal”.

Em várias passagens, os entrevistados que passaram pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) ressaltaram a importância de a modalidade ser ofertada no município, como percebe-se na seguinte fala de Entrevistado 7:

Eu diria que a EJA é o principal projeto social de Teutônia. Porque ele é um projeto que realmente modifica a realidade, a EJA tem atraído muitos jovens displicentes, mas tem muitas pessoas que estão voltando, pessoas de meia-idade, 30 ou 40 anos, que estão buscando a qualificação. E, apesar de ser caro o investimento nesta modalidade, cada aluno formado na EJA é uma pessoa que foi resgatada, formou-se mais um cidadão.

O excerto desse entrevistado ratifica a ideia dos demais, que descrevem de forma emocionada sobre como essa proposta é importante, principalmente para aqueles alunos com maior dificuldade de acesso e permanência. Nesse sentido, as falas sobre a EJA demonstram a construção de uma sociedade melhor.

5.6 Sobre a escolha pelo serviço público

A escolha pelo serviço público, em alguns contextos, define-se como carreiras com salários muito acima da média, principalmente as carreiras jurídicas e de tribunais de contas e dos poderes legislativo e judiciário. Entretanto, buscar

uma carreira pública na área do Magistério suscita a necessidade de estabelecer um emprego duradouro, estável, e com possibilidade de crescimento, mesmo que lento, mas com uma perspectiva para a constituição de família, por exemplo. Para alguns professores se inserir no serviço público era um objetivo claro, por exemplo segundo Entrevistada 6: “Quando eu me formei Professora, a gente vai saindo fazendo qualquer concurso que aparece.”.

Os entrevistados homens, demonstraram ter dificuldades financeiras na década de 90, provavelmente, e como já foi falado, devido à situação econômica do Brasil.

Entrevistado 1 afirma que

Passar no concurso público visa duas coisas básicas. O que damos mais valor quando não temos, que é a estabilidade. Quem trabalha na iniciativa privada, sabe que está sempre com "a faca no pescoço", e que pode ser o melhor profissional do mundo, mas quando tu não fores mais necessário, tu és dispensado. A outra coisa, é a questão da remuneração, mesmo, eu, na época, estava desempregado, sabia que fazendo concursos, sabia que tinha a possibilidade de ser aprovado, e conseguir uma estabilidade provisória até poder galgar coisas melhores e seguir adiante.

Demonstrando que o possível ingresso no serviço público iria propiciar alívio, um alento, mesmo criando uma ansiedade e a pressão para que se atinja o objetivo e, também, determinar a certeza da remuneração certa ao final do mês.

Estes dois aspectos vão definindo a identidade do servidor público, o que para alguns pode ser interpretado como acomodação, mas Entrevistado 7 traz um novo elemento quando destaca que “O concurso público te dá mais estabilidade, e município sempre é mais perto.”.

Entrevistado 3 também destaca a estabilidade e a remuneração: “Na rede municipal tem a questão financeira confortável, estabilidade, e por isso optei em trabalhar nas condições nas quais estou hoje.”; e Entrevistada 6, que iniciou em um cargo público ainda jovem, também: “Não deixaria a Westfália pela estabilidade, pelo salário, pela ideia de morar para lá, então abandonaria o emprego aqui em Estrela e iria morar em Teutônia.”.

Quando questionados, os entrevistados, exceto Entrevistado 1, somente conseguiam relacionar a escolha do serviço público em contraponto com a Escola particular. Ou seja, a opção pela profissão de Professor estava muito clara e a ocupação de servidor público como carreira era uma alternativa a carreira na iniciativa privada. As memórias ligadas às atribuições docentes, ou como alunos,

acabaram criando a identidade de Professor da rede pública, não suportando a possibilidade de algum deles fosse servidor público em outro cargo, uma vez que se formaram para ser Professores e isso não abriria espaço para outra atividade laboral. Deste modo, não se tratava de uma busca por uma vaga qualquer no setor público, mas de uma busca de uma vaga como Professor para seguir como carreira por opção.

Daí temos as fala de Entrevistado 7 que diz que “A Escola particular, ‘tira o couro’, vejo hoje, que quem trabalha em Escola particular se sacrifica bastante, em virtude do nível de exigência.”; o que é corroborado por Entrevistada 6, quando ela lembra de sua passagem profissional em uma Escola privada: “[...] o excesso de cobrança impõe praticamente uma doação, onde muitas vezes você teve que ouvir que tem que ‘vestir a camiseta’, senão você vai ficar sem emprego, apesar da estrutura que eles podem oferecer, em geral, melhor que a pública.”; o que, por sua vez, demonstra ser verdadeira a preocupação de Entrevistado 1.

Enfim, Entrevistada 4 destaca que teve “[...] a oportunidade de trabalhar em Escola particular, mas uma coisa que não me atrai, é a questão pedagógica muito engessada, com um sistema de ensino pré-estabelecido.”; e Entrevistada 2 afirma que gosta de trabalhar em Escola pública porque “Eu acho que é diferente os alunos, é diferente o ambiente, eu me identifico mais com Escola pública.”.

Ela lembra que isso se deve provavelmente

[...] por eu ter começado nessa localidade bem pobre de Lajeado, eu pude perceber que ali consigo fazer a diferença, que sou importante para essas pessoas. Então até onde eu trabalho em Forquetinha, mesmo em Teutônia, na EMEF 24 de Maio, que é uma Escola pública de periferia, é ali que me identifico, porque eu acho que aquelas crianças precisam de nós, elas só tem a nós, então ali eu me doou de uma forma incrível, porque gosto muito de trabalhar com esse público, com as crianças que realmente te valorizam e precisam de ti.

Outra entrevistada, Entrevistada 5, também tem uma visão mais sentimental da situação, e relaciona sua decisão com questões mais pessoais: “Poder atuar em um segmento da sociedade com o qual eu me identifico, e poder fazer a diferença.”.

Mas, há sempre um paradoxo entre os Professores, pois, segundo os entrevistados, o serviço público está descolado do contexto do cargo de concurso. Tanto é que, geralmente, os servidores públicos de um ente são divididos em quadro geral e quadro de Magistério, devido às complexidades da carreira que são oriundas de determinações legais.

Isto cria uma certa rivalidade velada entre os dois segmentos, assim sendo, os Professores acabam se identificando como Professores públicos de uma determinada rede, e dificilmente se integram aos demais servidores daquele lugar.

5.7 Sobre a escolha por lecionar em Teutônia e a percepção do Plano de Carreira

A escolha por Teutônia está diretamente ligada com as políticas públicas que envolvem a carreira dos Professores municipais. Segundo Entrevistado 3, Teutônia tem feito o trabalho de casa, pois,

Teutônia é um município muito forte, muito pujante, que teve um desenvolvimento muito grande, nós temos apenas em 40 anos de história um município que é uma das economias mais fortes do Vale do Taquari, equivalente à Estrela, somos segunda economia, com exceção de Lajeado, que é a capital do Vale, Teutônia, em pouco tempo, haja vista que Estrela, Lajeado e Arroio do Meio e Encantado, são cidades bem mais antigas.

Dessa forma, tem criado alternativas para manter a atração de bons servidores ao longo de sua história, ainda que o foco seja basicamente através da remuneração. Assim, os Professores se identificam como sendo da rede municipal de Teutônia e acabam tendo a identidade de Profissionais de carreira com salário acima da média, e mais competentes, devido à dificuldade e concorrência dos concursos realizados.

Essa qualidade, que os próprios entrevistados demonstram em suas falas, pode ser condensada nas palavras de Entrevistado 7:

Devido à qualidade, pois eu me encontrei na Educação de Teutônia. Sempre tive a oportunidade de crescimento. em Teutônia a Educação está em constante evolução, com alguns percalços, às vezes, o que faz parte do processo, mas vem atingindo os objetivos a que se propõe. Teutônia município que está crescendo muito, e não se pode comparar a Educação de Teutônia com nenhum outro município, aqui é uma realidade única, talvez pudéssemos comparar Teutônia com Lajeado, são realidades diferentes, mas são dois municípios estão em crescimento. Teutônia é uma cidade que está sempre recebendo pessoas de todos os lados, isso sempre gera algum problema social, por causa dessa migração toda.

Entrevistado 7 é um profissional mais antigo, já chegou a Teutônia com experiência docente e acabou ocupando diversas funções dentro da Rede Municipal de Ensino. Talvez por isso mesmo tenhamos a ideia de seu conhecimento a nível

regional, uma vez que ele veio de bastante longe. Entretanto, ele explicou como chegou até aqui e o que fez ele fixar residência.

Entrevistada 4 e Entrevistada 5 são naturais de Teutônia, e ambas afirmaram que não tiveram vontade de sair da cidade, mesmo tendo oportunidades para isso. No caso dessas duas entrevistadas, as memórias e o sentimento que elas despertam, somados ao que vimos no trecho anterior, criam uma ligação que pode trazer consequências não esperadas, como, por exemplo, o afastamento de seu lugar materno. Entrevistada 5 disse: “Sou teutoniense nata, gosto de Teutônia, me identifico com a comunidade, não quero sair daqui”.

A afetividade toca as memórias, dando outros significados aos quadros de memória pré-existentes. Entrevistada 6 destacou que “Tenho uma relação afetiva com Teutônia, porque na minha infância o meu pai trabalhou anos lá, então eu passei a minha vida indo passear em Teutônia, os compromissos da minha família eram em Teutônia, eles eram muito integrados à sociedade lá”. Nesse trecho, percebe-se um gatilho de memória que rememorou o sentimento ao iniciar sua carreira no município: “E ao voltar a Languiru, fazia exatamente o mesmo roteiro com o ônibus que fazia quando eu visitava o meu pai, e decidi que Teutônia seria o meu lugar de vida, não só de trabalho, eu queria morar em Teutônia, trabalhar lá”.

Todos estes elementos corroboram com o fato de que, para os Professores, uma carreira pública de sucesso, no Magistério, somente será atingida se forem nomeados em Teutônia.

As memórias das vindas para Teutônia remontaram muitos quilômetros de viagem, a separação da família em algum nível e a busca por novas oportunidades. Dos sete entrevistados, duas são naturais de Teutônia, uma não fixou residência no município e continua indo e vindo diariamente. Os demais, cada um teve a sua história, mas consequências similares.

Entrevistado 1 lembra que veio com a esposa e que foi uma decisão em conjunto:

Vimos "de mala e cuia", eu tinha um Chevette e um computador, vendi lá, vendi as coisas que iam ser mais difíceis de trazer, e me preparei para passar em um concurso para passar em outra cidade. Fui trabalhando, eu era funcionário público e fui fazendo um e outro concurso, e quando vi eu fui chamado. Foi até meio que "de surpresa", foi toda uma história longa e bem complicada vir aqui, porque concurso. Isto porque tive que vir para me inscrever, depois para fazer as provas, depois as provas de título. Sem contar a distância, porque dá 360 km.

Entrevistado 3 veio para Teutônia ainda bebê: “Nasci no município de Garibaldi e vim para Teutônia com dois para três anos, já são mais de 40 anos aqui, um pouco antes da emancipação do município, quando ainda era distrito do município de Estrela”. As memórias com sua nova residência foram tão marcantes, afetivamente falando, que só é possível perceber que ele não é um teutoniense nato quando ele conta isso. Ele até lembra das oportunidades de sair da cidade:

Teutônia é uma cidade muito muito boa de se viver, poderia ter saído de Teutônia, minha irmã foi estudar em Santa Maria, eu tive esta oportunidade, mas eu nunca quis, eu sempre gostei daqui, nunca fiz concurso em nenhuma outra cidade, até trabalhei na rede estadual, é uma Escola pela qual eu tenho uma paixão muito grande, agora tem a minha esposa trabalhando lá, tenho minhas duas filhas estudando lá, até pela proximidade, a Escola é aqui no bairro mesmo.

A oportunidade de um novo começo é o que trouxe Entrevistado 7 para Teutônia. Ele veio quando

Abriu uma vaga no Instituto de Educação Cenequista General Canabarro (IECEG), uma Professora de Língua Alemã ganhou a bolsa para estudar na Alemanha e havia a necessidade de um Professor substituto. Aí eu vim aqui para Teutônia, logo gostei muito da cidade, porque, antes de vir trabalhar aqui, tinha vindo passear uma vez, e quando passei aqui, disse "que lugar bonito". E a integração aqui foi muito fácil, foi como se sempre tivesse morado aqui. No IECEG, que é comunitária, a filosofia é um pouco diferente das demais, ela realmente tem um caráter comunitário, era mantida pela comunidade, a mensalidade era mais barata, a Prefeitura também auxiliava.

Já as memórias do que influenciou, ou influencia, na construção da identidade docente, as falas contam os fatos e elementos das políticas públicas que influenciaram em sua decisão de virem para Teutônia.

O Plano de Carreira, como um todo, é elencado como fator relevante por Entrevistado 7:

Teutônia tem um Plano de Carreira muito bom, essa política de promoção para todos que conseguem a pontuação necessária deve continuar, Teutônia está de parabéns, porque tem municípios que dão uma, ou duas, ou três vagas apenas para este quesito, e aí vira uma competição, na qual um quer "puxar o tapete do outro", e isso acaba influenciando na atuação profissional, porque não é mais uma cooperação entre colegas, é uma competição. Havendo vagas para todos, a ideia de solidariedade, de cooperação, todos vão contribuir e incentivar os colegas a fazerem as formações, e isso, querendo ou não, contribui para a qualidade da Educação.

Entrevistado 1 também falou de suas memórias de quando prestou concurso:

Quando eu me inscrevi em Teutônia, dei uma olhada rápida no plano de carreira, vi que havia vantagens e, no período entre a prova objetiva e a prova de títulos, eu estudei mais a fundo, pois tinha que ter certeza de que aquilo iria valer a pena, porque tu não vai trocar o que tu já tens por uma situação que possa te deixar em uma situação igual ou pior, fazendo relação com o custo de vida, por exemplo.

Já a imagem, e porque não dizer identidade de Teutônia, que ecoa nos municípios da região, foi o que atraiu Entrevistada 2: “Eu fui fazer o concurso em 2007, se eu não me engano, porque falavam muito bem de Teutônia, e acho que continuam falando muito bem de lá. Então, pela questão de infraestrutura, questão de salário, eu fui fazer o concurso lá”. Mesmo trabalhando mais de 25 km da residência, ela conta que não cansa, e ainda acrescenta “[...] que trabalhar no município onde tem fundo próprio de previdência interfere muito na questão da sua aposentadoria [...]”.

Então, a identidade docente, a imagem e a construção que os Professores fazem de si mesmo está intrinsecamente ligada ao que o município pode oferecer enquanto recursos e benefícios. A lembrança da falta de direitos daqueles que já estão na carreira há mais tempo cria uma esperança naqueles que buscam oportunidades melhores para o futuro, ou seja, a memória daqueles que buscam aprimorar as políticas públicas para o futuro está alicerçada nas memórias daqueles que gostariam de ter tido acesso a tal melhoria.

5.8 Sobre gestão de, com e para pessoas

“O ser humano é um bicho perigoso, engenhoso e, dentro os animais, e o mais difícil de lidar”. É com essa frase provocadora de Entrevistado 1 que inicio esta última seção sobre as entrevistas realizadas, que trata especificamente da atuação do gestor. A partir da definição de Entrevistado 1 sobre o ser humano, o gestor tem um grande desafio, pois cada indivíduo agrega uma série de variáveis ao grupo no qual será inserido, além de se reconstituir, agregando a identidade do próprio grupo.

Em contrapartida, Entrevistado 7 lembrou que “Mesmo as pessoas só conseguindo ver a infraestrutura física, a parte humana é fundamental, e infelizmente ela, às vezes, não é valorizada”. Ratificando a importância da coletividade, ele acrescentou:

Quando queres desenvolver um projeto você tem que envolver as pessoas, no momento em que você as envolve, você gera responsabilidade. Essa responsabilidade gera uma necessidade de você agir, e no momento que você coloca essa oportunidade, de crescimento com a possibilidade de uma remuneração melhor, você estipula algumas condições, no caso, precisa frequentar a formações.

Realmente, as pessoas, ou os indivíduos, são complexos. E é justamente por isso que:

A clareza e a regulamentação das políticas públicas alinham o atendimento à comunidade de uma forma mais coesa, não criando contrastes que podem ou não ser prejudiciais. A regulamentação é importante para isso, para garantir que todos tenham acesso, que todos saibam aquilo que deve ser feito, e tem que ser bem pensadas para que possam garantir o direito de todos. A legislação faz com que as pessoas saiam da sua zona de conforto e se mobilizem para fazer o que deve ser feito. (Entrevistada 5).

“No município tu lidas diretamente com as pessoas que são impactadas pelas políticas públicas, não é como no Estado ou na União, e as pessoas não entendem as possibilidades que uma crítica oferece para construir, para crescer” (Entrevistado 3). Devido a essas variações que podem ocorrer com o ingresso de novas pessoas em um grupo pré-existent, eventualmente, pode acontecer de uma política pública deixar de atender as necessidades do público alvo. Nesse caso, ela deve ter espaço para ser modificada ou substituída. Em outras palavras, “[...] uma lei não é estanque, ela é dinâmica, precisa ser sempre protetiva para o cidadão, até porque são as leis que regem a vida em sociedade, e devemos tentar fazer ela da melhor forma possível, para conseguirmos nos apropriar e utilizar elas [...]” (Entrevistado 3).

Complementando essa ideia da criação e modificação de políticas públicas, Entrevistada 5 ponderou sobre a realidade da pandemia: “Primeiro vai ter que ter um estudo bem grande em relação a esta demanda, para que a possamos atender a população da melhor forma possível. Enfim, toda a demanda exige uma iniciativa das autoridades públicas, e das entidades, inclusive”. É esse o pensamento que devemos ter ao elaborar uma nova política pública, mesmo sabendo das pressões e do *lobby*. Entrevistado 3 ainda acrescentou que, neste caso, mais especificamente sobre as arenas de disputa, “A pressão política é uma coisa que prejudica o andamento das políticas públicas”, independente em que fase da implementação da nova política ela acontece, pois causa um desequilíbrio nas forças de atuação,

nas relações de poder, e pode ocasionar, por fim, um cegamento por parte de um ou mais envolvidos no processo, gerando imparcialidade. Esse aspecto que pode prejudicar o gestor, ou mesmo a categoria em questão.

Entrevistado 3 ainda contribui com duas ponderações: “As relações políticas mesquinhas sempre existiram, e penso que sempre vão existir”, mas acredita “que esta disputa de interesses, também é uma coisa que faz com que o próprio município cresça, de uma forma geral”, pois impele a competição de forma positiva, em certo termo.

Independentemente dos processos de elaboração de políticas públicas voltadas à Educação, das forças que atuam, dos interesses manifestados ou implícitos, não se pode perder de vista que “Todos os fatores externos implicam diretamente na qualidade e na possibilidade de aprendizagem dos estudantes” (Entrevistada 6), e, por que não dizer, dos demais envolvidos no processo educativo. Ou seja, não podemos deixar de perceber que toda a construção de políticas públicas direcionadas aos processos de ensino e aprendizagem, à valorização profissional docente e à ampliação e manutenção da infraestrutura escolar, entre outras, deve sempre manter o foco na qualidade da aprendizagem dos alunos, que é o principal objeto de trabalho da Escola.

Somado a isso, Entrevistado 3 fez toda uma análise conjuntural da atual situação, do distanciamento social, demonstrando a importância da Escola na economia, a nível nacional:

Nós fazemos parte de todo um complexo, agora, enquanto as Escolas estão fechadas mesmo girando a máquina da economia, e não está girando como deveria, tem pessoas que não se deram conta disso, pois, a estrutura escolar, toda essa interligação em todo o Brasil, o transporte escolar, a merenda escolar, todas as coisas que fazem parte desse setor, são altamente significativos para movimentar a sociedade e a economia.

Como foi citado, existem empresas inteiras, de manufatura, de distribuição, ou mesmo produtores rurais e transportadores que se constituem apenas para a produção de bens e serviços voltados à Educação e aos programas suplementares. Então, por razão da suspensão das aulas, provocada pela pandemia da Covid-19, esses setores estão com a economia comprometida.

O Estado, enquanto lugar de desenvolvimento de uma sociedade, é constituído para que a população tenha acesso àquilo que é essencial para a vida

em sociedade: seguridade social (saúde, previdência e assistência social), segurança e Educação. Entrevistado 7 lembrou disso em uma de suas respostas:

Então, o Estado que se discute hoje, precisa agir nessas três áreas, e para elas que deve ser foco do governo. A economia vai ser reflexo daquilo que se fizer com estas áreas, se houver investimento adequado nestas áreas você vai ter uma economia forte, vai formar bons cidadãos, cabeças pensantes com qualidade de vida, com saúde e segurança. Entretanto, as pessoas não entendem, pensam que é investindo em economia que você vai ter bons resultados.

Então, sintetizando as falas desses dois entrevistados, podemos dizer que, em certo grau, a forma como está disposta a estrutura da Educação nacional, no Brasil, ela constitui a economia de forma bastante significativa, por si só, mas também induz a economia, fato é que se analisarmos países com maior desenvolvimento econômico veremos que a Educação, em geral, possui melhores índices de qualidade. Sintetizando as falas dos dois últimos entrevistados, podemos dizer que, em certo grau, a disposição da estrutura da Educação nacional não só constitui a economia de forma bastante significativa, como também induz a economia. No entanto, se analisarmos países com maior desenvolvimento econômico, veremos que a Educação, em geral, possui melhores índices de qualidade.

Desta forma, o gestor municipal deve estar atento para duas situações. A primeira diz respeito a conceder isenções fiscais para a instalação de empresas no município. Nessas ocasiões, “[...] é necessário postular uma contrapartida, de possuir um tempo mínimo de permanência para absorver a mão de obra, dando garantia de emprego. Porque uma indústria de grande porte atrai muitas pessoas de fora, e isso impacta na Educação” (Entrevistado 7). A segunda situação, contudo, refere-se às políticas de longo prazo, que também oferecem um certo risco, pois, ainda segundo Entrevistado 7, há a possibilidade de, “[...] dando benefícios desmedidos, pode comprometer a qualidade Educação com coisas irrelevantes, que para as famílias até são importantes, mas que não impactam na melhoria da qualidade do ensino”.

Também, sobre o contexto da gestão e sua interação com as políticas públicas, temos a fala de Entrevistado 1:

As políticas públicas podem interferir sobre os Professores, pois, pesa para gestão da Educação também, seria cada vez mais importante ter

Professores concursados trabalhando para o município com carreira sólida, pois, o compromisso é maior. Do contrário, a falta de comprometimento é ruim para o ensino, para a categoria e, principalmente, para fortalecimento dos vínculos entre os Professores. O Professor tem que pensar como Professor e como servidor público, e por isso tem que lutar por coisas que às vezes não dizem respeito especificamente a carreira de Professor. A questão da estabilidade, por exemplo, não é um privilégio. Estabilidade é para garantir o mínimo de impacto de intervenções político-partidárias dentro dos órgãos públicos, evitando assim que toda vez que trocar o Chefe do Executivo, haja uma completa reestruturação. Sem a estabilidade não haverá política pública, pois tudo seria trocado a cada troca de partido, e aí potencializa a corrupção. Infelizmente, tem servidores que se usam da estabilidade para nos prejudicar. Mas, felizmente isso é a minoria, e precisamos de dois filtros, tem o estágio probatório, que colocaste muito, que é o momento que tem que avaliar, já tivemos casos de pessoas eu não sei como lograram aprovação neste processo. Deve haver um certo preparo para avaliar, não deixar pesar questões pessoais e políticas, para pesar somente questões profissionais, o que é de fato relevante e importante para o desempenho da função. O outro filtro é que existe os instrumentos legais para demissão, porém, um dos problemas serviço público é que tem que ser tudo "preto no branco", e as pessoas não sentam para fazer os registros. Aí vem da tradição brasileira, do "tapinha nas costas". A estabilidade é benéfica para a autonomia do servidor, ela é necessária para que o servidor esteja à disposição da população, não de grupos políticos. É preciso refletir, fazer a crítica, para construir boas ideias. Nesse sentido, quero chamar a atenção para a exposição correta e integral dos fatos, expondo o maior número de interpretações possível, do contrário estaremos condicionando o aluno à visão do Professor.

Ele ainda teceu uma crítica à condução de políticas públicas, citando exemplos como o do Estado: "O que, infelizmente, ocorre no Brasil é que algumas políticas públicas, na rede estadual isto é clichê, quando eles não sabem o que fazer, mudam uma coisa que funciona, para deixar a sua marca". Isso foi perceptível em algumas outras falas dos entrevistados. Os gestores mais lembrados, positivamente falando, são os que apresentaram projetos que impactaram nos resultados pedagógicos, que criaram melhores condições de trabalho, ou aqueles que oportunizaram um melhor clima organizacional. Nos três exemplos há uma relação com a afetividade, pois os gestores interferem não só nas práticas cotidianas, como também no orgulho e na autoestima, e é por isso que são significativamente marcadas na memória.

Entrevistado 1 até colocou que "[...] no momento em que a política pública é implementada, ela é um pouco doída, sacrificante, ela te prejudica, mas ela deve ser encarada como algo que vai gerar benefício coletivo, que vai ser importante". Na sequência, fez a crítica, referindo-se a colegas que, por vezes, parecem apenas quer discordar do processo: "[...] se você é um bom profissional, tu vais defender que realmente é doído, mas eu vou ter que fazer isso aqui, vai ter um ponto positivo,

que vai valer a pena”. A partir dessa reflexão, é importante dizer que “[...] a sala de aula é um laboratório de experiências, mas tem que ter cuidado com isso. E a gestão da Educação não pode simplesmente testando coisas, pois estão lidando com pessoas, no caso os Professores, mas principalmente os alunos”.

Com base nessa perspectiva mais geral, podemos iniciar a discussão em âmbito mais local, como na Escola, ou até na comunidade em que estamos inseridos enquanto profissionais. Quando falamos de gestão, tendemos a pensar a situação macro (município, estado ou país). Mesmo que haja uma interlocução entre as políticas públicas de nível nacional, estadual e municipal, a gestão escolar pode criar artifícios, ou oferecer certos contornos ao que deve ser feito, de forma a enquadrar aquela demanda na realidade local.

Em contrapartida, “Uma coisa que interfere muito no trabalho do Professor, tu falaste em políticas públicas, é a atuação da Equipe Diretiva” (Entrevistado 1). São os gestores escolares que receberão o primeiro impacto do resultado das políticas, mas nem sempre isso é tranquilo. Conforme Entrevistado 1: “Tem coisa pior do que ser Diretor de Escola? É chumbo de todo lado, tu acompanhas a vida dos Diretores, é Professor reclamando, é aluno que estraga uma torneira, pai que não comparece...”. E as demandas não param. Vemos hoje um esvaziamento dos “candidatos” à direção de Escola. Quem sabe, ou entende os desafios, nem sempre está disposto a enfrentá-los pelo pouco retorno financeiro que é disponibilizado. Já os que querem muito o posto, nem sempre sabem o que lhes aguarda. E da mesma forma que já foi discutido acima, qualquer problema ou situação mal resolvida irá impactar negativamente na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem, justamente o contrário dos objetivos de uma boa gestão.

Entrevistado 1 ainda sintetizou:

Uma boa Equipe Diretiva, dedicada, pode ser a diferença enorme para os Professores, para o bem ou para o mal. Uma boa Equipe Diretiva, que procura dar suporte aos Professores ajuda muito. Às vezes, interfere mais para o bem ou para o mal do que a própria política pública do município, ou do Estado, se é que você me entende.

O filtro de seleção deve se adequar à atualidade, pois o que era oferecido como vantagem na década de 90, por exemplo, não necessariamente terá efeito agora, pelo menos 20 anos depois. Apenas uma coisa, ao meu ver, é imutável, o que Entrevistada 2 também destacou: “Quando que tu gostas do que tu fazes,

quando tu vais trabalhar em lugares em que tu te sentes bem, isso não se torna cansativo. Então, hoje eu trabalho várias horas em Forquethina mais horas em Teutônia, e eu não acho isso cansativo”. Dessa forma, criar estratégias para um clima organizacional favorável ao desempenho das atividades laborais deve fazer parte das diretrizes de uma política pública em que se deve investir. Buscar um clima organizacional saudável e cooperativo nem sempre demanda grande recursos orçamentários e, por vezes, pode substituir uma lógica de que o empregador bom é aquele que está disposto à meritocracia com retorno financeiro, o que, novamente, gera economia aos cofres públicos, permitindo direcionar os recursos para outras demandas da Educação.

Sobre o filtro de seleção, Entrevistada 6 pondera que há elementos mais importantes na seleção em si do que no Plano de Carreira.

O caminho para termos um profissional que faça do estudo a sua rotina, que pense sobre isso, está dentro da sua carga horária regular de trabalho. Não sei se o Plano de Carreira consegue dar conta disso hoje, por exemplo, garantir que dentro do horário de planejamento houvesse a obrigatoriedade para estudo.

Para mexer na estrutura deve-se pensar no edital de concurso, em quais são as competências do Professor e que tipo de Educação queremos. Se o Plano de Carreira tiver como prever isso, melhor, mas se não constar no edital, não vejo sendo efetivo no fato de o Professor entender que também é dever dele estudar.

Com isso trazemos para a discussão o Projeto Político e Pedagógico das Escolas. Quando montamos os regimentos e demais documentos inerentes à atividade escolar, postulamos objetivos que queremos atingir e valores que desejamos que os alunos transformem em experiência, integrando-os em sua vida. São guias para o cotidiano de nossas Escolas, que vão servir de orientação no modo de agir e pensar. São a representação do que acreditamos e, portanto, são imprescindíveis em nossos relacionamentos e nos demonstram nossa autoconsciência, dizendo o que ainda podemos melhorar, o que já é um aspecto positivo.

Da mesma forma, visto que o Projeto Político Pedagógico também se relaciona aos Profissionais do Magistério, ao invés de dizer aos nossos Professores o que devem fazer para atingirem maior sucesso nos processos de ensino e aprendizagem, podemos estimulá-los conhecendo melhor suas histórias pessoais. As atitudes, o comportamento, os traços identitários, são resultados da construção

coletiva da memória, então, se não conhecermos a história de cada um, não poderemos ajudá-los, ou entendê-los, e isso é reconhecimento. Um reconhecimento pode ser tratado em sua especificidade, que não onera os cofres público e resulta em uma relação de respeito mútuo.

Ao prestar um concurso, já sabemos onde queremos chegar, no entanto, a efetivação vai depender da realidade da rede. Então, se quisermos ir pelo caminho do concurso público, o gestor municipal e o chefe da pasta de recursos humanos precisariam ter o entendimento de que o concurso para Professor é uma coisa exclusiva e deve ser montada como tal, assim como todo o restante do tratamento que é dado à carreira. O que vemos hoje, nas prefeituras, em geral, é que depois que o Professor passou o estágio probatório de três anos, ele passa a integrar uma identidade própria dentro da estrutura municipal, devido às várias complexidades que envolvem a Educação como um todo. Mas, até o final desses três anos, ele é tratado como um servidor público como os demais, ressalvado a prova de títulos que, convenhamos, nem sempre demonstra a habilidade prática do profissional. Mas, as condições do concurso e a avaliação do desempenho de suas atribuições não varia. Depois do estágio probatório, quando o Professor passa a concorrer para as progressões horizontais (de classe, ou letra), ele é avaliado dentro das suas especificidades, como se ele só precisasse desenvolver suas atribuições plenamente depois que já estivesse efetivo.

Entrevistada 4 também cita que as políticas públicas possuem um efeito diferente em épocas diferentes, ou seja, a mudança nem sempre é tranquila, pois sempre gera uma desacomodação, e para os mais jovens, de carreira, o impacto vai ser diferente. Ela disse acreditar “[...] que as políticas de pessoal devam impactar sim, principalmente para quem acabou de entrar no município, por exemplo, ou em qualquer rede pública”. Essa fala está ligada, também, ao que busca cada profissional. Hoje, com as alterações previdenciárias, a preocupação com o futuro de quem está chegando no serviço público é diferente daqueles que já entraram antes de 2004, por exemplo.

A perspectiva de cada profissional do Magistério depende de suas memórias coletivas e da sua identidade dentro do grupo que compõe. Entrevistada 2 disse que a falta de experiência em alguns setores da Educação, ou mesmo da Escola, cria conflitos e desentendimentos desnecessários que, nem sempre são

intencionais, mas têm origem nas circunstâncias em que cada docente se forjou enquanto pessoa e enquanto profissional.

E sempre digo que todos os Professores, passar por uma situação semelhante, porque, no momento em que tu estás num município de "um lado do balcão", e no outro município do "outro lado", tu entendes muitas coisas que acontecem, então, situações até mesmo de Secretaria de Educação, de determinações, ou mesmo situações de Direção de Escola, não são tão simples como parecem.

Então, as pessoas deveriam ocupar, às vezes, outro cargo, para mudarem a posição delas, porque é muito fácil criticar, denegrir ou reclamar de algo que "vem de cima", porém, existem coisas que devem ser cumpridas, e deu. Nós não podemos ficar ouvindo a opinião de todo mundo, e infelizmente é a realidade, ou felizmente é a realidade. E tem gente que não aceita mesmo, independente da experiência progressa.

Se “Sem o engajamento dos pais não se faz Educação” (Entrevistado 7), imaginem sem o engajamento dos Profissionais que movimentam as Escolas, todos os dias. Então, os gestores têm um trabalho importante nas entrelinhas do cotidiano escolar: entender que as memórias de cada profissional vão influenciar em seu trabalho de uma forma diferente. Por isso, é muito importante que haja uma relação saudável entre gestores e geridos. Ora, o gestor não iria querer transformar o seu dia a dia em uma competição acirrada com seus liderados só para mostrar que possui o poder legal em suas mãos, nem os geridos iriam quer ficar vigiados constantemente devido a sua postura contraditória às demandas do local de trabalho.

Dentro de cada Escola em Teutônia esse contexto é diferente. Cada Escola forma um grupo diferente, mas que é, de certa forma, homogêneo, pois segue a identidade do próprio município. “A Educação de Teutônia tem a marca comunitária, a participação dos pais, porque o município construiu os prédios, mas o crescimento realmente veio a partir do envolvimento dos pais e trabalho voluntário, assim como acontece hoje” (Entrevistado 7). Mais uma vez ele foca nos pais, mas é muito provável que, se os pais não vislumbrassem a contrapartida dos Professores, dificilmente iriam ajudar as Escolas como ajudaram. Vejo que é um ciclo em Teutônia, os Professores tendem a “arregaçar as mangas” e fazer o que conseguem pela Escola, e isso estimula os demais. O reconhecimento do gestor não basta, pois ele, além de participante, é o principal incentivador deste processo, fazendo o meio de campo entre a comunidade escolar e as políticas públicas.

Existem outros benefícios em Teutônia, os quais foram elencados pelos entrevistados. Um deles é o salário. Segundo Entrevistado 3, “Se tu fores fazer um comparativo com outros municípios, até diria com outras regiões, não somente o Vale Taquari, pois vivemos em uma região muito boa, vais ver que nosso salário é muito bom”. Contudo, ele faz o alerta: “Não podemos nos descuidar do futuro, temos a responsabilidade de cuidar tudo na Educação, pois, ela faz parte de todo um contexto, não pode descuidar com os profissionais, todos somos parte do funcionalismo público”.

Nesse sentido,

Cada gestor tenta deixar a sua marca na sua administração, mas parece que quanto mais se constrói salas de aula, mais falta espaço, e isto é um ponto muito importante: as estruturas. A questão de material de expediente à disposição das Escolas, pois, dependendo da rede em que tu trabalhas, tens apenas o mínimo.

Em Teutônia, nós avançamos muito, porque Educação sempre ocupou lugar de destaque nas políticas públicas do nosso município, e quem esteve no governo sempre tentou fazer alguma coisa a mais para ir melhorando, e eu, sempre na torcida pela melhora das condições de trabalho, da valorização profissional, pois, com isso, tu vais ter um melhor resultado. (Entrevistado 3).

Nessa mesma perspectiva, Entrevistada 6 salientou que ainda precisamos avançar, pois, “Muita coisa se perde porque tu colocas uma pessoa para gerir uma determinada política pública, que geralmente troca quando muda a administração [...]”, considerando as políticas, muitas vezes, não atravessam mais de um governo. Por outro lado, “Quando isso não acontece, ou seja, quando esse gestor se destaca e, com isso, pode acontecer de ele deixar o cargo e ir para uma oferta melhor de trabalho”.

Sobre este último excerto, cabe ressaltar que estamos vivendo uma época de consultorias à prefeituras que ainda possuem carência de pessoal, o que acontece a cada 4 ou 8 anos, em geral, mesmo tendo vários indícios de que a continuidade na gestão facilita o alcance dos objetivos a longo prazo de forma mais eficaz. Isso acontece pelo fato de o gestor adquirir um determinado conhecimento e vendê-lo em forma de consultoria àquelas prefeituras que carecem deste conhecimento. Resta, como trabalho futuro, aprofundar as relações e os impactos desses serviços de consultoria na rede municipal de ensino.

Entrevistado 7 ainda falou sobre o engajamento do pessoal na construção da Escola como um todo.

E também lembrou que “Na construção do Plano de Carreira, se levou muito em conta a qualificação do Professor, como fazer isso sem que se torne uma obrigação e uma imposição?”. Na sequência, ele também ponderou: “Para trabalhar com pessoas, você somente consegue realizar grandes coisas com engajamento, com imposição não se consegue muita coisa.”.

A construção do Plano de Carreira deu-se em 1998, mas, ao longo da evolução das políticas públicas que determinaram novos rumos para a formação e atividade laboral docente, houve situações que precisaram ser acomodadas, mas não avançaram a título de legalidade, e isso acaba por gerar desconfortos e desentendimentos sobre as atribuições e funções pertinentes a cada um dos cargos ocupados por Profissionais do Magistério.

O primeiro exemplo nesse sentido vem da Professora Entrevistada 6:

Há uma diferença para quem não está em sala de aula, os Supervisores Escolares, Orientadores Educacionais, gestores em geral, porque chega para eles uma oferta de diferentes cursos, chegam em maior quantidade, e é mais fácil de organizar o horário deles, pois eles conseguem sair em horário de trabalho, eles não prejudicam em “nada”, por isso têm uma facilidade de acesso e participação destes eventos maior do que o Professor.

Essa entrevistada traz uma questão importante sobre a formação continuada e suas possibilidades previstas no Plano de Carreira. Falta, ainda, regulamentação acerca desse aspecto.

Entrevistado 1 fez uma consideração sobre o horário destinado ao planejamento: “Mandar os Professores cumprirem todo o período do um terço na Escola é comprar uma briga desnecessária. Mas concordo que, cumprir todo o horário de planejamento em casa também não dá, tu sabes bem. Tem que haver ali uma negociação, um meio termo”. A implementação a que se refere o entrevistado já foi realizada na Rede Municipal de Ensino há mais de sete anos, mas ainda não há amparo legal para tal.

Já em espírito de desagravo, Entrevistada 4 disse que falta uma cobrança maior sobre o cumprimento das atividades extra, previstas no horário de trabalho, mas não cumpridas a contento:

O que me chama a atenção é que para os Professores que trabalham em duas redes, parece que sempre é Teutônia tem que abrir espaço para eles dentro do cronograma de atividades, parece que é o município de Teutônia que tem que ajeitar as "coisas" para eles. Fora isso, eu tenho amigas

Professoras, em Lajeado, em Estrela, e outros municípios, e vejo que é mais ou menos parecido nos outros lugares. Parece uma acomodação, "quem pode mais, chora menos".

O aspecto levantado pela entrevistada fere constitucionalmente o artigo 37, da Administração pública, no que se refere à impessoalidade.

Ainda em relação a esse ponto, Entrevistada 6 fez uma consideração importante acerca da questão da dedicação exclusiva:

[...] que os concursos de 40 horas seriam de grande valia, pela dedicação que isso "impõe", acredito na proposta de trabalho do Instituto Federal, do Professor não comprometer mais de 50% da carga horária com a docência, [...] deveríamos ter mais tempo também para nos capacitar, não somente a formação continuada, mas para entender as políticas que regem a nossa profissão.

Ela ainda acrescentou:

A quantidade de alunos por turma é um dificultador da alfabetização, a estrutura da Escola tem que mudar também, não dá para ter sala que comportam apenas 20 alunos com 30, não dá para ter o Professor sobrecarregado somente com as questões práticas da docência e não estar estudando, discutindo sobre metodologia, então tem diversos fatores que também implicam nisso, não é somente a repetição da formação do Professor. Os alunos precisam de suporte, cada vez a menos temos acesso aos profissionais que dão suporte à alfabetização.

Contudo, há municípios que ainda precisam avançar em aspectos bastante elementares, como aponta Entrevistada 2, a partir da perspectiva de outra rede onde também é Professora: "Nós também queremos valorizar nossos Professores, não temos um plano de carreira estruturado como Teutônia, não tem essas ressalvas como Licença Interesse, mas dentro das possibilidades, nós tentamos". Ela ainda comenta do esforço para resolver pequenos problemas da vida profissional dos Professores:

Sempre tentamos ajudar, mas não garantimos. Nós sabemos que o Professor, hoje, não pode trabalhar em uma escola somente, por uma questão financeira. Nos Anos Iniciais, invertemos o turno para a tarde, em Forquetinha. Quando em Lajeado, em 2018, houve a questão das Escolas Municipais de Educação Infantil serem todas de manhã, e como tínhamos vários Professores que trabalhavam aqui de manhã, e não teriam como trocar, já que Lajeado não abriu mão, eles determinaram e ficou assim.

De qualquer forma, foi uma atitude condizente, causou impacto na reorganização da rede, mas os benefícios de manter o quadro sem grandes alterações provavelmente foi um aspecto levado em consideração.

Infelizmente, há os gestores que não têm esse bom senso. Entrevistada 6 comentou que quando foi nomeada em Teutônia, “A Secretária Municipal de Educação deixou claro que a gente não podia escolher o lugar para onde ia, mas acatou a solicitação de uma colega, e eu fiquei muito indignada porque eu tinha sido atendida primeiro e ela havia dito que não tinha vaga [...]”.

Foi exatamente por isso que Entrevistado 7 foi bastante comedido ao aceitar uma indicação para ser Diretor, em uma determinada oportunidade: “Eu entraria em um sistema assim, que tem uma Diretora por tanto tempo, tu tem que quebrar muitos paradigmas, por melhor que estava, pois a comparação é inevitável, e tu mudares isso, é bem complicado”. Ele salientou que, do ponto de vista estratégico, “É muito mais fácil você assumir uma Escola totalmente quebrada, sem perspectiva, porque aí, qualquer coisa que tu fizeres, vai fazer muita diferença”, já que havia o receio do fracasso.

Por outro lado, depois de ter passado pela experiência de tornar-se diretor, falou com orgulho das conquistas:

Reconstituímos a Escola e, principalmente, o grupo de Professores que foi "pulverizado" para não haver "panelinhas" em outras Escolas, pois cada um tinha sido, literalmente, mandado para "tudo que é canto", alguns haviam ficado, mas reconstitui, mais ou menos, a base de Professores e Equipe Diretiva com Supervisão Escolar e Orientação Educacional, boas Vices-Direções, e conseguimos fazer um belo trabalho.

Enfim, ao longo do texto foi possível ver que a gestão, em seus vários níveis, influencia na constituição da identidade docente, uma vez que pode estimular ou desencorajar a qualificação, a formação de grupos de trabalho, entre outros aspectos que interferem diretamente na produção de memórias, que relacionadas à afetividade, podem causar benefícios ou prejuízos ao clima organizacional da Escola, ou até mesmo da rede. É dessa forma, nestas nuances do cotidiano da gestão, que o gestor fica marcado na memória de seus colaboradores como “bom” ou como “mau”.

Foi dito, também, que cada gestor pensa em estratégias de como imprimir a sua marca, ou a sua identidade na sua gestão, e isso vai fazer com que os Professores constituam uma nova identidade com base na passagem dele. Isso

pode trazer sequelas profundas, memórias que podem remontar circunstâncias negativas, como foi o caso de Entrevistada 6. Mas também, nós, os gestores, podemos estimular memórias como as de Entrevistado 3 e de Entrevistado 7 referiram que, ao virem à tona, causam um sentimento de evolução constante de dever cumprido.

Nesse sentido, o estudo da identidade docente é importante, pois, ao conhecer como as identidades de cada um dos nossos profissionais foi constituída, poderemos desenvolver políticas públicas mais detalhadas, focadas em resultados que estimulem o melhor em cada Professor. Por conseguinte, se terá um impacto na qualidade de trabalho, no clima organizacional e, principalmente, na qualidade de processos de ensino e aprendizagens.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente produto final, em formato um relatório técnico, constam os elementos essenciais da implementação de uma política pública, as percepções sobre o material teórico coletado e produzido, indicando os caminhos que demonstrem como a criação da identidade dos Professores de Teutônia e as políticas públicas estão intimamente ligadas. A proposta deste relatório foi inspirada na estrutura de pareceres, como os que são produzidos pelo Conselho Nacional de Educação para servirem de base para a edição de uma resolução. Nessa perspectiva, iniciamos por alguns aspectos históricos, pertinentes à proposta deste trabalho, e partimos para a contextualização e análise conjuntural de aspectos que evidenciem a relação entre o conteúdo de uma política pública e a constituição da identidade docente.

Ao concluir esse trabalho, foi possível identificar alguns traços identitários dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Teutônia, visto que a identidade é um complexo conjunto de elementos interdependentes e interligados, de forma que não poderia chegar-se a uma identidade única e estanque. Assim sendo, foi possível verificar que os objetivos propostos foram atingidos.

O material coletado e reunido neste trabalho será de grande valia, uma vez que servirá de auxílio para novas pesquisas acadêmicas e, principalmente, para a elaboração de novas políticas públicas voltadas aos Profissionais do Magistério, especialmente os da Rede Municipal de Ensino de Teutônia. A ideia central partiu da necessidade do entendimento de como as políticas públicas impactam na constituição da identidade dos profissionais do Magistério da Rede Municipal de Teutônia.

Para a resolução do problema, optou-se por um caminho metodológico que contemplasse a versão dos próprios Professores, a partir de seus relatos e memórias, coletados através de entrevista temática de cunho qualitativo. A análise dos dados, feita à luz dos conceitos teóricos de políticas públicas, memória e identidade e gestão de pessoas no contexto educacional, somada a critérios de observação e seleção dos entrevistados, foi o fio condutor da proposta. Dessa forma, foi possível verificar a consecução dos objetivos específicos, em especial o que busca evidenciar como as políticas públicas influenciam na construção da identidade dos Professores da Rede Municipal de Teutônia, dando voz aos próprios

Professores. Assim, buscamos subsidiar a elaboração de um Relatório Técnico que apresentasse a relação das Políticas Públicas de Educação e a identidade dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de Teutônia. Ou seja, a partir deste estudo, buscamos verificar se é possível estabelecer conexão entre as políticas públicas em execução, ou executadas, com a identidade docente, para que novas propostas fossem se alinhando à manutenção ou (re)constituição de novos elementos constituintes da identidade, uma vez que a sociedade é um organismo vivo e é de suma importância que as políticas públicas que regem este contexto estejam em constante desenvolvimento.

Além dos subsídios, que foram coletados ao longo desta proposta, é perceptível que a articulação entre os conceitos utilizados no trabalho, ao longo dos registros das memórias docentes realizados com as entrevistas, evidencia que a memória constitui e evidencia a identidade docente durante a implementação das políticas públicas.

Os conceitos de memória e identidade demonstram sua importância no estudo devido ao fato de serem elementos constituintes da identidade de cada indivíduo e do grupo no qual ele está inserido, não podendo, desta forma, serem distanciados um do outro. Partindo do pressuposto de que a memória é coletiva, pois amparamos nossas memórias em quadros sociais da memória que podem ser de outra(s) pessoa(s), ou até grupo(s), ficou evidente, ao longo da fala dos entrevistados, que Teutônia constitui um grande grupo de Professores com características próprias e, por vezes até exclusivas, que são constituídas ou constituintes daqueles que fazem parte desse grande grupo.

A própria trajetória dos envolvidos nos processos, os entrevistados, constituíram um recorte, de um determinado grupo social, em um determinado contexto. As memórias coletivas se constituíram em um contexto que pôde ser objeto de estudo, recontando as vivências e lembranças daqueles que pertencem àquele grupo. Vale referir que a memória que é constantemente reconstituída pertence ao grupo de pessoas e não às pessoas individualmente, e que elas podem constituir outras memórias com outros grupos dentro de outros contextos.

Registrar as memórias dos entrevistados foi algo muito gratificante, enriquecedor e elucidativo, uma vez que eu faço parte do grupo, e pude entender certas nuances nas relações de poder que emergem no cotidiano profissional dessa categoria.

A partir deste trabalho emergem questões que podem ser exploradas com mais afinco, pois, uma vez que se define que uma política pública é capaz de influenciar na formação da identidade docente, pode-se partir para uma análise mais detalhada de políticas públicas implementadas ao longo da história do município de Teutônia.

Assim sendo, pode-se explorar quais foram mais significativas, quais as similaridades entre as que perduraram e as que não evoluíram. Ao remontar as memórias da implementação de políticas públicas na introdução de novas tecnologias de informação e comunicação na Rede Municipal de Ensino de Teutônia, por exemplo, estar-se-á reconstituindo uma etapa importante do desenvolvimento local e regional, uma vez que a chegada dos equipamentos nas Escolas, a estrutura necessária, os primeiros Professores e demais servidores necessários são elementos determinantes para o sucesso ou não do processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, podem interferir diretamente na elaboração e desenvolvimento de políticas públicas.

Sendo assim, este trabalho, que por hora se encerra, na verdade propõe uma nova perspectiva de como as políticas públicas se desenvolvem dentro do campo de execução, e que as arenas de disputa se sobrepõem desde a identificação da demanda, passando pela elaboração e implantação, até a sua finalização. Essa perspectiva só foi identificada a partir do conhecimento dos conceitos de memória e identidade que foram capazes de fazer emergir discussões anteriores a este processo, ou seja, como os envolvidos no processo prático das políticas públicas entendem todo esse emaranhado social.

Finalmente, cabe ressaltar que este relatório será destinado a um grupo de trabalho, já instituído por decreto do chefe do executivo²⁷, do qual faço parte, representando a Associação dos Professores Municipais de Teutônia. O referido grupo de trabalho, intitulado Comissão de Gestão do Plano de Carreira do Magistério Público de Teutônia, é responsável pela avaliação do Plano de Carreira, pela apresentação, se necessário, de emendas aditivas, substitutivas e/ou supressivas, a fim de manter o Plano de Carreira em constante manutenção de forma a atingir o objetivo proposto. Desse modo, o relatório irá apontar à Comissão subsídios para referenciar políticas públicas futuras do gênero. Dentre as informações que podem ser levantadas, inclui-se o diagnóstico da implantação do

²⁷ Portaria nº 11.490, de 26 de maio de 2017.

plano de carreira e qual o perfil profissional está sendo induzido e o que precisaria ser mudado, considerando o perfil desejado/necessário para a realidade do município.

Derivou da apresentação final do trabalho, a proposta de produzir um documento mais dinâmico para ser apresentado à Comissão de gestão do Plano de Carreira do Magistério Público de Teutônia/RS e à Administração Municipal. Este documento, com 21 páginas, foi produzido e consta em apêndice ao final deste trabalho. Mesmo não tendo sido apresentado à banca, cheguei à conclusão da importância que teria este documento, uma vez que, mesmo ao longo do trabalho, foi sugerido que houvesse mais elementos gráficos afim de tornar a leitura mais deleitável.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mariza Vasques de. **Progestão: como desenvolver a gestão dos servidores na escola?** Brasília: CONSED, 2001.
- BARBOZA, Martim Saraiva. **Importância da gestão na educação municipal.** 2014. Professor, Consultor da área de Gestão da Educação e voluntário da Agenda 2020. Disponível em: <https://agenda2020.com.br/2014/01/importancia-da-gestao-na-educacao-municipal/>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016. 280p.
- BITTENCOURT, Fernando Moutinho Ramalho (Org.). **Elaboração e análise de políticas públicas de previdência social.** Brasília: Faculdade Unyleya, [2017].
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal nº 1, de 05 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 abr. 2018.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 02 out. 2018.
- BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do Magistério. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.** Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 01 jul. 2017.
- BRASIL. Lei nº. 12.014, de 6 de agosto de 2009. Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Publicado no DOU de 7.8.2009. **Lei nº 12.014, de 06 de agosto de 2009.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/Lei/L12014.htm#art1, acesso em 08/05/2019.
- BRASIL. Lei nº. 13.563, de 21 de dezembro de 2017. Confere ao Município de Teutônia, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Canto Coral. Publicado no DOU de 22.12.2017. **Lei nº 13.563, de 21 de dezembro de 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13563.htm. Acesso em 24 ago. 2020.

BRASIL. Congresso. Senado. Projeto de Lei do Senado (complementar) nº 116, de 2017. Regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável. **Projeto de Lei do Senado Nº 116/2017 (complementar)**. Brasília, DF, 19 abr. 2017. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/128876>. Acesso em: 06 nov. 2018.

BRASIL. MEC. CNE/CEB. Parecer CNE/CEB nº 9, de 02 de abril de 2009. Revisão da Resolução CNE/CEB nº 3/97, que fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Parecer CNE/CEB Nº 09/2009**. Brasília, DF, 29 maio 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb009_09.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL. MEC. CNE/CEB. Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Resolução CNE/CEB Nº 04/10**. Brasília, DF, 14 jul. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 02 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 03 jul. 2019.

CALDAS, Miguel P.; WOOD JR., Thomaz. Identidade organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, n. 1, p. 6-17, jan. - mar.

CÂMARA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DO VALE DO TAQUARI. **O Vale do Taquari**. Site institucional da CIC Vale do Taquari. Disponível em: <https://www.cicvaledotaquari.com.br/cic-vt/o-vale-do-taquari/>. Acesso em: 25 jan. 2019.

CAMPOS, Carlos Henrique. **O município de Teutônia: o histórico do processo emancipacionista**. 2014. 77 f. TCC (Graduação) – Curso de Licenciatura em História, Ciências Humanas e Jurídicas, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2014.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CODATO, A. Corporativismo. In: TEIXEIRA, Francisco M. P. coord. **Dicionário Básico de Sociologia**. São Paulo: Global Editora, 2012. Disponível em: <https://adrianocodato.blogspot.com/2012/10/verbete-corporativismo.html>. Acesso em: 10 abr. 2019.

COLOMBO, Nilza Cristina Taborda de Jesus. Memória e identidade. In: BERND, Zilá; MANGAN, Patrícia Kayser Vargas. **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2. ed. Canoas: Unilasalle, 2017. p. 178-179.

DELFINO, Maciel. Cooperativismo: base sólida impulsiona o desenvolvimento. **A Hora**, Lajeado, maio 2016. Disponível em: https://issuu.com/jornalahoraltda1/docs/pensar_24-05. Acesso em: 24 ago. 2020.

DIAS, C. **Pesquisa qualitativa: características gerais e referências**. Maio 2000. Disponível em: http://www.paulorosa.docente.ufms.br/metodologia/Textos/Dias_Pesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em: 17 dez. 2008.

DUTRA JUNIOR, Adhemar F. *et al.* **Plano de carreira e remuneração do Magistério Público**: LDB, FUNDEF, diretrizes nacionais e nova concepção de carreira. Brasília: MEC, Fundescola, 2000. 234 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002349.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.

FARIA, Ederson de; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre formação de professores. **Psicologia Escolar e Educacional**, Curitiba, v. 1, n. 15, p.35-42, jun. 2011. Semestral. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282321834004>. Acesso em: 19 set. 2019.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Indicadores**. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

GALINDO, Wedna Cristina Marinho. A construção da identidade profissional docente. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 1, n. 24, p. 14-23, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000200003. Acesso em: 24 ago. 2020.

GERAÇÃO COOPERAÇÃO. **Conheça 5 cidades que são destaque no cooperativismo**. 2014. Disponível em: <https://geracaocooperacao.com.br/conheca-5-cidades-que-sao-destaque-no-cooperativismo/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

GOULART, Nathalia; MAGGI Leticia. As razões do sucesso da melhor rede municipal de ensino fundamental do Brasil. **Veja**, São Paulo, 04 mar. 2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/as-razoes-do-sucesso-da-melhor-rede-municipal-de-ensino-fundamental-do-brasil/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Teutônia**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/teutonia.html>. Acesso em: 24 ago. 2020.

JOHANN, Jorge Renato (Org.). **Introdução ao método científico: conteúdo e forma do conhecimento**. Canoas: ULBRA, 1997.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p.47-69, abr. 2006. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

MANGAN, Patrícia Kayser Vargas. **Dicionário de expressões da memória social dos bens culturais e da cibercultura**. 2. ed. Canoas: Unilasalle, 2017. p. 178-179.

MARQUES, Fernanda. **Gestão de Pessoas: fundamentos e tendências**. Brasília: DDG/ENAP, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Vitor; MENEZES-FILHO, Naercio; KOMATSU, Bruno. A Relação entre a Qualidade da Gestão Municipal e o Desempenho Educacional no Brasil. **Policy Paper**, São Paulo, v. 1, n. 34, ago. 2018. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/gestao-municipal-desempenho-educacional-CPP.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2020.

PAZ, Vanilson Oliveira e SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. XXVI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 26. 2013, Recife. **Dimensões para análise do processo de criação e implantação do sistema municipal de ensino**. Recife: ANPAE, 2013. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/VanilsonOliveiraPaz-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 01 maio 2019.

PEREIRA, Sueli Menezes. Organização e funcionamento do Sistema Municipal de Ensino: entre o legal e o real. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 1, n. 8, p.34-50, dez. 2014. Anual. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/viewFile/56225/34830>. Acesso em: 01 maio 2019.

PRODANOV, Cléber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

QUERINO, Magda Maria de Freitas et al (Org.). **Metodologia da Pesquisa e da Produção Científica**. Brasília: Unyleya, [2017].

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº. 13.530, de 15 de outubro de 2010. Declara o Município de Teutônia “A Cidade que Canta e Encanta” no Estado do Rio Grande do Sul. **Lei Estadual nº. 13.530, de 15 de outubro de 2010**. Publicada no DOE nº 195, de 15 de outubro de 2010 - 2ª edição. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

SALES, Adriane de Castro Menezes; CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. Escolha da carreira e processo de construção da identidade profissional docente. **Educação em Revista**, [s.l.], v. 27, n. 3, p.183-210, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-46982011000300010>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982011000300010. Acesso em: 06 ago. 2019.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p.01-16, out. 1998. Mensal. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300010. Acesso em: 16 ago. 2018.

SCHNEIDER, Carlos Evandro. **Funcionários de escola: coadjuvantes ou figurantes da escola pública?** 2009. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Pedagogia: Habilitação em Gestão e Supervisão de Processos Educativos, Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

SCHNEIDER, Carlos Evandro. **A docência no Ensino Superior e suas contribuições na formação humana para a Educação Básica.** 2018. 15 f. Monografia (Especialização) - Curso de Docência no Ensino Superior, Faculdade de Educação São Luís, Jaboticabal, 2017.

SCHNEIDER, Carlos Evandro. **O plano de carreira do Magistério Público como uma política pública municipal de prospecção e retenção de talentos.** 2018. 43 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão Previdenciária e Regimes Próprios de Previdência, Faculdade - Unyleya, Brasília, 2018.

SEBRAE. **Perfil das cidades gaúchas – Teutônia 2020.** Porto Alegre: SEBRAE, 2019. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Teutonia.pdf. Acesso em: 24 ago. 2020.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina.** São Paulo: Best Seller, 2004, 17. ed..

SILVA, Daniele Nunes Henrique; SIRGADO, Angel Pino; TAVIRA, Larissa Vasques. Memória, narrativa e identidade profissional: analisando memoriais de professores. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 88, n. 32, p.263-283, set. 2012. Quadrimestral. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622012000300002&script=sci_abstract. Acesso em: 06 ago. 2019.

SISTEMA OCERGS SESCOOP/RS. **Lista de cooperativas gaúchas.** 2020. Disponível em: <http://www.sescooprs.coop.br/cooperativismo/lista-de-cooperativas-gauchas/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração.** 2. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2014. Disponível em: <http://editora.upf.br/index.php/e-books-free/110-nas-cercanias-da-memoria>. Acesso em: 15 jul. 2019.

TEUTÔNIA (Município). Lei Municipal nº 1.430, de 19 de novembro de 1998. Institui o Hino de Teutônia e dá outras providências. **Lei Municipal nº 1.430, de 19 de novembro de 1998**. Teutônia, RS, 19 dez. 1998. Disponível em: <https://www.camaradeteutonia.com.br/site/leis>. Acesso em: 26 abr. 2019.

TEUTÔNIA (Município). Lei Municipal nº 1.449, de 22 de dezembro de 1998. Dispõe sobre os Profissionais da Educação, institui o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Teutônia, cria o respectivo quadro de cargos públicos, estabelece o regime de trabalho, o plano de pagamentos, os critérios de avaliação e dá outras providências. **Lei Municipal nº 1.449, de 22 de dezembro de 1998**. Teutônia, RS, 22 dez. 1998. Disponível em: <https://www.camaradeteutonia.com.br/site/leis>. Acesso em: 26 abr. 2019.

TEUTÔNIA (Município). Lei Municipal nº 2.852, de 28 de dezembro de 2007. Regulamenta a progressão funcional dos Membros do Magistério Público Municipal e dá outras providências. **Lei Municipal nº 2.852, de 28 de dezembro de 2007**. Teutônia, RS, 28 dez. 2007. Disponível em: <https://www.camaradeteutonia.com.br/site/leis>. Acesso em: 26 abr. 2019.

TEUTÔNIA (Município). Lei Municipal Nº 4.470 nº 4.470, de 26 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Teutônia e dá outras providências. **Lei Municipal N.º 4.470, de 26 de junho de 2015**. Teutônia, RS, 26 jun. 2015. Disponível em: <http://www.camaradeteutonia.com.br/site/leis>. Acesso em: 26 nov. 2018.

TEUTÔNIA (Município). Portaria nº 11.490, de 26 de maio de 2017. **Portaria Nº 11.490/2017**. Teutônia, RS, 26 maio 2017.

TEUTÔNIA (Município). **Histórico do Município**. Site institucional da Prefeitura Municipal de Teutônia. Disponível em: <https://www.teutonia.rs.gov.br/o-municipio/historico/>. Acesso em 25 jan. 2019.

THAÍS Christ - Wycup 2019. Teutônia: Sicredi Ouro Branco RS, 2019. (4 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZY09_n6UOcA&feature=youtu.be. Acesso em: 08 fev. 2020.

TOCANTINS. Mário Joaquim Batista. União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação/TO (Org.). **Criação de Conselho e Sistema**. 3. ed. Palmas: UNCME/TO, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pro_cons/cme-to.pdf. Acesso em: 01 maio 2019.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2009.

VIGORENA, Débora Andrea Liessem; BATTISTI, Patrícia Stafusa Sala. Procedimentos de coleta de dados em trabalhos de conclusão do curso de Secretariado Executivo da Unioeste/PR. **Revista do Secretariado Executivo**, Passo Fundo, v. 1, n. 7, p.95-111, dez. 2011. Anual. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ser/article/view/2329>. Acesso em: 12 out. 2019.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; ANDRADE, Alenis Cleusa de; SCHNEIDER, Carlos Evandro (Ed.). Funcionários da educação pública: a concepção dos municípios. **Retratos da Escola: Funcionário de Escola: identidade e profissionalização**, Brasília, v. 3, n. 5, p.437-449, dez. 2009. Semestral. Disponível em: www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/download/34/194. Acesso em: 19 out. 2014.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; THUM, Adriane Brill; ANDRADE, Alenis Cleusa de. O Sistema Municipal de Ensino e suas implicações para a atuação do Conselho Municipal de Educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 79-109, jan./abr., 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19240/11166>. Acesso em: 01 maio 2019.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA TEMÁTICA

PROPOSTA DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA TEMÁTICA

1. Para iniciarmos, você poderia dizer seu nome e há quanto tempo é Professor(a) e quanto tempo aqui em Teutônia?
2. Como você escolheu esta profissão, onde e quando foi isso?
3. Já teve outras experiências como Professor(a) antes de ingressar em Teutônia?
4. Por que uma rede pública? Quais são/eram os atrativos?
5. Na época, você analisou o contexto de carreira? O que você levou em consideração?
6. Você é natural daqui? De onde você veio? No caso daqueles que se mudaram para Teutônia: Por que você se mudou para Teutônia, como foi este processo?
7. Em que ano você ingressou na carreira de Magistério de Teutônia? Esperou muito após a realização do concurso? O concurso foi muito concorrido?
8. Por que você escolheu Teutônia?
9. Você tinha qual nível de instrução quando foi empossado(a)?
10. Poderia me contar sobre como a carreira docente se desenvolveu em Teutônia, ao longo destes anos? Você buscou qualificação, novos níveis e novas experiências? Como você percebeu o desenvolvimento de sua carreira com base nisso?
11. Você pensa que a estrutura do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) pode ter contribuído para sua decisão de vir para Teutônia?
12. Como você se percebe enquanto Professor(a)?
13. Você se lembra de mudanças importantes na organização do seu trabalho?
14. Uma política pública, pode contribuir nesta percepção?
15. O Plano de Carreira, por exemplo?
16. Você se lembra de mudanças importantes na sua carreira do Magistério?

17. E agora o contrário, esta percepção poderia auxiliar na elaboração de futuras políticas públicas do gênero? Como isso seria possível (em caso afirmativo)?
18. As políticas públicas, pertinentes à gestão de pessoas (organização do quadro) no contexto educacional, podem contribuir e/ou influenciar na sua decisão enquanto profissional?

APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AO BANCO DE DADOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DE TEUTÔNIA/RS

TERMO DE CONCESSÃO E AUTORIZAÇÃO

Prefeitura Municipal de Teutônia, inscrita no CNPJ sob nº 88.661.400/0001-99, com sede na Av. 1 Oeste, nº 08, Bairro Centro Administrativo, na cidade de Teutônia, neste ato representada pela Sr. Jonatan Brønstrup, inscrito no CPF nº 008.400.390-18, residente e domiciliado na cidade de Teutônia/RS, através deste instrumento, autoriza o(a) acadêmico(a) **Carlos Evandro Schneider**, matrícula nº 201820425, inscrito no CPF nº 983.236.600-34, residente e domiciliado na Rua Prof. Theobaldo Dick, nº 08, na cidade de Lajeado/RS, a realizar a seguinte pesquisa e coleta de dados, abaixo discriminada:

CLÁUSULA PRIMEIRA. O Acadêmico ora qualificado, efetuará a pesquisa no Banco de Dados Prefeitura Municipal de Teutônia a fim de coletar informações sobre o corpo docente e discente da Rede Municipal de Ensino, bem como dados das unidades que compõem a Rede, para posteriormente utilizar em seu Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais, do Universidade La Salle.

CLÁUSULA SEGUNDA. Fica reservado ao Acadêmico o direito de utilizar resultados obtidos na pesquisa realizada, para seu próprio uso e publicação de caráter científico.

Parágrafo Único. Fica desde já autorizado pela Prefeitura Municipal de Teutônia a indicação/utilização do seu nome no Trabalho de Conclusão de Curso e nas publicações.

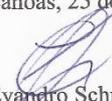
CLÁUSULA TERCEIRA. É de comum acordo entre as partes que a pesquisa, ora objeto do presente Instrumento, se dá a título não oneroso, nada tendo qualquer das partes a exigir da outra, seja quanto à imagem e direitos conexos, seja a outro título.

Parágrafo Único. A assinatura deste instrumento, pelos seus efeitos e natureza jurídica, não cria vínculo empregatício entre as partes e, por se dar a título gratuito, não gera obrigação de natureza fiscal e/ou previdenciária.

E por estarem as partes justos e acordados, assinam o presente instrumento particular na presença de testemunhas instrumentárias.

Canoas, 25 de agosto de 2019.


Sr(a). Jonatan Brønstrup
Prefeitura Municipal de Teutônia


Carlos Evandro Schneider
Acadêmico

TESTEMUNHAS

Nome Isabel B. M. de Rosa Schwan
CPF 991.684.300-20

Nome Diógenes Gewehr
CPF 006.098.920-37
DIÓGENES GEWEHR

**APÊNDICE C – RELATÓRIO SÍNTESE APRESENTADO À COMISSÃO DE
GESTÃO DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DE
TEUTÔNIA/RS**



**Relatório Técnico para a
Comissão de gestão do
Plano de Carreira do
Magistério Público
de Teutônia/RS**

Relatório Técnico produzido por Carlos Evandro Schneider
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Kayser Vargas Mangan e
Coorientador: Prof. Dr. Moisés Waismann.

O presente trabalho originou-se a partir da dissertação de mestrado intitulada "Identidade dos Profissionais do Magistério: um estudo de políticas públicas no município de Teutônia/RS a partir de memórias docentes" de Carlos Evandro Schneider para o Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais (PPGMSBC).

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Kayser Vargas Mangan
Coorientador: Prof. Dr. Moisés Waismann.

PALAVRAS-CHAVE:
Políticas Públicas. Memória Social. Identidade Docente.
Profissionais do Magistério.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S358r Schneider, Carlos Evandro.
 Relatório técnico par a Comissão de gestão do plano de carreira do magistério público de Teutônia (RS) / Carlos Evandro Schneider. – 2020.
 22 f.

Produto originado da dissertação de mestrado do autor no curso de Memória Social e Bens Culturais – Universidade La Salle, Canoas, 2020.

1. Memória social. 2. Identidade docente. 3. Políticas públicas. 4. Profissionais magistério. I. Mangan, Patrícia Kayser Vargas. II. Waismann, Moisés. III. Título.

CDU: 316.7

Bibliotecário responsável: Melissa Rodrigues Martins - CRB 10/1380

Identidade dos Profissionais do Magistério

Um estudo de políticas públicas no município de Teutônia/RS a partir de memórias docentes

De onde partiu este documento?

Da necessidade do entendimento de como as políticas públicas impactam na constituição da identidade dos Profissionais do Magistério da rede municipal de Teutônia.

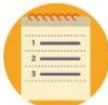
O que é este documento?

Ele constitui um Relatório Técnico a ser aplicado na implementação de novas políticas públicas voltadas aos Profissionais de Magistério, que possibilite o planejamento pessoal e da própria carreira, com respeito à legislação, com vistas à promoção da educação pública com qualidade e o desenvolvimento profissional corresponsável.

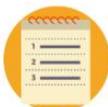
Quais são os objetivos deste documento?



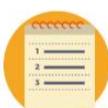
Subsidiar a elaboração de um Relatório Técnico que apresente a relação das Políticas Públicas de Educação e a identidade dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de Ensino de Teutônia.



Articular os conceitos de memória social e identidade no contexto das políticas públicas atinentes ao Magistério municipal de Teutônia;

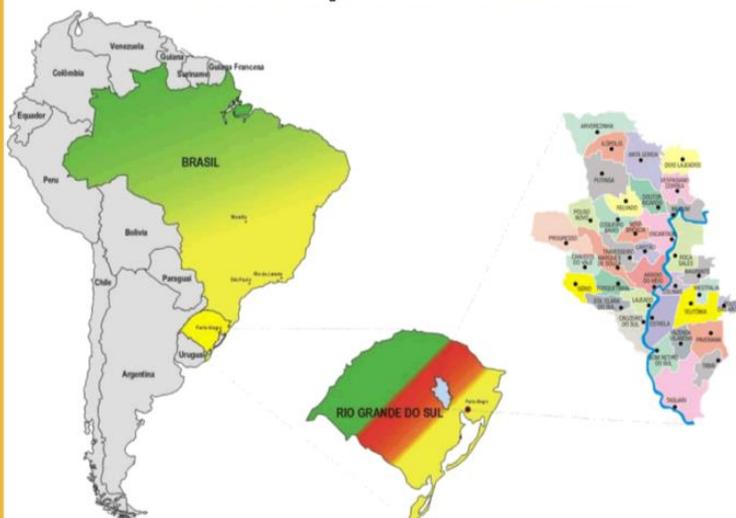


Registrar memórias dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Teutônia; e



Evidenciar como as políticas públicas influenciam a construção da identidade dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Teutônia.

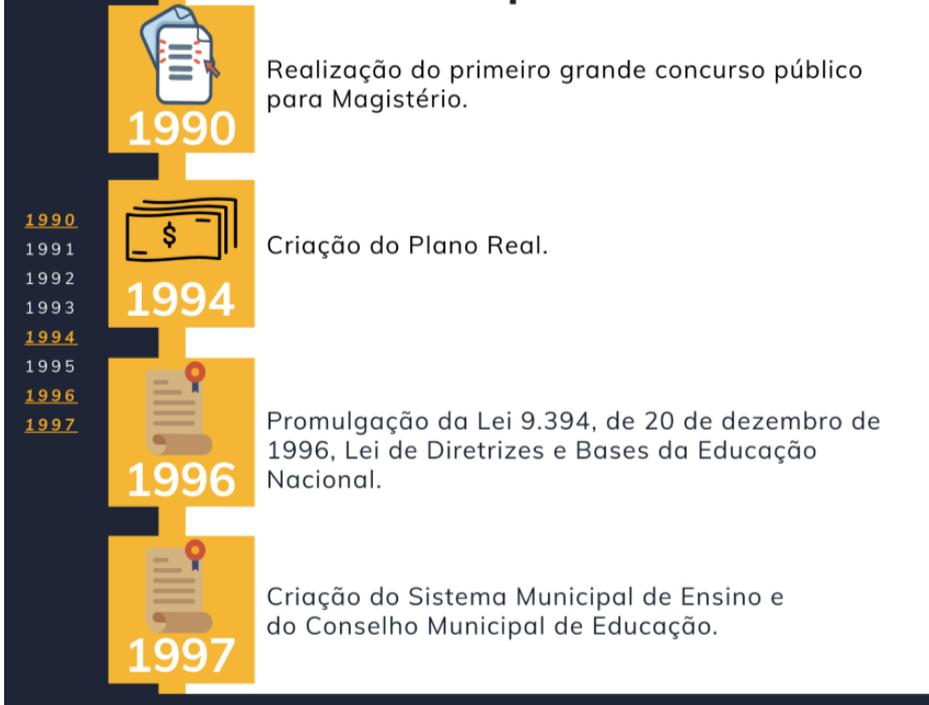
Essa é a linha de tempo e contextualização do município de Teutônia:



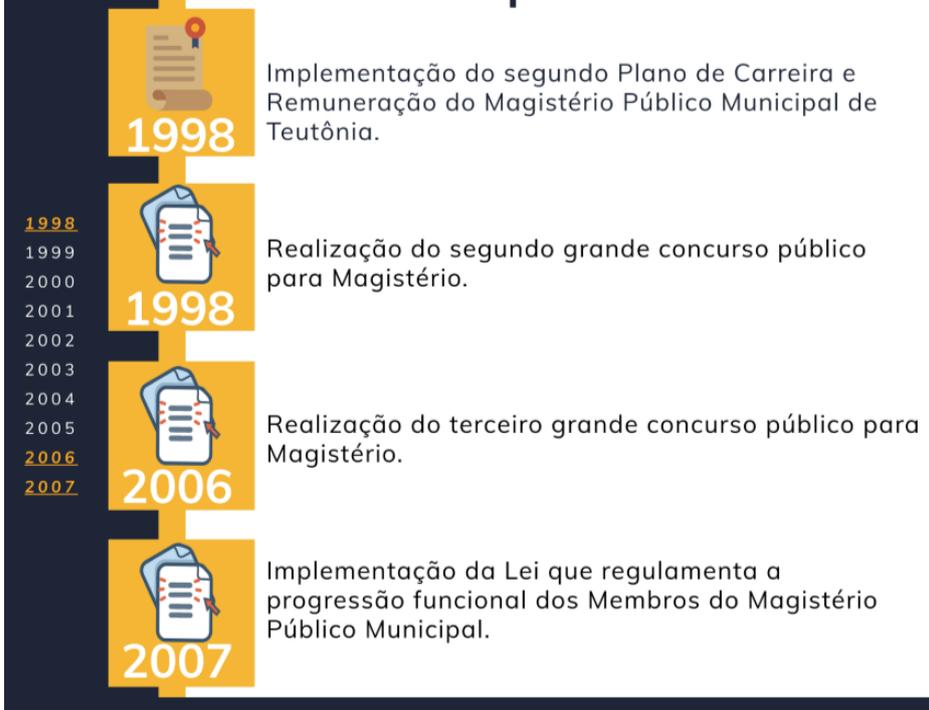
Linha de tempo e contextualização do município de Teutônia



Linha de tempo e contextualização do município de Teutônia



Linha de tempo e contextualização do município de Teutônia



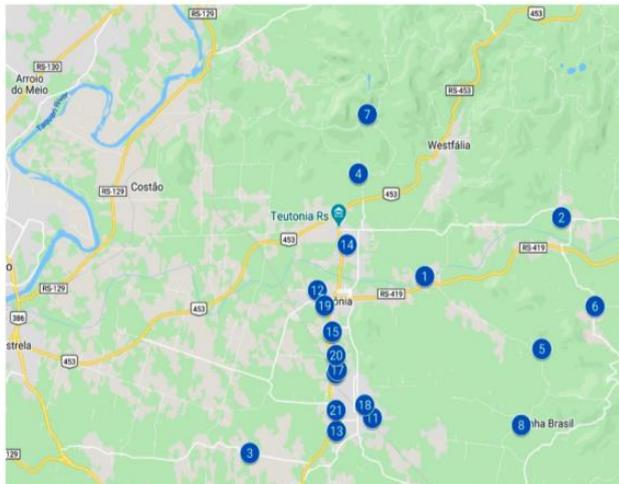
Linha de tempo e contextualização do município de Teutônia



Linha de tempo e contextualização do município de Teutônia

Rede Municipal de Ensino

- 1 EMEF Bento Gonçalves
- 2 EMEF D. Pedro I
- 3 EMEF São Jacó
- 4 EMEF Getúlio Vargas
- 5 EMEF Andrade Neves
- 6 EMEF Floriano Peixoto
- 7 EMEF Guilherme Rotermund
- 8 EMEF Mal. A. Costa e Silva
- 9 SME
- 10 EMEF P. Guilherme Sommer
- 11 EMEF 24 de Maio
- 12 EMEF Leopoldo Klepker
- 13 EMEF P. Teobaldo Closs
- 14 EMEF P. Alfredo Schneider
- 15 CME
- 16 CEMEF
- 17 EMEI Meu Cantinho
- 18 EMEI Sonho de Criança
- 19 EMEI Caminhos do Saber
- 20 SEMEAR
- 21 EMEI Aprender Brincando



- 4** Esc. Mun. de Educação Infantil. **5** Esc. Mun. de Ensino Fundamental.
- 8** Escolas Multisseriadas. **1** Escola de turno inverso.

A partir de que conceitos e como foi elaborado este documento?



Políticas públicas.



Memória e identidade.



Gestão de pessoas no contexto educacional.



Pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica, análise documental, observações assistemáticas, entrevistas não estruturadas, análise dos dados coletados que, por sua vez, foram divididos em sete categorias de análise.

5

Escolas de Ensino Fundamental da zona urbana como laboratório de análise.

7

Professores selecionados: 3 homens e 4 mulheres, 5 residentes em Teutônia, 2 teutonienses natos, todos de cor branca.

7

Demonstraram desembaraço; circunstâncias das entrevistas, devido ao distanciamento social; e sugestões de melhoria, principalmente sobre relações interpessoais e clima organizacional.

Visão geral sobre as narrativas dos Professores

-  As políticas públicas são destinadas aos Anos Finais do Ens. Fund., e as outras etapas vão sendo adaptadas, isentando-se programas específicos de alfabetização.
-  Foram selecionados Professores com 9 anos de carreira ou mais. Homens e mulheres, teutonienses ou não, que vêm de fora ou se mudaram para o município e alguns que atuam em mais de uma rede.
-  Os entrevistados fizeram sugestões de melhorias na carreira, ou de novas políticas públicas.
-  Citaram as relações interpessoal e clima organizacional como fatores importantes no desenvolvimento do cotidiano laboral, como, por exemplo, laços afetivos com colegas e lugares.
-  Condições de vida dos Professores e conjuntura econômica a partir da década de 1990.
-  Entendimento sobre memórias.

Sobre as memórias dos Professores

-  Quadros sociais de memória, entre outros aspectos, são marcas que nos auxiliam a perceber a passagem do tempo.
-  Condições de vida.
-  Ano do processo seletivo.
-  Crise da década de 1990.
-  Entendimento sobre memórias.
-  Laços afetivos com colegas e lugares.

Sobre a escolha da profissão



Memória, a reconstituição do passado que nos projeta para o futuro.



Relação com os próprios Professores.



Condições de trabalho.



Possibilidade de interferência na comunidade.

Sobre a escolha da carreira



Necessidade de entendimento sobre o conceito, os entrevistados demonstram que entendem a carreira como algo imutável, previsto na Lei, e nem sempre projetam algo para o futuro a longo prazo por não perceberem as especificidades contidas no conceito, ou seja, um caminho pronto a ser percorrido, e não um caminho a ser construído.



Necessidade de entendimento sobre o conceito.



Sucedee a escolha profissional;



Condições externas são preponderantes.



Possibilidade de crescimento pessoal e profissional.

Sobre o contexto econômico e políticas públicas

Importância da Escola no cenário econômico: surpreende saber a quantidade de produtos e serviços mantidos exclusivamente para a Escola pública. Empresas de transporte inteiras, agroindústrias familiares, grandes produtores agrícolas, comércios de itens de higiene, limpeza e expediente. Até o comércio básico, pois, se não há circulação de pessoas, não há circulação de mercadorias.



Migrações.



Influência e a falta de continuidade das políticas públicas no cotidiano.



Incentivos fiscais.



Falta de avaliação condizente.

Sobre a escolha pelo serviço público



Estabilidade, talvez pela experiência econômica dos anos 90, o temor de ficar sem emprego e sem dinheiro para a subsistência da família.



Identificação com o público alvo.



Falta de autonomia e/ou autoria.



Níveis e formas de exigência de trabalho diferentes.

A escolha por lecionar em Teutônia, a percepção do Plano de Carreira



Visão externa de Teutônia.



Políticas públicas implementadas no município.



Condições de trabalho.



Salário.

Sobre gestão de, com e para pessoas



Benefícios e concessões, nem sempre de forma oficial, as relações destes aspectos ocorrem na relação entre Diretor e Professor, mas também na relação com a Administração Municipal, como a questão do 1/3 de carga horária para planejamento.



(Falta de) conhecimento da realidade, por parte dos envolvidos é um tensionamento existente.



Influência das políticas públicas e arenas de disputa.



Identidade de cada pessoa.



Importância da clareza na comunicação, boa relação interpessoal e clima organizacional favorável.

Pontos a destacar

F

Forças

- As políticas públicas estabelecem parâmetros mínimos de atribuições laborais e retribuições pecuniárias ou não.
- As políticas públicas, que satisfazem as demandas dos profissionais, podem atrair candidatos mais qualificados.
- Salário atrativo.
- Condições de trabalho satisfatórias.

O

Oportunidades

- As políticas públicas constituem elementos que interferem na constituição da identidade docente.
- As políticas públicas podem ser, também, resultado da articulação entre outras políticas públicas dentro das arenas de disputa.
- Novos integrantes no grupo criam novas demandas que fazem as políticas públicas evoluírem.
- Localização geográfica com fácil acesso.

Pontos a destacar

F

Fraquezas

- Somente uma política pública por si só, não define todas as forças e oportunidades e também não consegue prever todas as fraquezas e ameaças.
- Plano de Carreira e Remuneração bastante antigo, não está alinhado com a legislação vigente, não está contextualizado com a realidade local e nem com especificidades da profissão docente.
- Falta de qualificação técnica de agentes políticos.

A

Ameaças

- Alta demanda social.
- Falta de infraestrutura (é uma ameaça devido ao grande desenvolvimento em curto espaço de tempo).
- Migração demasiada.



Sobre o Autor:

Carlos é Pedagogo habilitado em Gestão e Supervisão de Processos Educativos; Especialista em Gestão Escolar, Gestão Escolar: Orientação e Supervisão, Docência no Ensino Superior, Gestão Pública e Gestão Previdenciária e Regimes Próprios de Previdência; e Mestre e Doutorando em Memória Social e Bens Culturais.

É servidor público desde 2003, tendo atuado sempre na área educacional. Atualmente é Supervisor Escolar efetivo na Rede Municipal de Ensino de Teutônia/RS, já tendo atuado na função de Subsecretário Municipal de Educação. Também já atuou como Agente Educacional na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, atuando inclusive na 3ª Coordenadoria Regional de Ensino, e, na Rede Municipal de Ensino de Estrela/RS, atuou como Secretário de Escola, Professor de Educação Infantil e Diretor de Escola.

Durante sua formação dedicou-se a questões de gestão dos recursos humanos no interior das escolas públicas. Possui experiência na área educacional, com ênfase em gestão, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão escolar, gestão e implementação de planos de carreira e remuneração para profissionais da educação pública e formação de profissionais da educação pública.